

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**RODRIGO CARLO TOLOI**

**O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
E O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO DO ESTADO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS**

**CAMPO GRANDE/MS  
Maio de 2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**RODRIGO CARLO TOLOI**

**O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL E O DESENVOLVIMENTO DO  
AGRONEGÓCIO DO ESTADO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MULTIINSTITUCIONAL EM AGRONEGÓCIOS,  
COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS  
À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM  
AGRONEGÓCIO NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO  
DE GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES  
AGROINDUSTRIAIS.**

**ORIENTADOR: Dr. JOSÉ NILSON REINERT**

**CAMPO GRANDE/MS  
Maio de 2009**

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

TOLOI, R. C. **O Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e o Desenvolvimento do Agronegócio do Estado.** Campo Grande: UFMS, 2009, 139 p. Dissertação de Mestrado.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à UFMS, Universidade de Brasília e Universidade Federal de Goiás e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada à fonte.

### FICHA CATALOGRÁFICA

Toloi, Rodrigo Carlo

O Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e o Desenvolvimento do Agronegócio do Estado/ Rodrigo Carlo Toloi; orientação de Prof. Dr. José Nilson Reinert. – 2009. 139 p. : il.

Dissertação de Mestrado (M) – UFMS, 2009.

1. Egressos. 2. Agronegócio. 3. Desenvolvimento.

CDD ou CDU

**RODRIGO CARLO TOLOI**

**O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL E O DESENVOLVIMENTO DO  
AGRONEGÓCIO DO ESTADO**

**APROVADA POR:**

---

**JOSÉ NILSON REINERT, Doutor (UFMS) (ORIENTADOR)**

---

**LUIZ ANTONIO DOS SANTOS MONTEIRO, Doutor (UFMS)  
(EXAMINADOR INTERNO)**

---

**REGINA SUEIRO DE FIGUEIREDO, Doutora (UNIDERP)  
(EXAMINADORA EXTERNA)**

**CAMPO GRANDE/MS  
Maio de 2009**

**Dedicatória**

*Aos meus pais, Nilson Aparecido Tolo  
e Maria Silva Tolo  
Que sempre me incentivaram*

## AGRADECIMENTOS

*A Deus, minha rocha e fortaleza por acreditar em mim.*

*A minha família, em especial a Marley Nunes Vituri que tanto me apoiou e compreendeu meus momentos difíceis;*

*Ao meu orientador, professor Dr. José Nilson Reinert, pelas orientações, Idéias para elaboração desta pesquisa e pelos conselhos acadêmicos;*

*Ao Departamento de Economia e Administração representado por Naira Denise Klab, Rosali Françaço, Inês Ricarte de Souza, Maria Claudia, John Hee, Ferdinanda Dias de Oliveira e a todos os funcionários pela atenção e carinho;*

*A Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e aos professores do Programa de Mestrado em Agronegócios, pelo acesso ao conhecimento: Dr. Dário de Oliveira Lima Filho, Dr. Cícero Trendezini, Dr. Wilson José Gonçalves;*

*Aos professores que participaram da banca de qualificação, Dr. Luiz Antonio dos Santos Monteiro e Dra. Deise Guadalupe, pelas sugestões apontadas para aperfeiçoamento da pesquisa;*

*Aos professores que participaram da banca de avaliação. Pelas contribuições e sugestões de melhoria da pesquisa*

*Aos todos os amigos da turma de 2007, especialmente, Silvio Barczsz, Sibele Dias e Márcio Gonçalves pela companhia e amizade.*

*A todos que direta e indiretamente contribuíram para realização desta pesquisa.*

*Muito Obrigado.*

*“A leitura torna o homem completo;  
a conversação torna-o ágil,  
e o escrever dá-lhe precisão”*

*Francis Bacon*

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 - INTRODUÇÃO.....</b>                                | <b>17</b> |
| 1.1. Relevância e Problemática.....                       | 17        |
| 1.2. Objetivos .....                                      | 20        |
| 1.2.1. Objetivo geral .....                               | 20        |
| 1.2.2. Objetivos específicos: .....                       | 20        |
| 1.3. Justificativa.....                                   | 20        |
| <b>2 - METODOLOGIA .....</b>                              | <b>23</b> |
| 2.1. Método e Tipo de pesquisa .....                      | 23        |
| 2.2. Análise dos Dados .....                              | 25        |
| 2.3. Limitações da pesquisa.....                          | 26        |
| 2.4. Participantes da pesquisa .....                      | 27        |
| <b>3 - REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>                      | <b>28</b> |
| 3.1 Conceito de Agronegócio .....                         | 28        |
| 3.1.1 Tratamento Etimológico .....                        | 28        |
| 3.1.2 Significado sócio-econômico.....                    | 30        |
| 3.2 Conceito de Desenvolvimento.....                      | 32        |
| 3.2.1 Origem do conceito .....                            | 32        |
| 3.2.2 Municípios em de desenvolvimento no Estado .....    | 35        |
| 3.3 Histórico do Agronegócio .....                        | 42        |
| 3.3.1 Histórico do Agronegócio no Brasil .....            | 42        |
| 3.3.2 Histórico do Agronegócio no Mato Grosso do Sul..... | 45        |
| 3.4 História da Universidade .....                        | 47        |
| 3.4.1 Breve história da Universidade .....                | 47        |
| 3.4.2 Breve histórico do ensino superior no Brasil .....  | 54        |
| 3.4.3 Breve história da UFMS .....                        | 56        |
| 3.5 Contribuição de programas de pós-graduação .....      | 59        |
| 3.5.1 Origem histórica e definição.....                   | 59        |
| 3.5.2 Papel social.....                                   | 70        |
| 3.5.3 Estágio vigente.....                                | 75        |
| 3.6 Programa de pós-graduação em agronegócio da Ufms..... | 92        |
| 3.6.1 Aspectos históricos .....                           | 93        |
| 3.6.2 Impactos do programa de mestrado da UFMS .....      | 95        |
| 3.6.3 Avanços e progressos.....                           | 97        |

|   |            |
|---|------------|
| <b>4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>                                   | <b>100</b> |
| 4.1. Caracterização do perfil dos participantes da pesquisa .....         | 100        |
| 4.2. Ambiente de atuação profissional dos participantes da pesquisa ..... | 107        |
| 4.3. A contribuição dos egressos do PPAGRO .....                          | 112        |
| 4.4. A formação complementar dos egressos após o PPAGRO .....             | 120        |
| <b>5 - CONCLUSÕES.....</b>  | <b>122</b> |
| 5.1. Confronto da teoria com a pesquisa .....                             | 123        |
| 5.2. Resposta à pergunta da pesquisa.....                                 | 126        |
| 5.3. Limitações da Pesquisa .....   | 127        |
| 5.4. Sugestões para pesquisas futuras .....                               | 127        |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>129</b> |

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CAPES - Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CCBS - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde  
CCET - Centro de Ciências Exatas e Tecnologia  
CCHS - Centro de Ciências Humanas e Sociais  
CEE - Conselho Estadual de Educação  
CEPEA - Centro de Pesquisas Avançadas de Economia Aplicada  
CFE - Conselho Federal de Educação  
CNE - Conselho Nacional de Educação  
CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa  
CPDO - Campus de Dourados  
CTI - Ciência Tecnologia e Inovação  
DEA - Departamento de Economia e Administração  
EAPES - Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior  
FAMED - Faculdade de Medicina  
FAMEZ - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia  
FAODO - Faculdade de Odontologia  
FUNDECT - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Ciência e Tecnologia  
GRH - Gerência de Reprogramas Humanos  
GTRU - Grupo de Pesquisa da Reforma Universitária  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICBC- Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande  
IES - Instituição de Ensino Superior.  
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MA - Mestrado Acadêmico  
MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento  
MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia  
MEC - Ministério da Educação e Cultura  
PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
PGLS – pós-graduação *lato sensu*  
PGSS - pós-graduação *stricto sensu*

Ph.D. - Doutorado de Pesquisa  
PIB - Produto Interno Bruto  
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNPq - Plano Nacional de Pós-Graduação  
PPAGRO - Programa de Mestrado em Agronegócio  
PPGAD - Programa de Mestrado em Administração  
PPP - Projeto Político Pedagógico  
PROCAPIES - Programa Nacional de Capacitação de Professores de Instituições de Ensino Superior  
PROPP - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
UEMT - Universidade Estadual de Mato Grosso  
UFG - Universidade Federal de Goiás  
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados,  
UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul  
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso  
UnB - Universidades de Brasília  
USAID - Agência Internacional dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

|   |            |
|---|------------|
| <b>Gráfico 1</b> – Evolução do PIB dos municípios de MS.....  | <b>36</b>  |
| <b>Gráfico 2</b> – Evolução do PIB do setor de serviços dos principais municípios de MS.....                          | <b>37</b>  |
| <b>Gráfico 3</b> – Evolução do PIB Agronegócio dos principais municípios de MS.....                                   | <b>38</b>  |
| <b>Gráfico 4</b> – Evolução do PIB do setor industrial dos principais municípios de MS.....                           | <b>39</b>  |
| <b>Gráfico 5</b> – Evolução do PIB per capita dos principais municípios de MS.....                                    | <b>40</b>  |
| <b>Gráfico 6</b> – Comparação entre Renda Média, Renda per capita e o PIB do Estado.....                              | <b>41</b>  |
| <b>Gráfico 7</b> – Distribuição dos acadêmicos segundo o conhecimento da língua estrangeira.....                      | <b>105</b> |
| <b>Gráfico 8</b> – Distribuição dos acadêmicos segundo a procedência.....   | <b>106</b> |
| <b>Gráfico 9</b> – Distribuição dos acadêmicos comparando a procedência e a residência.....                           | <b>108</b> |
| <b>Gráfico 10</b> – Distribuição dos acadêmicos segundo a atuação profissional, antes, durante e após o mestrado..... | <b>112</b> |
| <b>Gráfico 11</b> – Número de orientações por professor orientador do programa no período 2003-2007.....              | <b>115</b> |
| <b>Gráfico 12</b> – Número de publicações por turma no período 2003-2007.....   | <b>118</b> |

## ÍNDICE DE QUADROS

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Quadro 1</b> – Resumo dos principais instrumentos legais que trataram a pós-graduação <i>stricto sensu</i> e suas contribuições..... | <b>91</b> |
|---|-----------|

## ÍNDICE DE TABELAS

|  |            |
|--|------------|
| <b>Tabela 1</b> – Distribuição dos acadêmicos segundo a idade.....                                   | <b>103</b> |
| <b>Tabela 2</b> – Distribuição dos acadêmicos segundo a graduação.....                               | <b>104</b> |
| <b>Tabela 3</b> – Distribuição dos acadêmicos segundo a década da graduação.....                     | <b>104</b> |
| <b>Tabela 4</b> – Distribuição dos acadêmicos segundo o Estado de precedência.....                   | <b>107</b> |
| <b>Tabela 5</b> – Distribuição dos acadêmicos segundo a profissão antes do ingresso no mestrado..... | <b>109</b> |
| <b>Tabela 6</b> – Distribuição dos acadêmicos segundo a profissão após o ingresso no mestrado.....   | <b>111</b> |
| <b>Tabela 7</b> – Opção entre as áreas de concentração do programa de mestrado.....                  | <b>114</b> |
| <b>Tabela 8</b> – Produção acadêmica na área que não agronegócio.....                                | <b>116</b> |
| <b>Tabela 9</b> – Produção acadêmica na área do agronegócio.....                                     | <b>117</b> |
| <b>Tabela 10</b> – Projeto de pesquisa acadêmica na área do agronegócio.....                         | <b>119</b> |
| <b>Tabela 11</b> – Projeto de pesquisa acadêmica em área que não agronegócio.....                    | <b>120</b> |

## RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo identificar a contribuição do Programa de Pós-Graduação da UFMS, por intermédio da atuação de seus egressos (2003-2007), no desenvolvimento do Estado. Para atender o objetivo, foram estabelecidos quatro objetivos específicos: a) identificar o perfil dos egressos; b) Localizar a atuação profissional; c) Levantar as suas publicações; d) Reconhecer a formação complementar. A metodologia empregada baseia-se na utilização de pesquisa de natureza qualitativa, exploratória, descritiva e de estudo de caso. Abordou os conceitos de agronegócio e desenvolvimento/crescimento. Tratou, também, da questão da universidade e os programas de pós-graduação como locais propícios para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado. A parte específica analisou 82 *curriculum lattes* dos egressos do ano de 2003 a 2007. A análise permitiu concluir que o programa de mestrado contribui de três formas distintas para promover o desenvolvimento do agronegócio. São elas as seguintes, listadas em ordem decrescente: 1º - a formação de professores; 2º - o número de publicações realizadas e 3º - a participação em projetos de pesquisa.

**Palavras-chave:** Egressos, Agronegócio, Desenvolvimento

## **ABSTRACT**

The aim of this paper was to identify the contribution of the Program of Post Graduation of the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS), through the performance of the graduates, for the development of the State in the period 2003-2007. In order to meet this main goal, four specific objectives have been established: a) to identify the profile of the leavers of the Master Program in Agribusiness of UFMS; b) to identify where they are working; c) to identify their publications; d) to identify their complementary formation after graduation. The methodology used was based on qualitative, exploratory, descriptive research and case studies. Research comprised the concepts of agribusiness and development/growth. The paper also discussed the University and the post-graduation courses as main propellers of the State socioeconomic development. The specific part consisted in the analysis of 82 *curriculum lattes* of the graduates from 2003 through 2007. The analysis led to the conclusion that the Master Degree Program contributed in three different ways for the agribusiness development. They are so listed in a decreasing order: 1<sup>o</sup> - the professor formation; 2<sup>o</sup> - the amount of papers published, and 3<sup>o</sup> - the participation in research projects.

**Key-words:** Graduates, Agribusiness, Development

# 1. INTRODUÇÃO

Este Capítulo tem por objetivo introduzir a pesquisa, descrevendo a relevância e problemática da pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos e, por fim, a justificativa da sua realização.

No final deste, serão descritos, de forma sucinta, todos os Capítulos da pesquisa.

## 1.1. Relevância e Problemática

O agronegócio e as suas especificidades representam um setor de grande importância para a expansão socioeconômica do país, e também do Estado de Mato Grosso do Sul dado o volume de postos de trabalhos gerados, pelo seu saldo na balança comercial e o nível de tecnologia utilizado na realização das atividades.

Ainda é importante lembrar que o cenário do agronegócio está cada vez mais competitivo e complexo; as organizações necessitam desenvolver estratégias que proporcionem vantagem competitiva frente a concorrentes e também a condições adversas proporcionadas pela abertura econômica.

Perante esse cenário, é preciso promover algumas ações que incentivem o seu desenvolvimento. A produção científica voltada para as diversas áreas do agronegócio praticadas no Estado deverá contribuir de forma eficaz para o seu desenvolvimento.

Dantas (2004) afirma que atualmente a pós-graduação é a principal responsável pela produção científica do país. Corroborando essa afirmação, Schwartzman (1996) salienta que o principal argumento em defesa da pós-graduação tem sido a sua importância para o desenvolvimento econômico e social.

A pós-graduação no país tem registrado considerável expansão, ampliando sua abrangência nas áreas do conhecimento e representando uma importante ferramenta de desenvolvimento para a região na qual está inserida, exatamente por se tratar de um instrumento para elevar o nível de competitividade de seus profissionais.

Já o nível de desenvolvimento de uma determinada região pode ser mensurado a partir da análise de alguns elementos ao longo do tempo, por exemplo, a redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e conseqüente elevação das condições de saúde, educação e moradia (VASCONCELOS, 1988).

Morin (2003) acredita que é necessário abandonar a idéia simplista de que o progresso técnico/econômico é a locomotiva à qual estão atrelados os progressos sociais, políticos, mentais e morais.

Seguindo nessa direção, o programa de pós-graduação em agronegócio oferecido pela UFMS teve como missão, desde sua origem, gerar e disseminar conhecimentos para a sociedade obedecendo ao princípio de indissociabilidade, que, segundo Teixeira (1992), se encontra apoiado no tripé ensino, pesquisa, e extensão.

A produção científica destinada ao agronegócio visa conferir a possibilidade de desenvolver o setor, ou seja, disponibilizar, através pesquisas e publicações, um

novo conhecimento que permita melhor aproveitar a potencialidade de uma gestão mais efetiva e ou de desenvolvimento de novas tecnologias de produção.

Do ponto de vista do desenvolvimento do agronegócio, a figura da produção científica se apresenta como uma mudança de paradigma, passando de um modelo menos exigente de domínio do conhecimento e informação para um modelo centrado no desenvolvimento de novas técnicas de gestão e produção, onde o domínio de novos conhecimentos e habilidades são requisitos essenciais para a sobrevivência e crescimento do setor.

Torna-se importante destacar que as contribuições que um programa de pós-graduação pode trazer para o desenvolvimento de uma região geográfica, não podem ficar limitadas à produção científica, mas devem estender-se até a qualificação de profissionais que, direta ou indiretamente, irão influenciar no desenvolvimento do Estado.

Esta pesquisa pretende oferecer novos contornos para esse debate, salientando a contribuição que o programa de pós-graduação da UFMS tem oferecido ao setor do Agronegócio por intermédio da atuação profissional de seus egressos até o momento da realização desta pesquisa.

Para o problema que se apresenta existem poucas pesquisas específicas e, sobre ele, formula-se a seguinte questão de pesquisa: “Qual a contribuição do programa de pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul ao setor do agronegócio no Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da atuação de seus egressos?”.

## **1.2. Objetivos**

Os objetivos da pesquisa estão divididos em dois grupos apresentados a seguir:

### **1.2.1. Objetivo geral**

O objetivo geral da presente pesquisa consiste em identificar a contribuição do programa de pós-graduação da UFMS, ao setor do agronegócio por intermédio da atuação de seus egressos.

### **1.2.2. Objetivos específicos:**

- a) Identificar o perfil dos egressos;
- b) Localizar a atuação profissional;
- c) Mapear as publicações dos egressos;
- d) Reconhecer a formação complementar dos egressos.

## **1.3. Justificativa**

A análise da contribuição de um programa de pós-graduação em uma universidade apresenta-se de forma complexa e de difícil articulação, pois existem poucas publicações na área e os agentes envolvidos ficam dispersos, sendo que, em muitos casos, não permanecem no Estado em que a universidade está localizada.

Diante desse cenário, este estudo encontra sua justificativa na necessidade de apresentar que ações os egressos estão desenvolvendo para o setor do agronegócio, possibilitando, com isso, formar um banco de dados com informações que poderão ser utilizadas na formulação de políticas para o ensino do agronegócio em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Outra justificativa para a realização desta pesquisa reside nos subsídios fornecidos à reflexão de coordenadores e professores do referido programa, gerando informações consistentes para decisões e orientações relativas ao desenvolvimento do programa, sua interferência no avanço do setor do agronegócio bem como a sua relevância para a vida profissional e acadêmica dos egressos.

O mercado e a sociedade sul-mato-grossense esperam muito do mestrado em agronegócio oferecido pela UFMS<sup>1</sup>, que possibilitariam mudanças para muitas pessoas, organizações e a sociedade. Portanto ter conhecimento e saber administrar esse conhecimento é colaborar para a formação do indivíduo visando à transformação da sociedade e o desenvolvimento da nação.

Para responder a questão da pesquisa e procurar alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa está organizada em cinco capítulos.

O Capítulo 1 apresenta a relevância e o problema da pesquisa, expõe os objetivos (geral e específico) e mostra a justificativa da pesquisa.

No Capítulo 2 é apresentada a metodologia para identificar os fatores que permitem identificar a contribuição do Programa de pós-graduação em agronegócio da UFMS no desenvolvimento do agronegócio do Estado.

---

<sup>1</sup> UFMS – UFMS. Disponível em <http://www.ufms.br>. Acesso em 25 mar. 2008

O referencial teórico está organizado no Capítulo 3, dividido em seis seções. Na primeira é apresentado o conceito de Agronegócio, desde o seu tratamento epistemológico até o significado socioeconômico; a segunda seção apresenta a origem do conceito de desenvolvimento e apresenta as áreas de desenvolvimento no Estado; a terceira seção volta a tratar do agronegócio descrevendo o histórico no Brasil e posteriormente no Estado de Mato Grosso do Sul; a quarta seção faz uma apresentação da Universidade, descrevendo a sua breve história, fazendo a apresentação do ensino superior no Brasil e finalmente descrevendo o histórico da UFMS; a quinta seção trata da pós-graduação, onde são apresentadas sua origem e sua definição, o seu papel social e o estágio vigente. Finalmente este Capítulo apresenta a contribuição do programa de mestrado da UFMS, aspectos históricos, impactos do programa e seus avanços.

No Capítulo 4 são relatados e analisados os resultados da pesquisa obtidos com o método proposto.

Finalmente, no Capítulo 5, são expostas as conclusões gerais da pesquisa, sendo discutidas suas limitações e feitas proposições para pesquisas futuras.

## 2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo apresenta o conjunto de procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa desenvolvida sobre a perspectiva qualitativa, dada a sua pertinência com o tipo de problema aqui tratado.

### 2.1. Método e Tipo de pesquisa

Método é uma palavra que deriva do grego; segundo sua origem *Methodos* representa o caminho a ser seguido para se chegar a um fim. Dessa forma, entende-se por método a ordem em que devem estar dispostos os processos necessários para se alcançar um resultado desejado (FERREIRA, 2004).

Vergara (2007) conceitua método como um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento a ser seguido.

Para atingir o objetivo da presente pesquisa, foram identificados os egressos do programa no período entre 2003 e 2007. Foi feito um levantamento, a partir de informações extraídas do *curriculum lattes* de cada um, sobre o que eles estavam fazendo, em termos profissionais, antes de entrarem no programa, durante o programa e após defenderem a sua dissertação.

Outras contribuições do programa foram observadas, como a produção científica de cada um dos egressos, já que esta informação está disponibilizada no *curriculum lattes*.

O cuidado ao escolher um método é o desejo de ter procedimentos e caminhos seguros para alcançar ou produzir o conhecimento desejado (KÖCHE, 1997).

Essa preocupação conduziu à escolha do método indutivo, que se mostra mais adequado quando um problema é analisado sob uma perspectiva de natureza qualitativa, exploratória, descritiva e de estudo de caso, meios considerados adequados para entender a natureza de fenômenos sociais.

Na visão de Mattar (2008), o método indutivo parte da percepção de que a verdade das premissas não acarreta a verdade da conclusão, não fornecendo a certeza, mas apenas probabilidades suficientemente constatadas para com eles se chegar a uma conclusão cujo conteúdo é mais amplo do que os argumentos sobre os quais se basearam. Segundo o autor, o método indutivo considera que o conhecimento é fundamentado na experiência, não levando em conta princípios pré-estabelecidos. Portanto, no raciocínio indutivo, a generalização deriva de observações, ou seja, as constatações particulares levam à elaboração de generalizações.

Esta pesquisa utilizou como fonte, dados secundários extraídos do *curriculum lattes*. Assim, esta pesquisa é caracterizada como indutiva, uma vez que partirá da observação do *curriculum lattes* dos egressos para chegar à conclusão sobre a contribuição dos mestres que se originaram na UFMS.

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória, por ser realizado em áreas em que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado (VERGARA, 2007). Quanto aos meios, configura-se como um estudo de caso descritivo, realizado na UFMS com os egressos do programa de mestrado em agronegócio. A realidade será conhecida por meio das ações dos egressos na medida em que serão

considerados elementos de transformação da realidade especificamente preparados pelo programa de mestrado.

De acordo com Kerlinger (1980), esse tipo de pesquisa compreende uma análise intensiva empreendida numa única ou em algumas organizações reais.

## **2.2. Coleta e Análise dos Dados**

Nesta fase, os dados coletados foram organizados para leitura, análise e interpretação.

De acordo com Selltiz *et all* (1974), é possível definir os objetivos de uma análise de dados da seguinte forma:

O objetivo da análise de dados é sumariar as observações complementadas, de forma que estas permitam respostas às perguntas da pesquisa. O objetivo da interpretação dos dados é a procura do sentido mais amplo de tais respostas através da ligação a outros conhecimentos já obtidos.

Os dados coletados a partir do levantamento do *curriculum lattes* foram organizados por meio de uma planilha eletrônica, permitindo a montagem de gráficos e posteriormente analisados sob a ótica descritiva, visando reflexão sobre a contribuição do programa de pós-graduação em agronegócio da UFMS.

A análise qualitativa deu-se a partir da observação individual do *curriculum lattes* de cada um dos egressos, buscando compreender a contribuição e perspectivas quanto ao problema delineado na pesquisa.

A perspectiva qualitativa desta pesquisa compreendeu, portanto, a interpretação da contribuição dos egressos do programa de mestrado em agronegócio da UFMS para o desenvolvimento do setor do agronegócio do Estado. Essa relação foi orientada pela contribuição individual através da atuação no setor

do agronegócio, bem como pelas publicações e participações em projetos voltados para esse setor.

Com objetivo de complementar esta pesquisa, também serão utilizados os dados objetivos e subjetivos. O primeiro, segundo Hair Jr. (2005), são dados independentes da opinião do pesquisador e não permitem outra interpretação, eximindo-se da discordância dos números evidenciados. Já os dados subjetivos estão relacionados com a opinião do pesquisador, ou seja, sua percepção, com o objetivo de completar alguma mensuração (numérico).

### **2.3. Limitações da pesquisa**

Pela atuação direta do mestre em agronegócio no mercado, não é possível avaliar a sua contribuição e desempenho total, pois a análise do *curriculum lattes* é limitada e apenas resultará em indicativos. Ela está longe de corresponder ao impacto geral da atuação dos mestres egressos no agronegócio no Estado.

Cabe ressaltar, que pode haver contribuição também para fora do Estado, em outras regiões onde os egressos possam estar trabalhando.

Além disso, o programa pode estar contribuindo com pesquisas e de outras formas; os egressos podem estar socializando o conhecimento adquirido, através de inúmeras publicações em congressos, seminários, palestras, revistas e jornais.

Por outro lado, há que se considerar que a realidade do Agronegócio existe independentemente da atuação do programa de mestrado.

## **2.4. Participantes da pesquisa**

Os participantes da pesquisa foram os acadêmicos do programa de mestrado em agronegócio – UFMS no período de vigência do consórcio com as Universidades de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), convênio 2003-2007. Foram considerados, somente os acadêmicos matriculados, que ainda estão inseridos no programa, e aqueles que já concluíram (egressos).

No total de participantes da pesquisa foram considerados 82 mestres e mestrandos, distribuídos entre as turmas que estudaram na universidade desde 2003 até 2007.

No ano de 2003 formaram-se 12 mestres; em 2004 foram 20, em 2005, 17; no ano de 2006, 17; e, em 2007, são 16 mestrandos que ainda se encontram em fase de defesa da dissertação.

Contudo vale ressaltar que, embora tenham sido localizados 109 matrículas apenas 82 dos acadêmicos concluíram ou estão em fase de conclusão do programa.

Para efeito de amostragem, optou-se por considerar todos os acadêmicos, sejam eles, egressos ou ainda mestrandos do programa, para o levantamento de dados.

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta etapa da pesquisa, foi feita uma revisão da literatura denominada como Referencial Teórico que permitiu a familiarização com o assunto em pesquisa. Ele se inicia examinando o conceito de agronegócio, posteriormente examina o conceito de desenvolvimento e passa pelo histórico do agronegócio no Brasil e no Estado do Mato Grosso do Sul. Examina, também, conceito e origem das universidades, caracterizando as atividades da UFMS, apresenta Missão e Objetivos e descreve o programa de pós-graduação e o atual estágio do programa de mestrado em agronegócio da instituição. Finalizando, apresenta os impactos regionais trazidos com o programa de pós-graduação em nível de mestrado em agronegócio no Estado.

#### **3.1 Conceito de Agronegócio**

Nesta seção apresenta-se o conceito de agronegócio e a evolução do conceito bem como as correntes que servirão como orientação metodológica para o desenvolvimento da pesquisa.

##### **3.1.1 Tratamento Etimológico**

A princípio, o conceito de agronegócio pode apresentar diferentes definições. Partindo-se de uma definição etimológica, percebe-se que agronegócio é

um termo composto que pode ser dividido em duas partes: a primeira “agro” e a segunda “negócio”.

A primeira expressão, “agro”, surge do latim como “*agri*”, fazendo referência às atividades relacionadas com agricultura, campo e terra cultivada, segundo Ferreira (1999). Levando o conceito para a área de interesse desta pesquisa, entende-se agro como o conjunto de atividades realizadas no campo, as atividades realizadas na agricultura e na pecuária.

Para Ferreira (1999), o segundo termo “negócio”, de acordo com a sua raiz do latim, é uma palavra composta, sendo formada por “*nego*” que significa negar, e “*ócio*” que expressa o descanso do trabalho, o tempo que se passa desocupado. Nesse sentido, o termo “negócio” representa a negação do ócio, ou seja, trabalhar.

Pode-se, ainda, admitir que o conceito de agronegócio seja resultado de uma evolução do conceito de agricultura até então utilizado para explicar as atividades desenvolvidas pelo setor primário, compreendendo as atividades de preparação da terra, plantio e colheita. Mas, com o tempo, perdeu sua eficácia e não explica mais as atividades desenvolvidas nesse setor. A atividade agrícola deixa de ser exclusivamente rural, passando a depender de outros serviços, máquinas e insumos provenientes de setores diversos, segundo Batalha e Lago da Silva, (2001).

Diante dessa necessidade, os pesquisadores da Universidade de Harvard, John Davis e Ray Goldberg, perceberam que o termo agricultura já não poderia ser analisado de forma isolada dos demais agentes que forneciam suprimentos e insumos para o desenvolvimento do setor. Foi então que apresentaram o conceito de *Agribusiness*, descrevendo a nova realidade da agricultura da época, sendo entendido como:

(...)a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles. (apud BATALHA e LAGO DA SILVA, 2001).

Entre as duas definições apresentadas acima, apenas a segunda permite dirigir o foco da pesquisa para uma abordagem sócio-econômica. Assim, a definição apresentada pelos pesquisadores da Universidade de Harvard se enquadra melhor ao objetivo desta pesquisa.

### **3.1.2 Significado sócio-econômico**

Para Araújo (2005), as transformações sócio-econômicas que ocorreram nos últimos 50 anos, em especial nos avanços tecnológicos, culminaram em mudanças na estrutura das propriedades rurais. Mudanças tais como êxodo rural, aumento nos índices de produtividade, menos pessoas envolvidas com a produção primária sustentando mais pessoas nas cidades, induziram a uma transformação no conceito da agricultura.

O conceito de Agronegócio no Brasil é recente, data da década de 1980, sendo disseminado principalmente por movimentos organizados e sistematizados em São Paulo e Rio Grande do Sul, segundo ARAUJO, (2005).

No Brasil, a abordagem sistêmica foi utilizada explicitamente por Araújo, Wedekin e Pinazza (1990) com a finalidade de levantar as dimensões básicas do *agribusiness* brasileiro, logo permitindo a interpretação de que o agronegócio é toda relação comercial envolvendo produtos agrícolas.

Para um país com as características como o Brasil, o conceito de Agronegócio está diretamente vinculado ao conceito de desenvolvimento. O Produto Interno Bruto (PIB) em 2007 foi calculado em R\$ 2.558,8 bilhões, dos quais 25% (R\$

642,6 bilhões) tiveram origem no agronegócio, que gerou 37% dos empregos naquele ano, segundo o Centro de Pesquisas Avançadas de Economia Aplicada, CEPEA (2008).

Para Rodrigues (2007), o Brasil é o terceiro maior exportador mundial de produtos agrícolas. Compete no mercado global com grandes potências como Estado Unidos, União Européia e Austrália, e representou 42% das nossas vendas para o mercado externo, o que equivale a 43,6 bilhões de dólares ou 86,7 bilhões de reais.

Além da importância econômica, ainda é possível notar uma expressiva contribuição na área social.

No aspecto social, a agricultura é o setor econômico que mais ocupa mão-de-obra: cerca de 17 milhões de pessoas que, somados a 10 milhões dos demais componentes do agronegócio, representam 27 milhões de pessoas no total. É o setor que ocupa mais mão-de-obra também em relação ao valor de produção: para cada R\$ 1 milhão, o número de envolvidos em 1995 era de 182 para a agropecuária, 25 para a extração mineral e 38 para a construção civil, segundo informações de Lourenço (2008).

Assim, é possível notar que está diretamente relacionado com o crescimento e o desenvolvimento dos municípios do Brasil, e em especial dos municípios sul-mato-grossenses, uma vez que a maioria dessas sociedades depende da economia e do desenvolvimento gerado pelo agronegócio.

Contudo, ao se observar o significado sócio-econômico do agronegócio, passa-se a questionar a sua responsabilidade como agente impulsionador do

desenvolvimento, tornando-se assim imprescindível a discussão sobre o conceito de desenvolvimento.

## **3.2 Conceito de desenvolvimento**

Nesta seção espera-se poder apresentar o conceito de desenvolvimento bem como a corrente que servirá como orientação metodológica para o desenvolvimento da pesquisa.

### **3.2.1 Origem do conceito**

Inicialmente, cabe apresentar a etimologia da palavra desenvolvimento, destacando o curioso fato de que a palavra é composta por quatro partes: *des* + *en* + *volvi* + *mento*. O sufixo *mento* sugere algo em processo; *volvi* o radical da palavra, indica voltar, retornar; *en* é um prefixo de aproximação; e, por fim, *des*, também um prefixo, traz a idéia de “para fora”. Nesse sentido, remete ao entendimento de que desenvolvimento é o processo de aproximação para aquilo que está para fora, ou seja, envolvimento com o que está a sua volta, conforme explica Macedo (2003).

Já para Pizzi (2005), o desenvolvimento possui diferentes significados; sua conotação abriga um conceito e uma realidade ambíguos, e sua etimologia pode ser vinculada às expressões *des* + *envolver*, ou seja, tirar o que envolve ou oculta. Nesse sentido, entende por desenvolvimento o processo de abertura, isto é, o fato de dar a conhecer alguma coisa até então ignorada.

Gremaud (2006) acredita que o desenvolvimento pode ser entendido como um conceito amplo onde o importante não é apenas a expansão da produção, mas também a natureza e a qualidade dessa expansão. A idéia de desenvolvimento está associada às condições de vida da população ou à qualidade de vida dos residentes no país.

Pode-se dizer, ainda, que desenvolvimento seja a noção de progresso, uma percepção de vida como uma expansão incessante e desmedida pela busca do material, fruto da revolução industrial, conforme explica Macedo (2003)

Segundo Morin e Wulf (2003), é necessário, pois, “abandonar a idéia simplista de que o progresso técnico/econômico é a locomotiva à qual estão atrelados os progressos sociais, políticos, mentais e morais”. Não se trata, pois, de simplesmente estimular o crescimento quantitativo. Por isso, o crescimento qualitativo ou desenvolvimento presume modificações radicais de comportamento dos indivíduos e dos responsáveis pelas decisões coletivas.

Ainda segundo Pizzi (2005), a definição de desenvolvimento começa a ser ampliada, superando o conceito unívoco de crescimento econômico, progresso tecnológico e modernização institucional.

Nesse novo parâmetro, Pizzi (2005) salienta três dimensões fundamentais:

1. O desenvolvimento dos homens, que exige investimentos na educação, saúde, alimentação e bem-estar social, para o qual a expectativa de vida é tomada como indicador, no nascimento.
2. O desenvolvimento pelos homens, que requer sua participação abrangente no processo de desenvolvimento, para o qual o nível cultural, medido pelo grau de alfabetização, serve como indicador.
3. O desenvolvimento para os homens, que demanda possibilidades de renda e de pesquisa para todos a fim de que possam conseguir um modesto padrão de vida.

Conforme registram Guimarães e Costa (2001), o conceito de desenvolvimento deve estar associado a um processo de crescimento econômico de

natureza endógena, no qual os fatores locais da produção social e cultural são decisivos na confirmação do desenvolvimento.

Ainda é preciso considerar que, embora seja desejável que o desenvolvimento atinja o mesmo grau em todos os setores da economia, certamente ele não se processa de forma harmônica. Em muitos países é notado um visível descompasso no desenvolvimento dos diversos setores da economia, embora no contexto geral, verifique-se uma expansão da economia como um todo

Celso Furtado, em seu livro *“O Mito do Desenvolvimento”* (1974), apresenta a idéia de desenvolvimento como um modelo de evolução, de progresso em outras dimensões, não se restringindo ao crescimento econômico. Para Furtado (1974), o desenvolvimento não se detém apenas aos aspectos econômicos, mas também aos sociais, culturais e políticos.

Nesse sentido, é preciso diferenciar os conceitos de desenvolvimento e de crescimento, uma vez que, na prática, esses conceitos podem ser usados de forma equivocada.

No senso comum entende-se crescimento como um aumento, um acréscimo no volume de produção, ou em qualquer outra forma de medida a ser considerada. Porém, para as ciências econômicas, a expressão representa o crescimento contínuo do produto nacional em termos globais ou per capita ao longo do tempo (VASCONCELLOS,1988).

Furtado (1974) complementa a importância de desenvolvimento, apresentando o conceito de subdesenvolvimento como sendo a insuficiência e/ou ausência de desenvolvimento. Trata-se de um produto do processo de

industrialização indireto, ou seja, de uma industrialização dependente dos países já desenvolvidos.

Vasconcellos (1988) acrescenta que, para caracterizar o processo de desenvolvimento, devem ser observados, ao longo do tempo, alguns elementos, a saber:

- A existência de crescimento do bem-estar econômico, medidos a partir de indicadores de natureza econômica;
- A redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade;
- A elevação das condições de saúde, educação e moradia.

Segundo essa definição, nota-se que, conceitualmente, o sentido de desenvolvimento vai muito além das mudanças quantitativas, considerando, assim, alterações de ordem qualitativa como educação, moradia, saúde e alimentação, conforme explica Vasconcellos (1988).

Diante da abrangência da definição de desenvolvimento apresentada por Furtado (1974), acredita-se ser esta a abordagem mais adequada para a pesquisa dos fenômenos sociais. Portanto esta pesquisa considerará esta abordagem para definir desenvolvimento.

Tendo definido o conceito de desenvolvimento, agora é preciso identificar quais são os municípios em desenvolvimento no Estado que o agronegócio vem impulsionando.

### **3.2.2 Municípios em desenvolvimento no Estado**

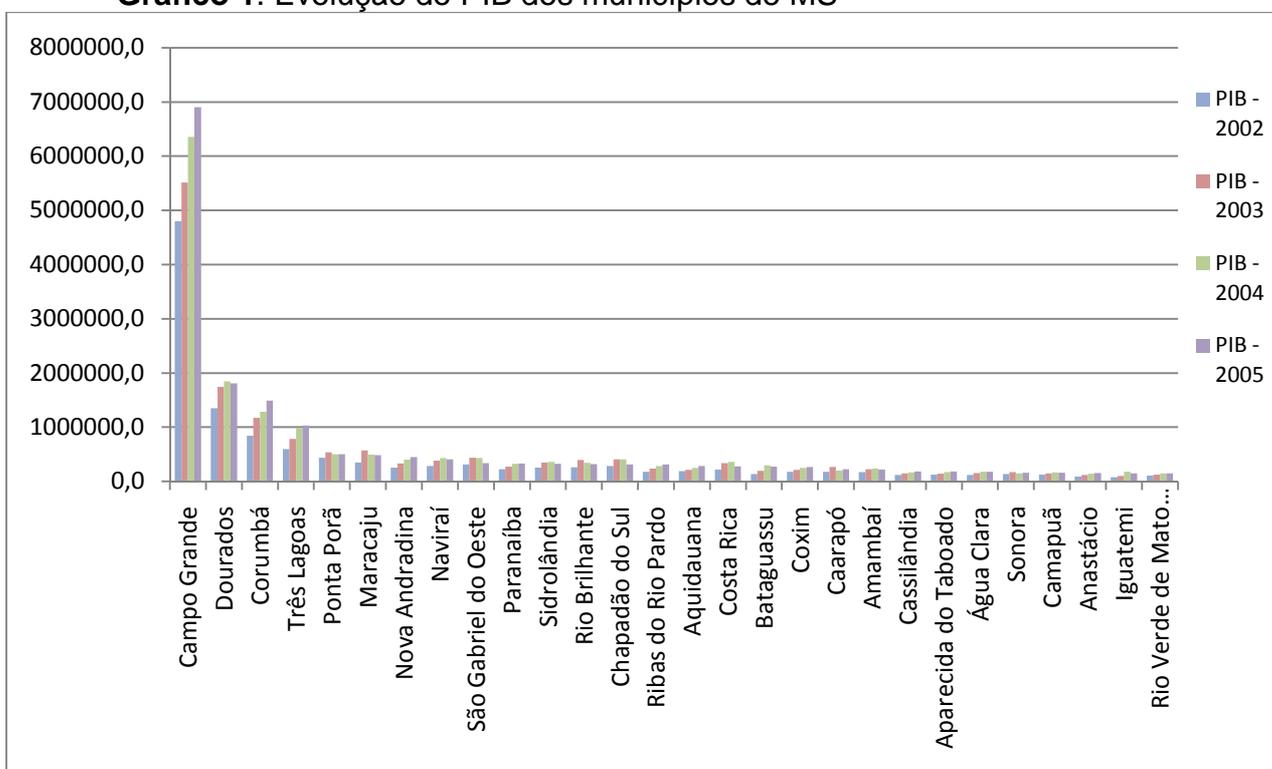
O Estado de Mato Grosso do Sul encontra-se em uma conjuntura econômica predominantemente voltada para o agronegócio, salvo algumas poucas cidades que fogem a essa regra.

Segundo informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE,<sup>2</sup> 2008, foram elaborados alguns gráficos que facilitarão a análise, realçando a importância econômica do agronegócio para o Estado.

O gráfico 1 apresenta os 28 maiores municípios de Mato Grosso do Sul com base no PIB, no período referente aos anos de 2002 a 2005, último resultado disponibilizado pelo IBGE.

Os principais municípios foram: Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã, Maracaju, Naviraí, São Gabriel do Oeste, Paranaíba, Sidrolândia, Rio Brilhante, Chapadão do Sul, Ribas do Rio Pardo, Aquidauana, Costa Rica, Bataguassu, Coxim, Caarapó, Amambaí, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Água Clara, Sonora, Camapuã, Anastácio, Iguatemi e Rio Verde de Mato...

**Gráfico 1. Evolução do PIB dos municípios de MS**



Elaborado pelo autor, de acordo com informações disponibilizadas pelo IBGE.

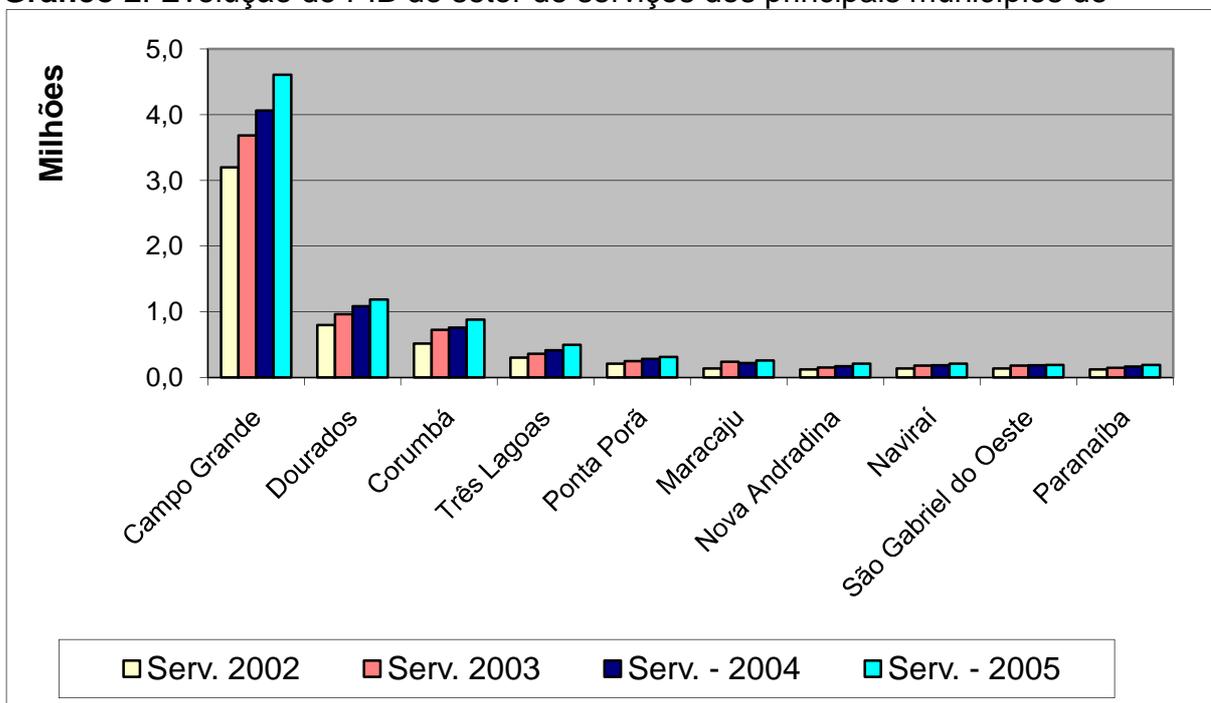
<sup>2</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), PIB dos Municípios, 2002-2005. Disponível em: [www.ibge.com.br/servidor\\_arquivos\\_est/](http://www.ibge.com.br/servidor_arquivos_est/), acesso em 06/09/2008.

Esse gráfico mostra que os municípios de Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três lagoas e Nova Andradina apresentaram forte crescimento, enquanto Paranaíba, Iguatemi, Aquidauana, Bataguassu, Coxim e Ribas do Rio Pardo apresentaram um crescimento menos acentuado.

Os municípios de Ponta Porã, Maracaju, Naviraí, Carapó, Amambaí, São Gabriel do Oeste, Rio Brillhante, Chapadão do Sul, Cassilândia, Aparecida do Taboado, Água Clara, Sonora, Camapuã, Anastácio e Rio Verde mantiveram seu PIB estável.

O Gráfico 2 apresenta a evolução do PIB do setor de serviços dos principais municípios do Estado no período de 2002 a 2005, não sendo consideradas as receitas oriundas da arrecadação de impostos.

**Gráfico 2.** Evolução do PIB do setor de serviços dos principais municípios de



Elaborado pelo autor, de acordo com dados disponibilizados pelo IBGE

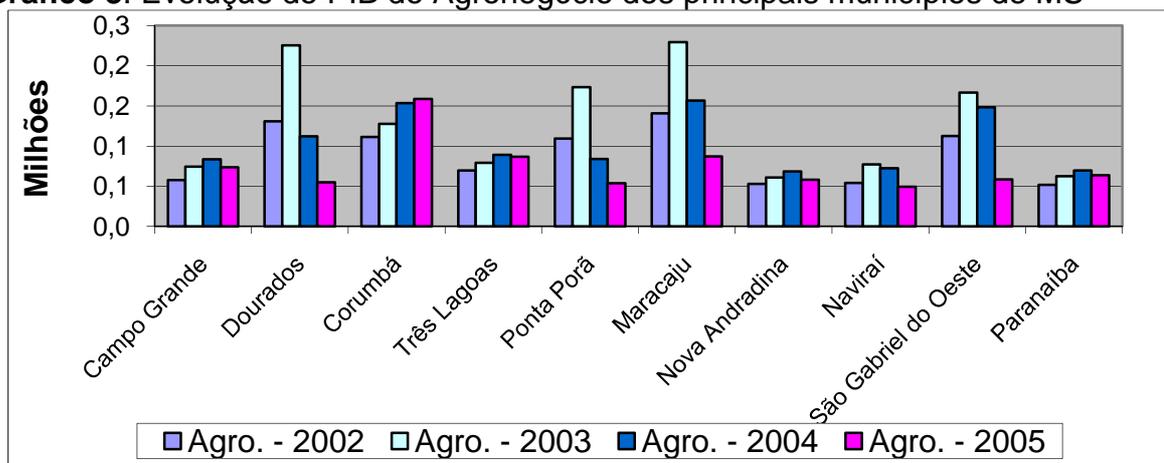
A análise do Gráfico 2 possibilita identificar que alguns municípios tiveram um acentuado crescimento do PIB no setor de serviços, como é o caso de Campo

Grande, Dourados e Corumbá. Dentre os municípios com crescimento menos acentuado situam-se Ponta Porá, Maracaju e Paranaíba.

Os municípios de São Gabriel do Oeste e Naviraí tiveram um comportamento curioso, pois apresentaram um crescimento pouco expressivo, podendo ser explicado pelo baixo desempenho do setor do agronegócio no período analisado, conforme pode ser visto no Gráfico 3.

O Gráfico 3 apresenta a evolução do PIB do setor de Agronegócio. Esse gráfico revela uma situação impar, pois se percebe que na composição do PIB de todos os municípios fica evidente a participação de reprogramas provenientes da área do agronegócio.

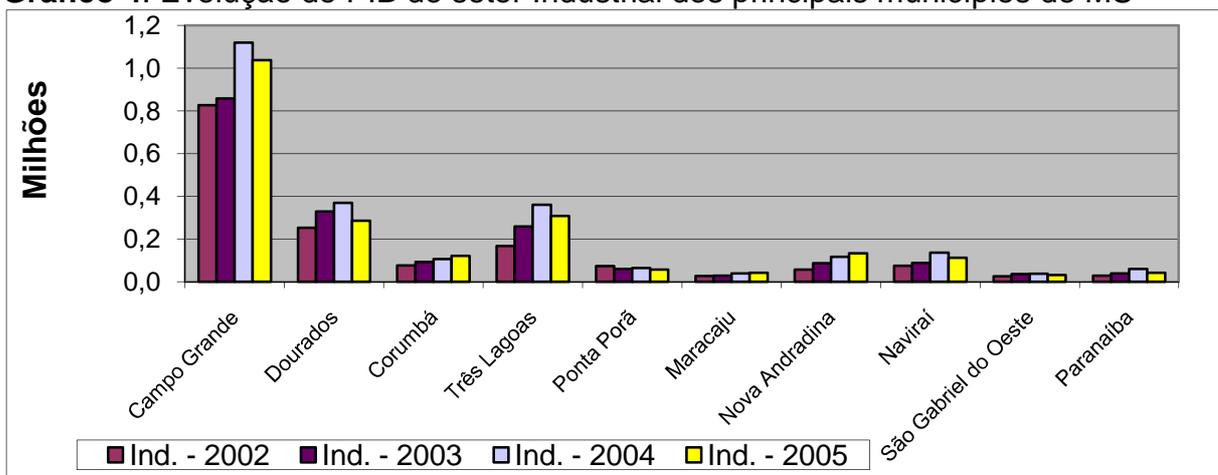
**Gráfico 3.** Evolução do PIB do Agronegócio dos principais municípios de MS



Elaborado pelo autor, de acordo com dados disponibilizados pelo IBGE

Percebe-se, ainda, que em todos os municípios há a exploração do setor do Agronegócio, mesmo em cidades que se apresentam como sendo predominantes na prestação de serviços, como é o caso de Campo Grande, ou onde predomina o setor industrial, por exemplo, Três Lagoas, conforme poderá ser observado no Gráfico 4.

**Gráfico 4.** Evolução do PIB do setor Industrial dos principais municípios de MS



Elaborado pelo autor, de acordo com dados disponibilizados pelo IBGE

O Gráfico 4 apresenta a evolução do PIB do setor industrial dos principais municípios de Mato Grosso do Sul. Este gráfico mostra que Campo Grande destaca-se também no desenvolvimento da atividade industrial, seguidas pelas cidades de Corumbá e Três Lagoas.

Outro fato que chama a atenção é que todos os municípios estudados, com exceção de Nova Andradina, tiveram o seu crescimento interrompido no ano de 2004, fato explicado pelo relacionamento com o setor do agronegócio, que nesse mesmo período passou por forte desaceleração.

É preciso lembrar que o desenvolvimento do setor do agronegócio é de fundamental importância para as nações, pois nota-se que à medida que o processo de desenvolvimento econômico e social se desenrola, verifica-se um aumento na taxa de crescimento da procura de alimentos, segundo Furtado (1976).

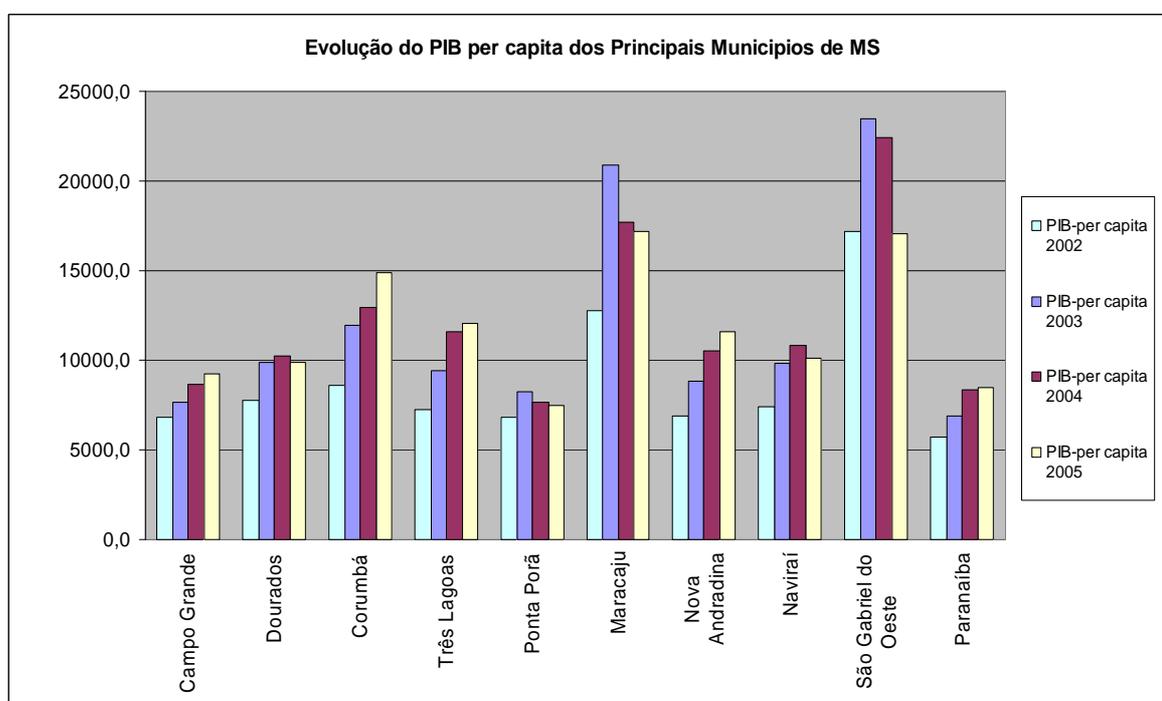
Logo, é notável que todos os municípios do Estado possuam uma parcela de contribuição no desenvolvimento do agronegócio, embora umas tenham seguido uma tendência de crescimento mais acentuado e outras, mais regulares.

Pode-se notar que esse crescimento vem acompanhado de desenvolvimento e o resultado dessa elevação do nível de desenvolvimento normalmente é marcado

por uma elevação do PIB per capita. Esse aumento provoca diretamente uma modificação nos padrões de consumo da população, o que exige melhorias de ordem qualitativa nas condições de alimentação, educação, moradia e saúde.

Essa melhoria nas condições de vida da população desencadeará uma distribuição da renda, conseqüentemente proporcionando o desenvolvimento em todos os setores da economia local e um crescimento no PIB per capita, conforme demonstrado no Gráfico 5.

**Gráfico 5.** Evolução do PIB per capita dos principais municípios de MS



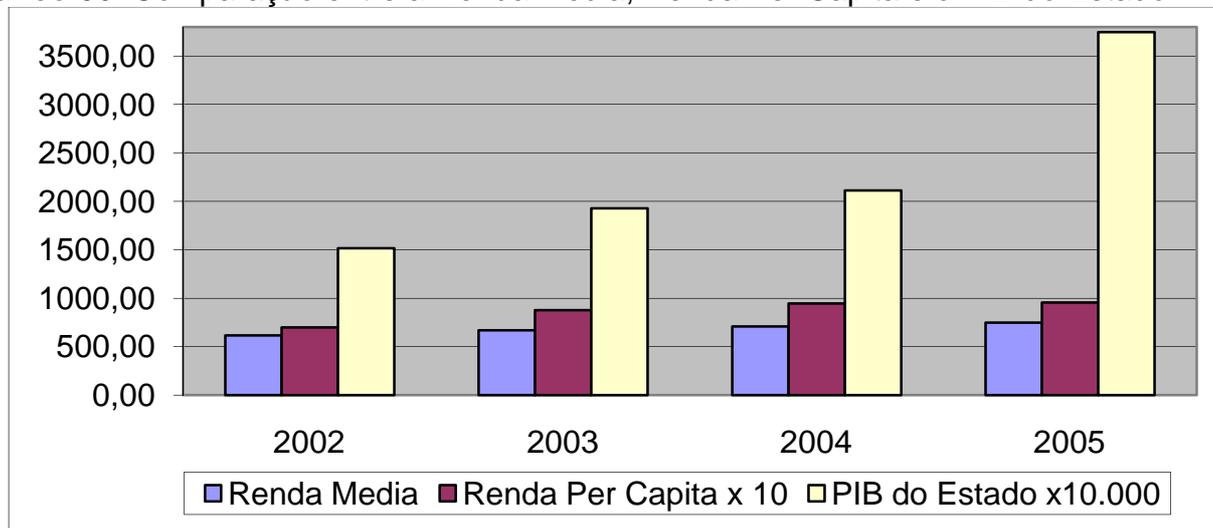
Elaborado pelo autor, de acordo com dados disponibilizados pelo IBGE

O Gráfico 6 faz uma comparação entre a evolução do PIB do Estado, a evolução da renda dos assalariados e a evolução da renda per capita. Partindo dessa comparação, podem ser observadas algumas variações:

- I. A linha de tendência do crescimento do PIB foi muito superior à evolução da renda dos assalariados;
- II. A linha de tendência do crescimento do PIB foi, também, muito superior à evolução da renda per capita;

III. Embora haja um crescimento da renda dos assalariados, a evolução da renda per capita foi superior.

**Gráfico 06.** Comparação entre a Renda Média, Renda Per Capita e o PIB do Estado



Elaborado pelo autor, de acordo com dados disponibilizados pelo IBGE

Embora seja verificado crescimento no PIB do Estado, é verificado que a evolução da renda per capita não acompanhou o mesmo ritmo.

O mesmo pode ser notado com a distribuição da renda aos trabalhadores, que, embora também tenha apresentado crescimento, apresentou-se em ritmo menor que o crescimento do PIB do Estado.

A análise do Gráfico 6 mostra que, embora esteja havendo crescimento econômico no Estado, o desenvolvimento vem evoluindo em ritmo mais lento.

Nota-se que, no ano de 2003, o setor do agronegócio teve o seu maior crescimento, o mesmo acontecendo na evolução da renda per capita e na distribuição da renda.

Essa coincidência permite deduzir que o crescimento da renda per capita e o aumento da renda dos trabalhadores são fatores que variam com o crescimento do PIB do setor do agronegócio, ou seja, havendo um crescimento econômico do setor

do agronegócio, haverá uma melhor distribuição da renda e, portanto, um desenvolvimento sócio-econômico.

Dessa forma, é necessário apresentar uma descrição do histórico do agronegócio, já que este é um setor que apresenta grande importância sócio-econômica, senão o mais importante para o crescimento e o desenvolvimento do país e do Estado de Mato Grosso do Sul.

### **3.3 Histórico do Agronegócio**

Nesta seção pretende-se apresentar o histórico e a evolução do agronegócio no País e no Estado, bem como a sua importante participação no crescimento econômico e no desenvolvimento da sociedade. Esta apresentação servirá como orientação metodológica para o desenvolvimento da pesquisa.

#### **3.3.1 Histórico do Agronegócio no Brasil**

O atual cenário do agronegócio brasileiro enquadra-se em uma evolução que remonta ao século XVI. A ocupação iniciada durante o século XVI e apoiada na doação de terras por intermédio de sesmarias, monocultura da cana-de-açúcar e no regime escravocrata foi responsável pela expansão do latifúndio.

Antes da expansão desse sistema monocultor, a extração do pau-brasil já havia se instalado no país como primeira atividade econômica. A extinção do pau-

brasil coincidiu com o início da plantação da lavoura canavieira que, durante esse período, serviu de base e sustentação para a economia.

Já em áreas do sertão, onde as condições ambientais não eram favoráveis à expansão canavieira, desenvolveu-se a grande propriedade voltada para a pecuária de corte e o abastecimento de pequenos centros urbanos para o fornecimento de animais de tração às áreas canavieiras. Junto ao desenvolvimento da cultura canavieira e da pecuária extensiva, foi desenvolvida uma agricultura de subsistência que visava ao abastecimento de pessoas engajadas nos engenhos e fazendas de gado, situação que perdurou até o século XVIII, quando a mineração passou a ser a principal atividade do país. Essa nova atividade foi responsável pelo aumento de áreas voltadas para a agricultura de subsistência e promoveu o aparecimento de propriedades de menores dimensões, dedicadas à produção de alimentos com fins comerciais. A prática de mineração permaneceu sob a forma de garimpos.

Já no século XIX, tem-se início a fase de grande expansão da ocupação do território brasileiro, sobretudo na região Sudeste, motivada pela difusão de novas terras e o conseqüente aumento do tamanho das propriedades.

No século XX, sucessivas crises de abastecimento surgidas em função do predomínio econômico do café e da cana-de-açúcar voltados para o mercado externo contribuíram para o aparecimento de pequenas e médias propriedades dedicadas ao cultivo de produtos alimentícios básicos.

O crescente processo de urbanização do Brasil, junto com o desenvolvimento industrial a partir da década de 1940, contribuiu para o surgimento de áreas agrícolas destinadas à produção de matérias-primas industriais, de produtos hortifrutigranjeiros e de uma pecuária leiteira desenvolvida em planaltos.

Em termos macroeconômicos, em 2007, o PIB do agronegócio global brasileiro foi de R\$ 642,6 bilhões, representando 25% do PIB total do Brasil, R\$ 2.558,8 bilhões. Nesse mesmo ano, a agricultura teve um PIB de R\$ 456,8 bilhões, enquanto a pecuária apresentou PIB de R\$ 185,8 bilhões. Os seguintes dados também ilustram a grande relevância do agronegócio no Brasil: o agronegócio brasileiro representou um saldo na balança comercial de US\$ 49,7 bilhões no ano de 2007, com R\$ 58,4 bilhões de exportações no mesmo ano, representando 36,4% das exportações totais do Brasil. Ademais, o agronegócio brasileiro emprega um terço da população economicamente ativa, segundo informações do CEPEA (2008).

O Brasil possui 62% da área de seu território com potencialidade agrícola, sendo que 90 milhões de hectares se localizam no cerrado brasileiro; a área ocupada por estabelecimentos agropecuários totaliza 353,6 milhões de hectares, ou seja, 41,4% do total da superfície de 851 milhões de hectares do território nacional, segundo informações do Ministério do Abastecimento, Agricultura e pecuária, MAPA (2007).

Esses pontos reforçam a importância do agronegócio no Brasil, devido à sua grande competitividade, à utilização de alta tecnologia e ao fato de constituir fonte geradora de empregos e riquezas para o país.

Para tanto, as regiões geográficas com maior concentração de atividades que envolvem as atividades do agronegócio brasileiro englobam todo o território nacional, sem exceção. As regiões centro-oeste, sul e sudeste são os pólos mais desenvolvidos em termos de agronegócio no Brasil. No entanto, as regiões norte e nordeste vêm apresentando crescimento significativo nos últimos anos.

### **3.3.2 Histórico do Agronegócio no Mato Grosso do Sul**

O Centro-Oeste é a região de expansão econômica mais importante do Brasil e uma das mais privilegiadas do mundo, por seus reprogramas naturais e sua posição geográfica. O Centro-Oeste detém cerca de 80 milhões de hectares de cerrado apto ao cultivo, com custos de produção relativamente baixos devido às condições favoráveis do solo. Na região vem se desenvolvendo a agricultura mais dinâmica do país, com recordes de produtividade na produção de diversos grãos e de outros produtos agrícolas, bem como uma pecuária moderna de expressão nacional.

O agronegócio que se apresenta de forma clara como o vetor preponderante do desenvolvimento da região tem a capacidade de alavancar diversos outros setores da economia. A construção civil, a fabricação de máquinas e equipamentos da agropecuária, a fabricação de veículos automotores, a indústria ferroviária, a mineração, a termoeletricidade (gás natural) e diversas outras atividades serão inevitavelmente impulsionadas.

Mato Grosso do Sul é um Estado com vocação indiscutível para o agronegócio, setor que tem colaborado muito para a estabilidade econômica do país, com grande participação nas exportações e na entrada de divisas em moeda estrangeira, o que tem tornado o Brasil menos vulnerável a eventuais crises internacionais que possam vir a acontecer. Assim, o Estado tem incentivado o consumo e colaborado diretamente na manutenção de baixos preços de produtos agrícolas.

O Estado tem como atividades econômicas a exploração da agropecuária, comércio, serviços e indústria. Economicamente pode-se dizer que a atividade

agropecuária é a responsável pelo sucesso ou fracasso das atividades desenvolvidas pelo comércio e indústria, visto que esses dois segmentos são diretamente dependentes do resultado da exploração agropecuária. O Estado possui excelente clima, terras cultiváveis e chuvas regulares.

A agricultura é beneficiada pela existência da terra roxa em vários municípios do Estado; os locais de maior concentração de lavouras são os municípios de Maracajú, Sidrolândia, Bandeirantes, São Gabriel do Oeste, Dourados e Chapadão do Sul. Destacam-se ainda as madeireiras, a extração de minerais não metálicos, a indústria de cimento e a de beneficiamento de produtos agrícolas. Com a implantação do gasoduto (Brasil-Bolívia), a tendência é que novas indústrias se instalem no Estado devido ao baixo custo desse combustível, o que já demandou a construção e inauguração de uma usina termoeletrica, oferecendo mais energia à região.

Mato Grosso do Sul tem ainda um potencial turístico inestimável, comporta a maior planície de inundação do mundo e um dos ecossistemas mais importantes do planeta, o pantanal. Nos campos pantaneiros, a principal atividade econômica ainda é a pecuária, pois o pasto é nativo.

Nesse ecossistema encontram-se, além de espécies raras de animais, inúmeras riquezas naturais como as grutas e os rios localizados na cidade de Bonito, por exemplo, na região sudoeste do Estado.

Seus reprogramas, no entanto, precisam ser explorados dentro de uma visão de Desenvolvimento Sustentável, pois é preciso saber crescer preservando o patrimônio ecológico, histórico e cultural. Por todos esses motivos, o Estado tem sua importância reconhecida nacional e internacionalmente.

### **3.4 História da Universidade**

Nesta seção será apresentada uma breve história da universidade no mundo e no Brasil, e posteriormente será apresentada a história da UFMS, contemplando suas definições, finalidade e suas atividades. Esta apresentação se dará a partir de uma análise no contexto histórico do surgimento da primeira universidade da Humanidade, passando pela propagação da criação no mundo, chegando à criação das universidades no Brasil a situação atual da UFMS. Por último serão destacadas as atividades da UFMS no campo de ensino, pesquisa e extensão.

#### **3.4.1 Breve história da Universidade**

Antes de iniciar a discussão a respeito das universidades é preciso fazer uma reflexão de que, antes da criação das universidades e dos grupos de pesquisas, já havia outras formas de aprofundar e reproduzir o conhecimento. Formas bem primitivas já se encontravam presentes nas sociedades tribais e até mesmo na Antiguidade da Sociedade Oriental (por exemplo, a sociedade dos egípcios, hindus e hebreus) representada por ritos, mitos e crenças, (MATTAR, 2008).

Mattar (2008) descreve que na Grécia surge o primeiro modelo de cultura e educação que marcará todo o Ocidente. A ideia de educação grega consistia na formação integral do corpo e do espírito, com as *gymnastike* (educação do corpo, através da educação física e do atletismo) e com a *mousike* (educação da mente ou do espírito, por meio das musas, incluindo a música e a poesia). Os gregos eram

educados por professores itinerantes, chamados sofistas, que ensinavam principalmente a arte da dialética e política, sempre associada à filosofia.

Em Roma, segundo Mattar (2008), a educação elementar era realizada em casa pelos próprios pais ou então por um tutor, que ensinavam as crianças a ler, escrever e calcular, havendo ainda a possibilidade, a quem preferisse escolas primárias para esse tipo de educação. A educação para as meninas se encerrava nessa fase, enquanto que, para os meninos, caso fossem destinados a alguma educação adicional, começaria apenas a partir dos 12 anos para estudar literatura e gramática, e a partir dos 15 anos com um professor retórico e posteriormente com um filósofo.

Com a decadência do ensino em Roma, os mosteiros tornam-se um dos locais mais importantes para a preservação da ciência e da cultura das sociedades antigas, sendo fundada em 529 a importante Ordem Beneditina (MATTAR, 2008).

A partir do século IX, houve uma mudança no modelo clássico de cultura e educação, passando a ser fundamentado nas sete artes liberais. As artes liberais estavam agrupadas em dois blocos de disciplinas distintas entre si, as *trivium* e as *quadrivium*.

As disciplinas que contemplavam as *trivium* eram compostas pelas artes das palavras: a Gramática, a Retórica e a Dialética; enquanto que as *quadrivium* abrangiam a arte dos números compostas pelas disciplinas geometria, aritmética, astronomia e música. Esse mesmo período também foi marcado pela criação e desenvolvimento das primeiras bibliotecas da história (MATTAR, 2008).

Já no final do século XII, com a urbanização e o desenvolvimento do comércio, e com a necessidade de um novo pensamento teológico e racional, e

também com a disponibilidade de teólogos ansiosos por avançar a razão, nasce a universidade na Europa, (MATTAR, 2008).

Segundo Buarque (1994), a universidade surgiu como contemporânea de uma transição no momento em que a Europa dos dogmas e do Feudalismo iniciava seu rumo ao renascimento do conhecimento e à racionalidade científica, desde o feudalismo até o capitalismo.

Ainda para Buarque (1994), a universidade foi instrumento da criação do novo saber que serviria ao novo mundo, que surgiu entre o fim do feudalismo dogmático e a consolidação do liberalismo capitalista.

Cabe apresentar aqui que, para a constituição de uma universidade, é preciso antes de tudo que exista ao menos dois elementos principais: professores e estudantes; após serem completados esses requisitos básicos surgirão então as demais necessidades.

Para Buarque (1994), por "*universitas*" entende-se uma corporação legal formada por professores de Paris e estudantes de Bolonha que acharam vantajoso se agrupar para aprofundar o conhecimento.

O conceito "universidade" é fruto do termo "*universitas*", que era usado para descrever qualquer associação legal. Assim, segundo Buarque (1994), foi dada a essa associação legal a expressão usada até hoje para dar significado à universidade: uma associação de professores e alunos que visam fazer avançar o conhecimento.

Para Charle e Verger (*apud* Somensi (2005)), por universidade deve-se entender uma instituição particularmente ocidental (mais ou menos) autônoma de

mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas de nível superior.

Para fins de utilização nesta pesquisa, define-se universidade como uma entidade que pode ser criada por professores e estudantes, cujo objetivo social é desenvolver, socializar e transmitir o conhecimento gerado por suas atividades. Buarque (1994) acrescenta que a universidade precisa criar uma estrutura que permita ser um centro de geração do conhecimento, pesquisa e de educação superior de forma permanente.

Contudo, é preciso lembrar que, como um processo que evolui lentamente, muitas mudanças ocorreram desde a criação da primeira universidade até os dias atuais, surgindo novos pensadores com novas reflexões, levando ao avanço das teorias para diferentes visões e conceitos de universidade, representando modelos que são válidos em todo o mundo até os dias atuais.

Diversos modelos de concepção de universidade podem ser encontrados. Para as finalidades desta pesquisa, destacam-se os modelos francês, alemão e norte americano, que influenciaram na concepção das universidades em torno do mundo, não diferente aqui no Brasil.

O modelo francês de universidade teve seu maior impulso na concepção do pensamento de Descartes. A idéia central de Descartes era a da emancipação do sujeito através da racionalidade secularizada.

Segundo Dias Sobrinho e Ristoff (2000), a universidade francesa ou cartesiana substitui a raiz transcendente de sua estrutura medieval no qual o horizonte e o fundamento são metafísicos, com raiz de sentido lógico, que fundamenta o método. Nesse sentido, a universidade se desenha como razão

instrumental, reconhecendo que tudo tem uma razão de ser, e pode ser desvendada pela razão humana.

Para Dias Sobrinho e Ristoff (2000), no modelo francês a universidade passa a incorporar a transformação condicionada pelos modos de produção, sendo utilizada para a criação do conhecimento e técnicas destinadas à produção e colocando-se a serviço do Estado, portanto concebida como uma universidade técnica estatal.

O modelo alemão, segundo Ribeiro (1969), nasceu com o compromisso de edificação do país e de se projetar a cultura alemã na civilização industrial. Assim, a Universidade tem como tarefa investigar a verdade por ela mesma, seguindo os princípios de liberdade de ensino e pesquisa, onde a pragmática deve subordinar a verdade.

Segundo Somensi (2005), o principal expoente encontrado no modelo alemão foi Guilherme de Humboldt, que organizou e fundou em 1810 a universidade de Berlim. O modelo alemão tem como base o caráter metódico de raciocínio e de investigação científica.

Para Dias Sobrinho e Ristoff (2000), no modelo alemão de universidade, o Estado deveria se orientar nas verdades estabelecidas pelos caminhos reflexivos da razão, desenvolvidos pela Universidade.

O modelo norte americano é fundamentado na experiência e nas reflexões de Alfred N. Whitehead, em sua obra “Os fins da educação”, publicada em 1929. Nessa obra a universidade é colocada como um espaço de educação e de investigação imaginativa, que visa levar o universitário a utilizar os princípios recebidos na teoria para a prática em sua vida (TOBIAS *apud* SOMENSI, 2005).

Para Buarque (1994), o modelo norte americano ainda é influenciado pelo trabalho de *Rudolph P. Atcon*, que apresenta um relatório onde demonstrava uma nova estrutura para a universidade. Tal estrutura era caracterizada por ser tecnocrática e estava a serviço do projeto desenvolvimentista, sendo bem recebida pela comunidade acadêmica.

Nesse enfoque, a educação utiliza o conhecimento e tem função social de tal forma que a universidade influencie a sociedade e esta retorne o conhecimento à universidade, conforme defende Somensi (2005).

A universidade brasileira parece não sofrer forte influência de um modelo específico ou ainda constituir-se em um modelo próprio definido. O que se tem notado nas poucas publicações a respeito é que o modelo brasileiro vem passando por uma lenta e tardia consolidação. Ainda assim, vários pensadores brasileiros empenharam-se na construção de um conceito que, de acordo com esta dissertação, optou por apresentar os seguintes pensadores:

José Joaquim Tavares Belfort publica, em 1873, a “*Apreciação do Projeto de Criação de uma Universidade*”, primeira obra que trata da universidade brasileira. Nesta obra o autor sugere que a universidade brasileira é uma adaptação do modelo alemão, por considerar importante a investigação científica. Contudo o autor reconhece a existência de uma tendência centralizadora do parlamento brasileiro, que pretendia manter o monopólio sobre o ensino superior (TOBIAS, 1969).

João Camilo de Oliveira Torres publica, em 1940, a obra “*A Finalidade e o Sentido do Ensino Universitário*”, na qual descreve a universidade como um espaço para todas as ciências, tendo a Filosofia como centro e fundamento das outras ciências (OLIVEIRA TORRES *apud* TOBIAS, 1969).

Em 1958, Alceu Amoroso Lima publica a obra o “*Espírito Universitário*” defendendo que a função da universidade deve ser a busca pela verdade associada à comunicação, e que a especialização possui grande relevância, desde que seja fundamentada no Espírito Investigativo. Para o autor, a universidade tem como função a formação integral do indivíduo como pessoa crítica (TOBIAS, 1969).

A universidade brasileira tem compromisso com o desenvolvimento e a transformação da sociedade, tendo caráter tanto político quanto técnico, conforme afirma Vieira Pinto *apud* Dias Sobrinho e Ristoff (2000).

Na concepção de Buarque (1994), a universidade brasileira serve a uma sociedade dividida em uma maioria segregada e excluída e para uma minoria privilegiada e integrada. O autor ainda declara que a universidade tem baixa produção de conhecimento e pensamentos alternativos, e ainda tem o aluno como um insumo, que se transforma no profissional e no doutor que o mercado espera, formando mão de obra para projetos excludentes com baixa produção de conhecimento e pensamentos alternativos.

As concepções e trabalhos descritos acima demonstram a dedicação e o esforço despendidos para defender a criação de um modelo de universidade adequado para o Brasil. Outras obras e autores poderiam ser citados, porém buscou-se limitar as discussões em virtude da extensão desta pesquisa. Nesse sentido, passa-se a apresentar um breve histórico do ensino superior no Brasil.

### **3.4.2 Breve histórico do ensino superior no Brasil**

A implantação de um projeto educacional no Brasil não estava nos planos das viagens ultramarinas de Portugal; não era de interesse de Portugal educar a mão de obra da colônia agrícola brasileira, já que, durante os três primeiros séculos da nossa colonização, o processo educacional esteve a cargo dos Jesuítas e atrelada ao processo de catequização, conforme explica Mattar (2008).

Mattar (2008) acrescenta que apenas em 1772 é implantado, pelo Marques de Pombal, o ensino público oficial; mesmo no início do século XIX ainda não havia um sistema estruturado de educação, isso devido ao governo português não autorizar a criação de universidades aqui no Brasil. Apenas com a chegada da família real portuguesa em 1908, é criada a Imprensa Régia, e em 1910 a primeira biblioteca, com cerca de 60 mil livros trazidos por Dom João VI.

Segundo Ribeiro (1969), no período da colonização o Brasil contou apenas com a universidade da Bahia, que ministrava programas para o sacerdócio e programas de direito e medicina, que seriam completados em Portugal.

Ribeiro (1969) afirma ainda que o Brasil, em contraste com todos os demais países da América, chegou à independência sem nenhuma universidade. Destaca, ainda, que, faltando uma década para a independência, contava com apenas cinco faculdades (duas de Direito, duas de Medicina e uma Politécnica) e apenas 2.300 estudantes matriculados.

Em 1920 é criada a primeira instituição universitária oficial do País, a Universidade do Rio de Janeiro, hoje UFRJ; logo em seguida, em 1927, surge a Universidade de Minas Gerais; em 1934, a Universidade de São Paulo; e, em 1936, a Universidade de Porto Alegre (MATTAR, 2008).

Em 1950, em contraste com a fase de colonização, já tinham sido criadas 15 universidades e 60 programas, e o montante de alunos matriculados somavam 37.548 (RIBEIRO, 1969).

Uma década depois, em 1961, é instituída a Universidade de Brasília, desenvolvida a partir de um modelo criado por Darcy Ribeiro. Naquela mesma década, no ano de 1965, é publicado o Parecer nº 977/65, que conceitua os programas de pós-graduação e estabelece seus princípios fundamentais, distinguindo a pós-graduação *latu sensu* e a *stricto sensu* e também os níveis de formação de mestrado e doutorado. A partir de 1982 a Capes<sup>3</sup> passa a avaliar os programas de pós-graduação no país (MATTAR, 2008).

Segundo Mattar (2008), em 1996 é instituída a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e, juntamente com ela, a definição de universidade, conforme texto do Art. 52.

Art 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I – produção intelectual institucionalizada mediante o pesquisa sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral;

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber.

Mattar (2008) esclarece que o Art. 12 do Decreto nº 2.306 de 1997 permite a criação da figura dos centros universitários, instituições de ensino superior, que se enquadram entre as faculdades e as universidades, inclusive pela relação do grau de autonomia. O artigo define os centros universitários como:

[...] instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido,

---

<sup>3</sup> Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

comprovada qualificação do seu corpo docente e pelas condições de pesquisas acadêmicas oferecidos à comunidade escolar [...].

A descrição da trajetória da universidade no Brasil permite um direcionamento à pesquisa, facilitando a compreensão do atual estágio da UFMS, cuja breve história será apresentada a seguir.

### **3.4.3 Breve história da UFMS**

Segundo o Projeto Político-Pedagógico do programa de Administração Modalidade Distância (UFMS/PPP) (2006), a UFMS teve sua origem em 1962, com a criação de Faculdade de Farmácia e Odontologia em Campo Grande.

Em 1966, pela Lei nº Estadual no 2.620, esses programas foram absorvidos com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o Programa de Graduação em Medicina (UFMS/PPP, 2006).

O Projeto Político Pedagógico (UFMS/PPP) (2006) apresenta, ainda, a ação do Governo de Estado de Mato Grosso que, em 1967, criou em Corumbá o Instituto Superior de Pedagogia e, em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras, ampliando, assim, a rede pública estadual de ensino superior.

Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº no 2.947, de 1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT).

Em 1970, foram criados os Centros Pedagógicos de Aquidauana e de Dourados e incorporados à UEMT.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, foi concretizada a federalização da instituição, que passou a denominar-se Fundação UFMS, pela Lei Federal nº 6.674 de 5 de julho de 1979. O então Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Atualmente funcionam em Campo Grande seis unidades setoriais<sup>4</sup>: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET), Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS), Faculdade de Medicina (FAMED), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ) e Faculdade de Odontologia (FAODO).

Além desses, a UFMS mantém campus em Aquidauana, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba e Três Lagoas, descentralizando a educação para atender aos principais pólos de desenvolvimento do Estado. A UFMS criou, mas ainda não está implantado, os Campi de Ponta Porã e Bonito, segundo o UFMS/PPP (2006).

Por meio da Lei Federal nº 11.153 de 29.07.2005, implantada em 01/01/2006, o campus de Dourados (CPDO) foi transformado em Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

A UFMS possui programas de graduação e pós-graduação, presenciais e a distância. Os programas de pós-graduação englobam os programas de especialização e os programas de mestrado e doutorado.

Segundo o UFMS/PPP (2006), a UFMS tem como princípio para as suas atividades alguns objetivos, conforme seguem abaixo:

---

<sup>4</sup> Informações coletadas do Manual do Estudante do programa Administração Modalidade a Distância da UFMS, disponível em: [www.ead.ufms.br](http://www.ead.ufms.br).

Gerar, difundir e aplicar conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do homem, em particular, do homem do Estado de Mato Grosso do Sul; aproveitando as potencialidades da região, mediante processos adequados e integrados de ensino, pesquisa e extensão, com princípios de responsabilidade, de respeito à ética, à diversidade biológica, étnica e cultural, garantindo a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado;

Formar e qualificar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, com vistas ao seu ingresso no desenvolvimento da sociedade sul-mato-grossense e da sociedade brasileira em geral, contribuindo na sua formação participativa e continuada; contribuir para os desenvolvimentos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais por meio de pesquisas e de atividades que promovam a descoberta, a invenção e a inovação, capazes de desenvolver o entendimento do ser humano, priorizando os problemas regionais e nacionais;

Educar para o desenvolvimento sustentável, contribuindo para a elevação da qualidade de vida do homem, priorizando a região em que está inserida;

Contribuir para que os progressos científicos, tecnológicos, culturais e artísticos sejam aplicados à solução dos problemas da natureza e dos seres humanos, considerando o pluralismo de idéias e de concepções científicas, culturais, políticas e religiosas;

Promover o fortalecimento permanente da qualidade de ensino, com objetivos voltados para a sociedade e para a construção humanística em seus conteúdos;

Participar da formulação das políticas nacionais de educação, ciência, tecnologia e cultura.

Visando atingir os objetivos essenciais de aprimoramento do ensino e de estímulo às atividades de pesquisa e de extensão, a UFMS vem participando ativamente da preservação dos reprogramas naturais do meio ambiente de Mato Grosso do Sul, especialmente da fauna e flora do Pantanal, região onde está inserida.

A UFMS ainda tem como princípio norteador a missão de tornar-se referência nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços, firmando-se como instituição capaz de interagir na busca de soluções para o desenvolvimento do cidadão, da sociedade e da região.

A UFMS tem dedicado esforços para que a comunidade esteja cada vez mais aproximada da Instituição, fazendo uso de seu potencial técnico, científico, tecnológico e cultural.

Para que haja essa integração entre sociedade e comunidade, um dos requisitos básicos é que a Instituição utilize seu potencial técnico e científico em favor da comunidade em que está inserida e, para isso, a pós-graduação assume

grande responsabilidade com a realização de pesquisas e formação de professores, Dessa forma, faz-se necessário tecer a história, o papel social e o estágio vigente dos programas de pós-graduação existentes no país.

### **3.5 Contribuição de programas de pós-graduação**

Nesta seção pretende-se apresentar a origem histórica da pós-graduação no Brasil, apresentar a sua relevância e o seu o papel social e, por último, levar a uma reflexão sobre o seu atual estágio.

#### **3.5.1 Origem histórica e definição**

A pós-graduação teve sua origem nos moldes da estrutura das universidades norte-americanas, que compreende o *college* como base comum de pesquisas, que geralmente requerem o título de bacharel como requisito para a admissão. Dessa forma, a organização das universidades encontra-se divididas em dois planos hierárquicos: o *undergraduate* e o *graduate* (SANTOS, 2006).

Santos (2006) acrescenta que o *undergraduate* (graduação) refere-se aos programas oferecidos nos *colleges*, enquanto que o *graduate* (pós-graduação) corresponde as pesquisas avançadas das matérias, visando alcançar o grau de Mestre ou de Doutor.

O desenvolvimento da pós-graduação nos Estados Unidos pode ser considerado como tendo influência das universidades alemãs, haja visto que é

notável a transformação das universidades americanas nas últimas décadas do século passado, período em que as universidades deixam de ser instituições cujo objetivo era ensinar e formar, para dedicar-se também às atividades de pesquisa científica e tecnológica (BRASIL, PARECER nº 977/65).

Pode-se observar, ainda, que o grande impulso da pós-graduação nos Estados Unidos deu-se a partir em 1876, com a criação da Universidade *Johns Hopkins*. Essa universidade se destinava não somente à transmissão do saber, mas também estava voltada para a elaboração de novos conhecimentos mediante a atividade da pesquisa, conforme conclui Santos (2006).

Segundo Amorim (2005), o objetivo fundamental do sistema na universidade americana é a formação de cientistas, professores, pesquisadores, bem como o treinamento de pessoas para solucionar problemas gerados na complexidade da estrutura social. O modelo norte-americano tem características do tipo empresarial, voltado para as necessidades da comunidade e utiliza-se dela como fonte de reprogramas para retorno, sob a forma de manutenção e elevação dos padrões de ciência e tecnologia.

A contribuição das universidades para a sociedade começa a despontar depois da Primeira Guerra Mundial, quando se reconheceu a importância da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento econômico (OLIVEIRA, 1995).

O enorme avanço do conhecimento verificado no mundo introduziu transformações significativas nos sistemas educacionais, que também se fizeram presentes no Brasil.

No Brasil a comunidade científica começa a dar os primeiros passos a partir de 1925, através do Decreto nº 16.782-A, que criou o Curso Especial de Higiene e

Saúde Pública, cujo objetivo era o aperfeiçoamento técnico dos médicos que viessem a desempenhar funções sanitárias.

Ainda nesse Decreto nº, o Art. 248 cita, pela primeira vez, os cursos de aperfeiçoamento para diplomados. Oliveira (1995) explica que nesse decreto fica evidente que tanto o Curso Especial de Higiene e Saúde Pública quanto os cursos de aperfeiçoamento, descritos no Art. 284, caracterizavam cursos de pós-graduação.

Monteiro (2002) afirma que antes mesmo da criação das universidades no Brasil, os cursos de especialização se faziam presentes através de entidades independentes, por exemplo, o Instituto Butantã (antes conhecido como Instituto Bacteriológico de São Paulo).

Na primeira fase do governo Vargas, que compreende o período 1930-1937, houve importantes reformas no campo da educação. Francisco Campos, então Ministro do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, empreendeu a Reforma do Ensino Superior que veio consubstanciar o Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, segundo Santos (2006).

O Art. 35 desse decreto, referente ao Estatuto das Universidades Brasileiras, tece importantes considerações sobre os cursos de especialização e aperfeiçoamento, mencionando os vários cursos oferecidos na época, conforme salienta Oliveira (1.995).

O referido artigo apresenta o seguinte texto:

Art. 35. Nos institutos de ensino profissional e superior serão realizados os seguintes cursos:  
Cursos normais: nos quais será executado, pelo professor catedrático, o programa oficial da disciplina;  
Cursos equiparados: que serão ministrados pelos docentes – livres de acordo com cada programa aprovado pelo Conselho Técnico Administrativo de cada instituto e que terão os efeitos legais dos programas anteriores;  
Cursos de aperfeiçoamento: que se destinam a ampliar os conhecimentos de qualquer disciplina ou de determinados domínios da mesma;

Cursos de especialização: destinados a aprofundar em ensino intensivo e sistematizado os conhecimentos necessários a finalidades profissionais e científicas.

Ainda referindo ao decreto, o Art. 70, que estabelece requisitos para a matrícula nos programas de especialização ou de aperfeiçoamento, afirma que:

Os candidatos aos programas de especialização e aperfeiçoamento poderão ser médicos ou estudantes que tenham realizado anteriormente o programa normal da respectiva cadeira.

Oliveira (1995) afirma que foi na Reforma do Ministro Francisco Campos que surgiu pela primeira vez, aqui no Brasil, a idéia de programas de doutorado, apesar de Sucupira *apud* Oliveira (1995) afirmar que no Brasil já existia o grau de doutor conferido por meio de defesa de tese, prescindido de aulas regulares.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, em 1946, há reformulações estruturais nas universidades existentes no país, incluindo a pesquisa no contexto de algumas instituições de ensino superior, na mesma época em que são fundados os vários institutos de pesquisa nas universidades, e a investigação científica passa a assumir caráter profissional (MONTEIRO, 2002).

Oliveira (1995) salienta que, a partir da Segunda Guerra Mundial, ocorreu um crescente desenvolvimento tecnológico, propiciado pela forte concentração de capital e pela intervenção do Estado, com intuito de superar as crises das economias capitalistas e estimular o avanço das inovações.

Embora já se falasse em curso de especialização e aperfeiçoamento, a expressão pós-graduação só vem a ser usada em 1946, conforme salienta Oliveira (1995), e através do Decreto nº 21.321 de 18 de Junho de 1946, que instituiu o Estatuto da Universidade do Brasil.

Esse decreto distingue seis tipos de cursos, conforme texto abaixo:

Art. 71 – Os cursos universitários serão os seguintes:  
Cursos de formação;  
Cursos de aperfeiçoamento;

Cursos de especialização;  
Cursos de extensão;  
Cursos de pós-graduação;  
Programas de doutorado.

Para Cury (2005), segundo o Art. 71 do Decreto nº 21.321 de 18 de junho de 1946, foi reconhecida a existência dos cursos de pós-graduação, cuja finalidade se destina à especialização profissional.

O referido decreto, no que concerne ao objeto de pesquisa, estabelece:

Art. 73:

Os cursos de aperfeiçoamento serão destinados à revisão e desenvolvimento dos estudos feitos nos programas normais, pela forma estabelecida no regimento.

Art. 74:

Os cursos de especialização serão destinados a ministrar conhecimentos aprofundados nos diferentes ramos de pesquisas filosóficas, científicas, artísticas ou técnicas, pela forma estabelecida no regimento e de acordo com programas previamente aprovados pela congregação.

Art. 76:

Os cursos de pós-graduação, destinados aos diplomados, terão por fim especial a formação sistemática de especialização profissional de acordo com o que for estabelecido pelo regimento.

Mesmo com a definição, estabelecida pelo Decreto nº 21.321, percebe-se a dificuldade em conceituar os cursos de especialização, aperfeiçoamento e pós-graduação. Os Arts. 73 e 74, que tratam dos cursos de aperfeiçoamento e especialização, não fazem menção à exigência de diploma para a matrícula nos referidos cursos, não sendo assim considerados em nível de pós-graduação. O Art. 76, que trata dos cursos de pós-graduação, apresenta nitidamente a exigência de diploma e seu fim se restringe à formação no domínio profissional.

Segundo Sucupira *apud* Oliveira (1995), os cursos de pós-graduação mencionados no estatuto constituíam-se no sentido lato, já que implicava a realização de uma graduação prévia; salienta ainda que a legislação consagrou a pós-graduação *lato sensu*<sup>5</sup> como cursos de especialização e aperfeiçoamento.

---

<sup>5</sup> Os programas de especialização em nível pós-graduação *lato sensu* são voltados às expectativas de aprimoramento acadêmico e profissional e têm caráter de educação continuada. Oferecido exclusivamente a portadores de diploma de programa superior têm usualmente um objetivo técnico-

Uma das características do sistema de ensino brasileiro é a relativa autonomia dos cursos de pós-graduação, combinado com a baixa tradição acadêmica do ensino superior. Havia o risco de estimular as universidades a criarem cursos de pós-graduação de má qualidade que distribuíssem títulos sem valor acadêmico (SCHWARTZMAN, 1996).

Para reduzir o risco da criação de cursos de má qualidade, da distribuição de títulos, estabelecer critérios mínimos para a constituição de cursos de pós-graduação e, ainda, concretizando as iniciativas de Anísio Teixeira, é criada a CAPES, então Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal para o Ensino Superior, hoje Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal para o Ensino Superior (SCHWARTZMAN, 1996).

Cury (2005) informa que a CAPES foi instituída pelo Decreto nº 29.741 de 11 de Junho de 1951 e, desde seu início, teve como função dar suporte às instituições formadoras de docentes e pesquisadores; ao longo do tempo vem tendo sua atuação bastante ampliada.

O grande salto da pós-graduação se deu apenas no início da década de 1960, quando, por intermédio de Darcy Ribeiro, foi criado o projeto da Universidade de Brasília. Esse projeto, em 15 de dezembro de 1961, foi convertido na Lei nº 3.998 que, além de regulamentar a criação da universidade, ainda insere a pós-graduação como atividade regular e permanente na universidade (SUCUPIRA *apud* OLIVEIRA, 1995).

Cury (2005) ressalta que no Art. 9 da Lei nº 3.998, são mencionadas as atribuições das faculdades quanto aos cursos de especialização, conforme diz o texto:

Art. 9.

A universidade será uma unidade integrada por Institutos Centrais de Ensino e de Pesquisa e por faculdades destinadas à formação profissional, cabendo:

I – Aos Institutos Centrais, na sua esfera de competência:

Ministrar cursos básicos, de ciências, letras e artes;

Formar pesquisadores e especialistas, e

Dar cursos de pós-graduação e realizar trabalhos e pesquisas nas respectivas especialidades.

II – Às faculdades na sua esfera de competência:

Ministrar cursos de graduação para formação profissional e técnica;

Ministrar cursos de especialização e de pós-graduação;

Realizar estudos e pesquisas nos respectivos campos de aplicação científica, tecnológica e cultural.

Nessa lei, como se pode perceber, foi instituída a Fundação da Universidade de Brasília e distinguiram-se os cursos de especialização dos de pós-graduação, como salienta Oliveira (1995).

Santos (2006) salienta que no início da década de 1960 que apareceram, no Brasil, os primeiros programas de pós-graduação *stricto sensu*<sup>6</sup>. Foram iniciativas da Escola Superior de Agricultura de Viçosa (mestrado e doutorado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (mestrado e doutorado), Universidade de Brasília (mestrado em Matemática), e ainda os cursos de pós-graduação desenvolvidos no Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

Para Amorim (2005), em 20 de dezembro de 1961, após um longo período de gestação, foi votada e promulgada a Lei nº 4.024, referente às Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

---

<sup>6</sup> Compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em programas superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino e ao edital de seleção dos alunos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu>. Acesso em 30/01/2009.

Oliveira (1995) afirma que, mesmo após o anúncio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), no que diz respeito ao campo da pós-graduação, uma grande confusão ainda era notada nos estatutos das universidades, haja vista que o Art. 69 da LDBEN/61 apresenta de forma imprecisa e indefinida o conceito de curso de pós-graduação, conforme segue o texto do artigo:

Art. 69.

Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos:  
De graduação, abertos à matrícula de candidatos que haviam concluído o ciclo colegial ou equivalente e obtido classificação em concurso de habilitação;  
De pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos concluídos o programa de graduação e obtidos os respectivos diplomas;  
De especialização, aperfeiçoamento e extensão ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino, abertos a candidatos com preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos.

Oliveira (1995) afirma que algumas interpretações indicavam que a pós-graduação referia-se a qualquer curso para o qual fosse exigido o diploma de graduação, podendo ser desde um curso de especialização médica ou curso para orientadores educacionais até mesmo os programas de pós-graduação em nível de doutoramento.

Em 1965, e diante da indefinição que permaneceu após a LDBEN/61, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) solicitou ao Conselho Federal de Educação (CFE) a definição e a regulamentação dos cursos de pós-graduação, expresso na alínea “b” do Art.69 da LDBEN/61, com objetivo de esclarecer a respeito do conceito de pós-graduação (OLIVEIRA, 1995).

Ressalta-se que, juntamente com o pedido do Ministro do MEC, são apontados três motivos fundamentais, que exigem de imediato a definição e a sistematização dos cursos de pós-graduação, conforme segue:

Formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade;

Estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores;  
Assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores (BRASIL, 1965).

Contudo, como a LDBEN/61 não permitia ao CFE regulamentar os cursos de pós-graduação; foi somente com a aprovação do Estatuto do Magistério, através da Lei nº 4.881-A/65, que o CFE pode regulamentar a pós-graduação, uma vez que, no Art. 25 do Estatuto, era conferida ao Conselho a competência para definir os cursos de pós-graduação e as suas características (MACHADO, 2003).

Atendendo à solicitação do Ministro e cumprindo a determinação do Estatuto do Magistério, em 3 de dezembro de 1965 foi homologado o Parecer nº 977/65, que procurou definir a natureza e os objetivos dos cursos de pós-graduação e apresentar as características fundamentais de tais cursos na forma da exigência legal (MACHADO, 2003).

O Parecer nº 977/65 teve autoria do Conselheiro Newton Sucupira e foi o primeiro documento a tratar com profundidade e definir sobre os cursos de pós-graduação (MONTEIRO, 2002).

O texto do Parecer nº 977/65, após uma introdução referida ao aviso ministerial que solicitou a regulamentação da pós-graduação pelo CFE, possui sete tópicos, conforme segue:

Origem da pós-graduação;  
Necessidade da pós-graduação;  
Conceito de pós-graduação;  
Exemplo de pós-graduação: A norte-americana;  
A pós-graduação na Lei de Diretrizes e Bases;  
A pós-graduação e o Estatuto do Magistério;  
Definição e Características do Mestrado e Doutorado, (BRASIL, 1965).

No que tange à pós-graduação, o Parecer nº 977/65 definiu que todo e qualquer curso que se segue à graduação seria classificado como programa de pós-graduação, *stricto sensu* ou *lato sensu* ( MACHADO, 2003)

Os cursos de pós-graduação *latu sensu* englobam os de especialização e aperfeiçoamento que, segundo o Parecer nº 977/65, são cursos que têm como meta o domínio científico e técnico limitado de certa área do conhecimento ou da profissão, para formar o profissional especializado.

Cursos de especialização e aperfeiçoamento podem ser eventuais, mas mesmo os programas de especialização de caráter regular e permanente, como os que ocorrem na área médica, garantem apenas certificado de eficiência ou aproveitamento que habilita ao exercício de uma especialização profissional, que podem ser obtidos em uma instituição universitária ou não.

Na categoria de cursos *stricto sensu* incluem-se o mestrado e o doutorado, cujo objetivo é de natureza acadêmica, de pesquisa e de cultura, tendo compromisso com o avanço do saber. São consideradas atividades regulares, permanentes e ligadas à essência da universidade, portanto conferem diplomas de mestre e doutor (OLIVEIRA, 1995).

Cury (2005) acrescenta que o Parecer nº 977/65, no que diz respeito aos programas *stricto sensu*, que absorve do sistema norte-americano o modelo de dois níveis (mestrado e doutorado), a distinção entre o mestrado profissional e mestrado de pesquisa (*M.A*), o doutorado profissional e o doutorado de pesquisa (*Ph.D*), as áreas de concentração (*major*) e de domínio conexo (*minor*), a sistemática de cursos e créditos, os exames de qualificação, o domínio de língua estrangeira, o acompanhamento dos pesquisas e pesquisas por um orientador e a exigência da dissertação para o mestrado e da tese para o doutorado.

Vale destacar que, embora hierarquizados, o mestrado não constitui condição indispensável para inscrição no programa de doutorado, conforme salienta

Brasil (1965); acrescenta, ainda, que o mestrado possa ser encarado como etapa preliminar na obtenção do grau de doutor ou como grau terminal (BRASIL, 1965).

Machado (2003) informa que, como se pode notar, o referido Parecer não teve maiores preocupações com os programas *lato sensu*, limitando-se à sua conceituação. Para os programas *stricto sensu*, por outro lado, foram estabelecidas características e orientação quanto à organização e funcionamento.

Sucupira *apud* Oliveira (1995) acrescenta a esse respeito que a referência superficial feita aos cursos de pós-graduação *lato sensu* no Parecer nº 977/65 deveu-se ao fato de que eles não haviam sido objeto específico do citado parecer, e sua tese pessoal é que os cursos deveriam se beneficiar da autonomia acadêmica universitária.

Em virtude do receio da expansão indiscriminada da pós-graduação, o Parecer nº 977/65 sugere a criação de um mecanismo de controle do reconhecimento dos cursos de pós-graduação sob a competência do CFE, conforme diz a 16ª conclusão do parecer:

Os cursos de pós-graduação devem ser aprovados pelo Conselho Federal de Educação para que os seus diplomas sejam registrados no Ministério da Educação e possam ser produzidos os efeitos legais. Para isso, o Conselho baixará normas fixando os critérios de aprovação dos cursos.

É preciso situar que, para os fins desta dissertação, o estudo sobre a pós-graduação será limitado à pós-graduação *stricto sensu*, considerando o nível de mestrado, relembrando que a proposta desta pesquisa está centrada sobre o programa de mestrado em agronegócio, oferecido pela UFMS.

Diante do esperado e da proposta desta dissertação, este Capítulo foi uma breve exposição histórica do surgimento e do conceito da pós-graduação brasileira. Resta agora fazer uma apresentação do papel social que ela representa para o

desenvolvimento não só do conhecimento, mas também do desenvolvimento da sociedade, dos setores produtivos e ainda da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI).

### **3.5.2 Papel social**

A proposta deste Capítulo é apresentar o papel social que a pós-graduação brasileira proporciona para a sociedade, desde a sua definição e homologação, após o Parecer nº 977/65.

Após a Segunda Guerra Mundial todos os países do mundo se defrontaram com uma necessidade ímpar: “A necessidade do desenvolvimento dos seus meios de produção para o fortalecimento da sua economia”.

O modo adotado para acelerar esse desenvolvimento foi fruto do incremento da ciência e da pesquisa, através da criação de institutos de pesquisa e da criação da pós-graduação.

Segundo Castro (1993), a promessa da pós-graduação incluía a diversificação de cursos e das atividades de pesquisa, mas também outros modos de adquirir e desenvolver o conhecimento.

Mesmo com algumas décadas de atraso, no Brasil não foi diferente, fomentou-se a implantação dos cursos de pós-graduação. Para os brasileiros, a pós-graduação tinha como principal finalidade a pesquisa e o desenvolvimento da ciência, e incluíam-se nessa finalidade o desenvolvimento econômico, social e da CTI.

Dantas (2004) salienta que a pós-graduação no Brasil está intimamente ligada à idéia de pesquisa, sendo a pós-graduação responsável pela maior parte da produção científica brasileira, tanto no contexto quantitativo quanto qualitativo; admite, também, que a academia desempenha papel central na geração de novos conhecimentos.

Castro (1993) afirma que a promessa de intensificação da pesquisa possibilitada e exigida pela implantação da pós-graduação certamente foi cumprida, uma vez que o número das investigações foi significativamente ampliado.

Por outro lado, no contexto internacional, Dantas (2004) diz que o Brasil contribui com apenas 1,5% na publicação de artigos em periódicos especializados e que a sua produção de conhecimento protegido é inferior ao de países como China e Índia.

Schwartzman (1996) assegura que o principal argumento dos cientistas em defesa da pós-graduação não tem sido o seu impacto no sistema educacional, nem mesmo na sua contribuição e presença na ciência internacional, mas, sobretudo, na sua importância para o desenvolvimento econômico e social.

Gatti (2001) defende que, quanto às finalidades da pós-graduação, pode-se ter três perspectivas diferentes: a primeira é que o mestrado é uma iniciação à pesquisa; a segunda, que o mestrado cumpre a função de dar formação acadêmica básica para a docência, porém é o doutorado que inicia o discente na pesquisa; e o terceiro, que o mestrado tem como finalidade a formação de docentes e assessores, afastada a preocupação de formar pesquisadores.

Nesse aspecto, Schwartzman (1996) acrescenta que, para garantir a qualidade e eficiência da pesquisa, é necessário primeiro que essa atividade esteja

concentrada em algumas poucas instituições e, ainda, para que o professor pesquisador possa dedicar-se ao pesquisa de pesquisa, ele precisa se liberar das aulas para os estudantes de graduação.

Percebe-se que a atividade científica e tecnológica tende a se concentrar, existindo tensões e contradições entre as necessidades de uma carreira de pesquisador e as necessidades da carreira de docente que tem as suas ações dedicadas a atividades de ensino.

Nesse contexto, o grande desafio da pós-graduação consiste em buscar equilíbrio entre a preparação de professores para o ensino superior, a preparação de pesquisadores e a formação de profissionais diversos que buscam aprimoramento teórico, cultural, científico ou tecnológico (GATTI, 2001).

Do ponto de vista educacional, Dantas (2004) assegura que a participação de estudantes de pós-graduação em linhas de pesquisa com possíveis conseqüências para o desenvolvimento nacional, orientados por professores comprometidos com a sociedade, pode estimular novas idéias e facilitar o surgimento de novas lideranças acadêmicas e políticas. Acrescenta que a busca por uma melhor escuta das necessidades da comunidade gera a possibilidade de oferecer respostas adequadas, gerando satisfação popular e crescimento sócio-econômico

O que se tem notado é uma aproximação das instituições de ensino com a atividade produtiva, com intuito de formar parcerias e convênios que engajem novos projetos de incremento da CTI, possibilitando dessa forma a aplicação da pesquisa universitária.

Esta aproximação contribui para o desenvolvimento do setor produtivo e possibilita às universidades obter reprogramas em período de escassez, permitindo também recuperar a sua imagem de instituição relevante para o desenvolvimento econômico e social do país.

Dantas (2004) salienta que o país ainda engatinha na construção de um sistema de CTI nacional essencial para balizar o julgamento da relevância das linhas de pesquisas e de seus produtos para o desenvolvimento sócio-econômico. Acrescenta que a coerência com necessidades e demandas do produto das dissertações e teses exigirá dos governantes uma definição da política de CTI.

Diante dessa necessidade, deve-se lembrar a importância de avaliar o impacto no desenvolvimento social e econômico dos produtos da pós-graduação, que é inversamente proporcional à dificuldade técnica de operacionalização e definição de parâmetros e indicadores adequados, válidos e confiáveis.

É preciso lembrar que o papel social da pós-graduação vai além dos objetivos de desenvolvimento da CTI, da formação de professores e pesquisadores; ela ainda se faz presente na integração econômica regional.

A esse respeito, Cardona (1997) acrescenta que é preciso que todos os cursos de pós-graduação proporcionem um exercício consciente de reflexão e análise sobre os objetivos e orientação que tanto a investigação científica quanto o desenvolvimento dela desprendido possam ter um marco do processo de integração econômica regional.

Dantas (2004) acrescenta que a pesquisa na pós-graduação deve estar em sintonia com a política nacional (ou local/regional) de CTI, contribuindo para diminuir as desigualdades regionais e sociais com respostas efetivas, úteis e válidas.

Schwartzman (1996) tem posição semelhante em favor da pesquisa científica, mas defende a sua reformulação e adaptação à realidade contemporânea. Ele defende que a ciência e a tecnologia sejam mais importantes do que nunca, isso se o Brasil pretende elevar o padrão de vida da população, consolidar uma economia moderna e participar com plenitude em um mundo cada vez mais globalizado.

À medida que a economia cresce e novas tecnologias são introduzidas, novos desafios irão surgir na produção e no uso de energia, no controle do meio ambiente, na saúde pública e na administração de grandes conglomerados urbanos.

Mudanças deverão ocorrer na composição da força de pesquisa e uma forte capacitação nacional será necessária para que o país possa ter uma evolução nas condições sociais e, ainda, possa participar, em condições de igualdade, das negociações internacionais que podem ter conseqüências econômicas e sociais importantes para o Brasil.

Para acompanhar as modificações que acontecerão nos cenários social, econômico e político, a educação e a ciência precisam ser aprimoradas e avançar, de forma qualitativa e quantitativa, em todos os níveis, em especial na pós-graduação.

Diante do exposto neste Capítulo, a pós-graduação é responsável não só pela formação de professores e pesquisadores, ou mesmo pelo desenvolvimento do conhecimento técnico e científico, mas também pelo desenvolvimento e integração econômico-social da população local, regional, nacional e até mesmo da população internacional.

O próximo passo desta dissertação será realizar uma breve apresentação do estágio vigente que se encontra a pós-graduação, descrevendo os processos de normatização e as diretrizes surgidas após a sua regulamentação em 1965 e contextualizando a sua estrutura, no que diz respeito à recomendação do MEC e avaliação da CAPES.

### **3.5.3 Estágio vigente**

A proposta deste Capítulo é oferecer um panorama pela qual a pós-graduação atravessou, tendo como ponto de partida a homologação do Parecer nº 977/65, iniciado na Lei da Reforma Universitária e por final fazer um breve comentário a respeito do plano nacional de pós-graduação e da Lei de Diretrizes e Bases.

Este Capítulo propõe, ainda, levar a uma nova reflexão a respeito das novas definições e conceitos de pós-graduação *stricto sensu*; apresentar a metodologia de avaliação utilizada pelo MEC para o reconhecimento dos programas, bem como a metodologia que a CAPES utiliza para conceituar os programas.

As diversas mudanças sócio-econômicas sofridas pelo país no pós-guerra, tais como: a industrialização, a urbanização, o êxodo rural, a migração interna, o “boom” dos meios de comunicação, a mobilidade social, a internacionalização da economia e outros fatores de menor importância, exerceram um forte impacto sobre os alicerces da educação, que passou a experimentar um processo de rápidas transformações.

Neste cenário, e após o processo de amadurecimento da universidade brasileira, a pós-graduação, em especial a *stricto sensu*, teve a sua maior marca histórica com a publicação do Parecer nº 977/65.

O referido parecer foi um divisor de águas; a partir dele pôde-se ter uma clara definição dos programas de pós-graduação, o que permitiu traçar políticas de implementação e ampliação dos programas de pós-graduação.

Stencel (2006) apresenta que, no intuito de elaborar políticas de ampliação dos programas de pós-graduação, propõe-se um acordo para o estabelecimento de um grupo misto de pesquisas, constituído por educadores brasileiros e norte-americanos, o EAPES (Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior). O grupo ficou conhecido como Acordo MEC-USAID<sup>7</sup>. Tal acordo tinha as seguintes finalidades:

- (a) a elaboração de uma série de planos exeqüíveis para ampliação e a reestruturação do sistema nacional de ensino superior;
- (b) a criação de um quadro de técnicos em planejamento educacional brasileiro e,
- (c) a contratação pela USAID de cinco assessores educacionais americanos para trabalhar com o grupo de brasileiros durante um período de 24 meses.

Essa comissão se ocupou em desenvolver numerosos trabalhos sobre diversas áreas de grande importância para a educação brasileira, tais como: as relações entre educação e desenvolvimento; as conexões entre cultura geral e cultura profissional; os reprogramas para a educação e trajetória histórica do ensino superior brasileiro (STENCEL, 2006).

A partir dos trabalhos dessa comissão, o Governo Federal apontou uma equipe conhecida como o Grupo de Pesquisa da Reforma Universitária – GTRU, o qual deveria se apropriar das pesquisas do grupo MEC-USAID para elaborar o anteprojeto da reforma do ensino superior

---

<sup>7</sup> United States Agency for International Development (Agência Internacional dos Estados Unidos para o Desenvolvimento)

Assim, em 2 de julho de 1968, através do Decreto nº 62.937, constitui-se o GRTU, que elaborou um extenso relatório sobre vários aspectos relacionados com a organização, funcionamento e financiamento da pesquisa superior brasileira, do qual emanou a Lei nº 5.540/68, também conhecida como Lei da Reforma Universitária (OLIVEIRA, 1995).

Dentre o trabalho realizado pelo GRTU, o ponto mais expressivo foi à concepção de universidade. A concepção apresentada pelo GRTU, universidade envolve uma multifuncionalidade que contempla a formação técnico-profissional e as mais altas formas do saber. Sob essa perspectiva, Newton Sucupira apud Oliveira (1995) acredita que:

(...) a universidade não se reduz a uma agência provedora de técnicos e de know-how (...). A educação universitária corresponde a uma exigência de formação da pessoa, acima de toda concepção permanente profissional ou mercantil da cultura (...). A universidade se realiza na complexidade de suas funções, integrando o saber em suas várias formas (...), não apenas atuando como instrumento de crescimento econômico, mas contribuindo para o desenvolvimento total do homem.

Fruto do GRTU, a Lei da Reforma Universitária, em seu Art. 17, dispõe sobre os cursos que compõem o ensino superior, que deveriam ser ministrados nas universidades e estabelecimentos de ensino superior, conforme texto abaixo:

- a) de graduação, abertos a matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e que tenham sido classificados em conprograma vestibular;
- b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos diplomados em programa de graduação que preencham as condições prescritas em cada caso;
- c) de especialização e aperfeiçoamento, abertos à matrícula de candidatos diplomados em programas de graduação ou que apresentem títulos equivalentes;
- d) de extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos.

No item que se refere à pós-graduação, o GRTU considera que esses cursos são considerados uma condição fundamental para a transformação da universidade brasileira em centro criador de ciência, de cultura e de novas técnicas, como consta no texto:

Inicialmente, defrontamos a opinião segundo a qual não poderemos pensar em desenvolver a pós-graduação se ainda não conseguimos elevar o nível de eficiência

de nossos programas de graduação. Faltar-nos-ia a infra-estrutura necessária à implantação dos programas pós-graduados. Esse argumento nos conduz a verdadeiro círculo vicioso. Se a pós-graduação é o lugar, por excelência, onde se formam os professores qualificados do ensino superior, sem ela não poderemos melhorar nossos programas de graduação. Ou então teríamos que recorrer indefinidamente à formação pós-graduada no estrangeiro, com o risco de perdermos nossos melhores cientistas como ocorre atualmente. Temos, portanto, de repor o círculo vicioso. Nas condições atuais, não podemos esperar que as Universidades, por sua própria iniciativa, resolvam o problema em curto prazo. (...) Daí a necessidade de se promover uma política nacional de pós-graduação que coordene esforços e mobilize programas materiais e humanos (MEC, 1968).

Fica evidente que a Lei da Reforma Universitária adotou a idéia de pós-graduação expressa no Parecer nº 977/65. A alínea “b” faz menção aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, e aos cursos de especialização e aperfeiçoamento foi atribuído o status de pós-graduação *lato sensu*.

No Art. 24 da Lei da Reforma Universitária também fica evidente que a competência para controlar a criação indiscriminada de programas de pós-graduação continuou sob a competência do CFE, conforme já previa a 16ª conclusão do Parecer nº 977/65, conforme texto abaixo:

Art. 24. O Conselho Federal de Educação conceituará os programas de pós-graduação e baixará normas gerais para sua organização, dependendo sua validade, no território nacional, de os estudos neles realizados terem os programas respectivos, credenciados por aquele órgão.

O Art. 25 da Lei da Reforma Universitária diz respeito aos programas de especialização e aperfeiçoamento, e o texto estabelece que:

Art. 25: “os programas de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros serão ministrados de acordo com os planos traçados e aprovados pelas universidades e pelos estabelecimentos isolados”

De acordo com os artigos citados acima, percebe-se que há uma nítida preocupação com a oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*. Esses programas seriam regulamentados e supervisionados, enquanto que os cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização e aperfeiçoamento) teriam flexibilidade; caberia às instituições de ensino superior determinar a sua organização e funcionamento.

Cury (2005) acrescenta que o Parecer nº 77/69, homologado em 10 de fevereiro de 1969, normatiza o sistema de credenciamento dos programas de pós-graduação em conformidade com a doutrina do Parecer nº 977/65. A autonomia da universidade sucumbe à uniformidade e ao controle, reduzindo-se ao seu próprio espaço. Trata-se de uma autonomia ilusória de criar um programa de pós-graduação *stricto sensu*, uma vez que o reconhecimento dos diplomas, em nível nacional, está condicionado ao prévio "credenciamento" pelo CFE<sup>8</sup>.

Cury (2005) ressalta, ainda, a distinção que o Parecer nº 77/69 faz ao grau de doutorado acadêmico e doutorado profissional. Dessa forma, o Art 13 item 4º estabelece que o doutorado acadêmico tem a designação das seguintes áreas: Letras, Ciências, Ciências Humanas, Filosofia e Artes, enquanto os doutorados profissionais se denominam segundo os programas de graduação correspondentes.

Quanto ao mestrado, o Parecer aplica a mesma nomenclatura para o tipo acadêmico e profissional, ao determinar que o mestrado seja qualificado pelo programa de graduação, área ou matéria a que se refere (CURY, 2005).

A Lei da Reforma Universitária vinculou os graus de mestre e doutor à carreira acadêmica lançando a semente do desenvolvimento da pós-graduação no Brasil, conforme salienta Oliveira (1995).

Por outro lado, o GRTU, ciente das dificuldades que encontraria para a implantação do sistema de pós-graduação no Brasil, sugeriu a instalação de Centros Regionais de pós-graduação. Esses centros ficariam sob a coordenação do

---

<sup>8</sup> Normas do credenciamento dos programas de pós-graduação. Atualmente o processo de credenciamento dos programas de mestrado e doutorado segue os seguintes passos: a administração superior da universidade autoriza, a CAPES *avalia e recomenda* ou não, o Conselho Nacional de Educação *credencia* ou não e o ministro da Educação *homologa* ou não.

Conselho Nacional de Pesquisa<sup>9</sup> (CNPq) e deveriam ser instalados em universidades que tivessem atingido um grau mínimo de exigência para o desenvolvimento dos programas de pós-graduação (MACHADO, 2003).

Para Cury (2005), os centros regionais de pós-graduação foram formalmente criados a partir do Decreto nº 63.343/68. Por sua vez, o Decreto nº 64.085/68 dispõe sobre a instituição de uma comissão executiva para efetivar o Programa de Implementação dos Centros Regionais de pós-graduação estabelecidos pelo Decreto nº 63.343/68. O art. 1º do Decreto nº 64.085 alínea b diz:

“criar condições favoráveis ao trabalho científico, de modo a estimular a fixação dos cientistas brasileiros no país e incentivar o retorno dos que se encontram no estrangeiro”

Embora tenham sido instituídos em 1º de outubro de 1968, os Centros Regionais de pós-graduação nem chegaram a funcionar, pois havia resistência do CNPq e da CAPES, que queriam atuar conforme seus critérios; com o funcionamento dos Centros Regionais, ficariam limitados às políticas estabelecidas pelo MEC, conforme explica Oliveira (1995).

Diante da frustração do plano de criação dos centros regionais em 1973, o então ministro Jarbas Passarinho forma uma nova comissão especial constituída e designada para formular uma nova política de pós-graduação.

Oliveira (1995) acrescenta que a comissão sugerida pelo Ministro Jarbas Passarinho propôs a criação de um Conselho Nacional de Pós Graduação, instituído em 4 de janeiro de 1974 pelo Decreto nº 73.411.

---

<sup>9</sup> Fundado em 1951, Conselho Nacional de Pesquisa, (atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) é um órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) para incentivo à pesquisa no Brasil. O CNPq tem por objetivo promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento e é considerado um dos institutos mais sólidos de sua área entre os países em desenvolvimento.

Diante da criação de um órgão nacional, não havia a pretensão de se constranger a criatividade científica e cultural, mas oferecer condições mínimas de controle, execução e coordenação sem as quais a pós-graduação não poderia ser desenvolvida (SUCUPIRA *apud* OLIVEIRA, 1995).

Como resultado das atividades do Conselho Nacional de pós-graduação, é elaborado e aprovado o I Plano Nacional de pós-graduação (I PNPg), concretizando, dessa forma, a política do Governo em relação ao ensino superior, conforme atesta Fávero (1977).

O I PNPg vigorou durante o período de 1975-1979; tratava-se de um plano que esboçava uma política de pós-graduação e era visto como um instrumento de correção das insuficiências de reprogramas humanos que refletem na qualidade do ensino superior (FÁVERO, 1977).

O Plano apresenta inicialmente uma análise da pós-graduação no Brasil e, com base nesse diagnóstico, propõe as diretrizes bases, considerando as seguintes como essenciais e viáveis: institucionalizar o sistema, elevar os seus atuais padrões de desempenho e planejar sua expansão. Por fim, indica as metas e programas de expansão do sistema de pós-graduação durante seu período de vigência e apresenta os recursos financeiros necessários à sua consecução (MACHADO, 2003).

Oliveira (1995) acrescenta que o I PNPg teve como objetivo propor medidas para as instituições que promovessem a pós-graduação em verdadeiros centros de atividades criativas.

O I PNPg deu destaque especial aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, entretanto reconheceu a importância de estimular as universidades a

desenvolverem cursos de aperfeiçoamento e especialização, devido à necessidade de soluções rápidas à situação conjuntural, e à escassez de recursos físicos e humanos, como é mostrado abaixo:

(...) os programas de pós-graduação no sentido lato – aperfeiçoamento e especialização – embora ausentes desta programação, devem ser ativados pelas instituições no sentido de preencher lacunas no atendimento à demanda do mercado de pesquisa. (...) que os programas de especialização e reciclagem incentivados em grande escala, possam contribuir para uma melhoria significativa do nível do professorado, embora sem conferir os títulos de mestre e doutor. (OLIVEIRA, 1995).

Nesse sentido, verificou-se a necessidade de distinguir as questões da duração dos cursos de especialização e de aperfeiçoamento e da diferenciação entre eles, algo já discutido inúmeras vezes na CAPES com os diversos segmentos interessados no assunto, sem que se tenha chegado claramente a um consenso, conforme explica Machado (2003).

O Programa Nacional de Capacitação de Professores de Instituições de Ensino Superior (PROCAPIES), também criado em 1975, que visava à qualidade do ensino superior de graduação mediante a formação de docentes não contemplados nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, diferenciou os cursos de especialização e aperfeiçoamento em termos de horas-aula:

- a) Aperfeiçoamento - programas ou atividades teórico-práticas com a finalidade de ampliação e desenvolvimento de conhecimento de metodologia do ensino superior, de metodologia científica, de conteúdos específicos, com duração mínima de 180 horas-aula.
- b) Especialização – os programas ou atividades com a finalidade de aprofundamento de conhecimentos teóricos e práticos, em setores específicos do saber, de capacitação em metodologia do ensino e em metodologia científica, com duração mínima de 360 horas-aula (OLIVEIRA, 1995).

Seidel (1994) explica que, provavelmente, foi a partir dessa normatização do PROCAPIES em termos de quantificação do número de horas-aula para os programas de aperfeiçoamento e de especialização, que se difundiu o uso genérico, usado até os dias de hoje, sendo considerados programas de aperfeiçoamento os

que têm, no mínimo, 180 horas-aula e os de especialização tendo, no mínimo, 360 horas-aula.

Em 16 de novembro de 1982, é aprovado o II Plano Nacional de pós-graduação (II PNPg) através do Decreto nº 87.814. O II PNPg foi desenvolvido com base nas orientações emanadas do III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND) e com as indicações do III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (III PBDCT).

O objetivo central desse plano consiste na formação de recursos humanos para atividades docentes, de pesquisa em todas as suas modalidades, e técnicas, para atendimento às demandas dos setores público e privado (OLIVEIRA, 1995)

O II PNPg é constituído das seguintes partes: premissas básicas da política nacional de pós-graduação; análise dos principais problemas da pós-graduação; definição do papel da pós-graduação no contexto nacional; apresentação dos objetivos básicos; e descrição das principais diretrizes e prioridades.

A questão da qualidade é bastante enfatizada no II PNPg, sendo estabelecido como meta o aumento quantitativo do desempenho do sistema como um todo, criando estímulos e condições favoráveis e acionando mecanismos de acompanhamento e avaliação.

Outro ponto a receber atenção especial é o da adequação do sistema às necessidades reais e futuras do país, tanto no dimensionamento como nas opções oferecidas pelo sistema de pós-graduação. Assim, fica estabelecido como um dos seus objetivos “incentivar o sistema a melhor se dimensionar tendo em vista as especificidades de cada área de conhecimento, os tipos de qualificação requeridos e as necessidades regionais” (MACHADO, 2003).

Machado (2003) assinala que será implantada a abertura gradativa do leque de opções de programas de pós-graduação, com o intuito de ajustar as alternativas de programas às qualificações exigidas pelas diferentes profissões, incluídas as docentes.

O II PNPg constata a existência de inadequação quanto ao tipo de opção e quanto ao conteúdo da qualificação de certas áreas do saber e da técnica, salientando que devem ser observados dois paradigmas na estrutura universitária brasileira:

Universidade voltada para a formação de diferentes tipos de profissionais que irão atender exigências cada vez mais complexa e sofisticadas do processo de produção de bens e serviços; Universidade que a isso junta uma vocação dirigida para a pesquisa básica e a capacitação de pesquisadores (OLIVEIRA, 1995).

Em observância aos dois paradigmas, o Plano deixa evidente que a especialização de profissionais constitui-se não somente em requisito para a docência, mas também para atender às múltiplas exigências de um mercado de pesquisa em evolução.

Dando continuidade ao processo de institucionalização, em 09 de Novembro de 1986 foi aprovado o III Plano Nacional de pós-graduação (III PNPg) estabelecendo as diretrizes, os objetivos e as estratégias que explicitam as recomendações da comunidade científica e a política do Ministério da Educação para a pós-graduação. Desenvolvido em harmonia com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), apresenta os seguintes objetivos gerais:

1. Consolidação e melhoria do desempenho dos programas de pós-graduação;
2. Institucionalização da pesquisa nas universidades, para assegurar o funcionamento da pós-graduação;
3. Integração da pós-graduação no sistema de Ciência e Tecnologia, inclusive com o setor produtivo (OLIVEIRA, 1995).

Na análise da evolução e situação da pós-graduação, o III Plano se restringiu à pós-graduação *stricto sensu*, apontando os seguintes tópicos:

- Melhoria na estrutura dos programas de pós-graduação e conseqüente definição da proposta acadêmica e do perfil de atuação;
- Melhoria na qualidade do corpo docente, seja em termos da titulação formal, seja da capacitação profissional;
- Revisão e implementação de novas estruturas curriculares, tornando-as mais coerentes com as atividades desenvolvidas pelos programas;
- Melhoria substancial na definição e desenvolvimento das atividades de pesquisa;
- Aumento da produção científica docente, sendo que uma parcela substancial pode ser considerada de padrão internacional;
- Melhoria da qualidade das dissertações/teses (OLIVEIRA, 1995);

E os seguintes pontos de estrangulamento:

- Diferenciação na evolução das áreas do conhecimento. Algumas já atingiram competência e maturidade, enquanto que em outras o número de pesquisadores é ainda insuficiente;
- Carência de pesquisadores com formação interdisciplinar;
- Elevado grau de saturação de parte do sistema de pós-graduação, observando-se um número excessivo de orientandos para os pesquisadores disponíveis para orientação;
- Elevados índices de evasão de alunos;
- Problemas de seleção de alunos;
- Elevado tempo de titulação (OLIVEIRA, 1995).

Dentre os pontos levantados quanto às dificuldades estruturais, estava a falta de incentivo salarial ao docente pesquisador, apontado na aplicação do Decreto nº 85.487/80, que extinguiu a exigência da titulação pós-graduada como elemento preponderante para a progressão funcional e o incentivo salarial de produção científica, bem como reduziu o valor relativo do incentivo por dedicação exclusiva.

Após a criação do III PNPg, fica evidente que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) promulgada em 1961 precisaria passar por uma reformulação, considerando as implicações dos três planos nacionais de pós-graduação.

Por conseguinte, em 20 de Dezembro de 1996, através da Lei nº 9.394, é promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, um marco para a educação brasileira, como foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961.

A lei em epígrafe estabelece, em seu Art. 2º, que a educação escolar compõe-se de:

- “I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
- II – educação superior.” (LBDEN/96)

Enquanto a LDBEN/61 estabelecia que, nos institutos de ensino superior, fossem oferecidos os cursos de graduação, de pós-graduação, de especialização, aperfeiçoamento e extensão, considerando esses três últimos como pertencentes à mesma categoria, diferente da pós-graduação *strictu sensu*, a nova LDBEN assemelha os programas de especialização e aperfeiçoamento aos programas de mestrado e doutorado, abertos à matrícula de candidato diplomado em programa de graduação, como segue:

- Art.44 – A educação superior abrangerá os seguintes programas e programas:
- I – programas seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangências, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;
  - II – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
  - III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, programas de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em programas de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;
  - IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

O Capítulo IV ( Da educação superior), Art. 52, apresenta as características das universidades:

- Art. 52 – As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:
- I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
  - II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;
  - III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Corroborando com Art. 52, acrescenta e enfatiza o Art. 66:

- Art. 66 – A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

Analisando a LDBEN/96, pode-se concluir que:

- a) os cursos de especialização e aperfeiçoamento ficam caracterizados como programas de pós-graduação, uma vez que é exigido de seus candidatos diploma em programa de graduação;
- b) fica mantido o vínculo tradicional entre a pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado, e a formação de docentes para o ensino superior.

A LDBEN/96 estabelece em seu art. 44, inciso III, que a oferta de programas de pós-graduação, compreendendo mestrado e doutorado, cursos de especialização e aperfeiçoamento, ficaria restrita ao ensino superior, ou seja, os cursos de pós-graduação deveriam ser realizados em instituições de ensino superior. Curso de aperfeiçoamento, principalmente na área de saúde, seria oferecido em instituições cujo ambiente de pesquisa mescla a capacitação em serviço com a participação em experimentos, pesquisas ou intervenções. Diante disso, fez-se necessária a regulamentação da especialização em área profissional.

Atendendo à necessidade acima relatada, em 2 de dezembro de 1998, foi aprovado o Parecer nº 908/98, tendo como assunto a especialização em área profissional.

O referido parecer estabeleceu que a formação pós-graduada de caráter profissional pudesse ser oferecida tanto por instituições superiores como em ambiente de pesquisa, desde que dotados de corpo técnico-profissional possuidor de titulação profissional ou acadêmica e de instalações apropriadas.

O Parecer nº 908/98 também estabeleceu o valor do título obtido, segundo as situações descritas a seguir:

- 1) Programa de especialização oferecido por instituição de ensino superior; o título tem reconhecimento acadêmico, e para o exercício do magistério superior, mas não tem necessariamente valor para o exercício profissional sem posterior manifestação dos conselhos, ordens ou sociedades nacionais profissionais respectivos, nas áreas da saúde e jurídica;
- 2) Programas de especialização realizado em ambientes de pesquisa qualificados, credenciados por Instituição de Ensino Superior (IES) que possuam pós-graduação stricto sensu na área ou em área correlata ou autorizado pelo CNE ou, por sua delegação, pelos CEE: os títulos terão reconhecimento profissional e acadêmico;

3) Programas oferecidos mediante celebração de convênios ou acordos entre instituições de ensino, ordens ou sociedades, conselhos nacionais ou regionais com chancela nacional profissional: os títulos, neste caso, terão tanto reconhecimento acadêmico como profissional;

4) Programas oferecidos por instituições profissionais mediante convênio com ordens, sociedades nacionais, ou conselho: o título tem reconhecimento profissional, mas não será reconhecido para fins acadêmicos sem a expressa manifestação de uma instituição de ensino superior.

Conclui-se que somente os cursos de especialização ministrados por *IES* sob as Resoluções nº 12/83 e 14/77 é que habilitavam ao magistério superior; assim, aqueles realizados em Associações Profissionais, Conselhos Profissionais, entre outros, não habilitavam ao magistério, sendo alterado pela Resolução nº 908/98.

Após a promulgação do Parecer nº 908/98, a Resolução nº 1 de 3 de abril de 2001 estabeleceu novas normas para o funcionamento de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

No que diz respeito à pós-graduação *stricto sensu*, a referida Resolução estabelece:

Art. 1º Os programas de pós-graduação *stricto sensu*, compreendendo programas de mestrado e doutorado, são sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previsto na legislação.

§ 1º A autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de programas de pós-graduação *stricto sensu* são concedidos por prazo determinado, dependendo de parecer favorável da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, fundamentado nos resultados da avaliação realizada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e homologado pelo Ministro de Estado da Educação.

§ 2º A autorização de programa de pós-graduação *stricto sensu* aplica-se tão-somente ao projeto aprovado pelo CNE, fundamentado em relatório da CAPES.

§ 3º O reconhecimento e a renovação do reconhecimento de programas de pós-graduação *stricto sensu* dependem da aprovação do CNE, fundamentada no relatório de avaliação da CAPES.

§ 4º As instituições de ensino superior que, nos termos da legislação em vigor, gozem de autonomia para a criação de programas de pós-graduação devem formalizar os pedidos de reconhecimento dos novos programas por elas criados até, no máximo, 12 (doze) meses após o início do funcionamento dos mesmos.

§ 5º É condição indispensável para a autorização o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de programa de pós-graduação *stricto sensu* a comprovação da prévia existência de grupo de pesquisa consolidado na mesma área de conhecimento do programa.

§ 6º Os pedidos de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de programa de pós-graduação *stricto sensu* devem ser apresentados à CAPES, respeitando-se as normas e procedimentos de avaliação estabelecidos por essa agência para o Sistema Nacional de pós-graduação.

Art. 2º Os programas de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos mediante formas de associação entre instituições brasileiras ou entre estas e instituições estrangeiras

obedecem às mesmas exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento estabelecido por esta Resolução.

Parágrafo único. A emissão de diploma de pós-graduação *stricto sensu* por instituição brasileira exige que a defesa da dissertação ou da tese seja nela realizada.

Art. 3º Os programas de pós-graduação *stricto sensu* a distância serão oferecidos exclusivamente por instituições credenciadas para tal fim pela União, conforme o disposto no § 1º do Art. 80 da Lei nº 9.394, de 1996, obedecendo às mesmas exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento estabelecidas por esta Resolução.

§ 1º Os programas de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos a distância devem, necessariamente, incluir provas e atividades presenciais.

§ 2º Os exames de qualificação e as defesas de dissertação ou tese dos programas de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos a distância devem ser presenciais, diante de banca examinadora que inclua pelo menos 1 (um) professor não pertencente ao quadro docente da instituição responsável pelo programa.

§ 3º Os programas de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos a distância obedecerão às mesmas exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento estabelecido por esta Resolução.

§ 4º A avaliação pela CAPES dos programas de pós-graduação *stricto sensu* a distância utilizará critérios que garantam o cumprimento do preceito de equivalência entre a qualidade da formação assegurada por esses programas e a dos programas presenciais.

Art. 4º Os diplomas de conclusão de programas de pós-graduação *stricto sensu* obtidos de instituições de ensino superior estrangeiras, para terem validade nacional, devem ser reconhecidos e registrados por universidades brasileiras que possuam programas de pós-graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior ou em área afim.

§ 1º A universidade poderá, em casos excepcionais, solicitar parecer de instituição de ensino especializada na área de conhecimento na qual foi obtido o título.

§ 2º A universidade deve pronunciar-se sobre o pedido de reconhecimento no prazo de 6 (seis) meses da data de recepção do mesmo, fazendo o devido registro ou devolvendo a solicitação ao interessado, com a justificativa cabível.

§ 3º Esgotadas as possibilidades de acolhimento do pedido de reconhecimento pelas universidades, cabe reprograma à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Art. 5º É admitida, excepcionalmente, a obtenção de título de doutor mediante defesa direta de tese, de acordo com o que estabelecerem as normas da universidade onde tal defesa for realizada.

§ 1º A defesa direta de tese de doutorado só pode ser feita em universidade que ofereça programa de doutorado reconhecido na mesma área de conhecimento.

§ 2º O diploma expedido depois da defesa direta de tese de doutorado tem validade nacional.

A Diretoria-Executiva da CAPES, ciente da necessidade de se construir um novo plano nacional de pós-graduação, formulou uma pauta de pesquisa com vistas à sua realização. Previa-se, inicialmente, a realização de um seminário sobre problemas e perspectivas da pós-graduação nacional, o que veio a dar origem ao IV Plano Nacional de pós-graduação (IV PNPg).

O IV PNPg entrou em vigor em 2005 e permanecerá até 2010; tem como objetivo principal a indução do crescimento equânime do sistema nacional de pós-

graduação, com o propósito de atender, com qualidade, as diversas demandas da sociedade, visando o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país (IV PNPg, 2004).

Este plano também contempla a indução de programas, como linha programática, visando reduzir as diferenças regionais, intra-regionais e entre Estados, bem como estabelecer programas estratégicos buscando a sua integração com políticas públicas de médio e longo prazo.

O plano tem como um dos seus objetivos fundamentais a expansão do sistema de pós-graduação que leve a um expressivo aumento do número de pós-graduandos requeridos para a qualificação do sistema de ensino superior do país, do sistema de ciência e tecnologia e do setor empresarial (IV PNPg, 2004) .

A história dos programas de pós-graduação no Brasil caracteriza-se pela nebulosidade. O grande divisor de águas da educação, o Parecer nº 677/65, delineou os programas de pós-graduação *stricto sensu* e os cursos de pós-graduação *lato sensu*, incluindo a esta última categoria os programas de especialização e aperfeiçoamento.

Concluindo as considerações sobre a pós-graduação, é apresentado um quadro-resumo com os principais instrumentos legais que trataram da pós-graduação *stricto sensu* e suas contribuições.

**Quadro 1** - Resumo dos principais instrumentos legais que trataram a pós-graduação *stricto sensu* e suas contribuições

| <b>Instrumento Legal</b>                         | <b>Principais contribuições à Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i></b>  |
|--|---|
| <b>Decreto nº 16.782-A/25</b>                    | Criou o Curso Especial de Higiene e Saúde Pública, cujo objetivo era o aperfeiçoamento técnico de médicos que viessem a desempenhar funções sanitárias. Tratava-se de um curso de especialização.   |
| <b>Decreto nº 19.851/31</b>                      | Referente ao Estatuto das Universidades Brasileiras foi importante em considerações sobre os cursos de especialização e aperfeiçoamento   |
| <b>Decreto nº 21.231/46</b>                      | Instituiu o Estatuto da Universidade do Brasil, distinguiu seis tipos de cursos: cursos de formação; cursos de aperfeiçoamento; cursos de especialização; cursos de extensão; cursos de pós-graduação; programas de doutorado.  |
| <b>A LDBEN – Lei nº 4.024/61</b>                 | Apresentou de forma imprecisa e indefinida o conceito dos cursos de pós-graduação;<br>Definiu os cursos de pós-graduação como sendo os cursos abertos a matrícula de candidatos concluídos o curso de graduação e obtidos os respectivos diplomas;  |
| <b>Estatuto do Magistério, Lei nº 4.881-A/65</b> | Atribuiu, em seu Art. 25, competência ao CFE para conceituar e fixar as características dos cursos de pós-graduação.  |
| <b>Parecer nº 977/65</b>                         | Designou todo e qualquer curso que se segue à graduação como cursos de pós-graduação, classificando-os em <i>stricto sensu</i> e <i>lato sensu</i> . Na categoria de programas <i>stricto sensu</i> incluem-se o mestrado e o doutorado, cujo objetivo é de natureza acadêmica, de pesquisa e de cultura, tendo compromisso com o avanço do saber.  |
| <b>Decreto nº 29.741/51</b>                      | Criou junto ao Ministério da Educação e Saúde a Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES).   |
| <b>Decreto nº 62.937/68</b>                      | Constituiu o Grupo de Pesquisa da Reforma Universitária (GRTU), responsável por elaborar um relatório sobre vários aspectos relacionados com a organização, funcionamento e financiamento do estudo superior brasileiro   |
| <b>Lei nº 5.540/68</b>                           | Enfatizou a existência de dois tipos de cursos para graduados: os de pós-graduação, que correspondem à pós-graduação <i>stricto sensu</i> , assim denominada pelo referido parecer; e os cursos de especialização e aperfeiçoamento, que correspondem à categoria <i>lato sensu</i> . Os programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> seriam regulamentados e supervisionados pelo CFE, enquanto os cursos <i>lato sensu</i> teriam flexibilidade, ficando a cargo das universidades e estabelecimentos isolados sua aprovação e regulamentação. |
| <b>Parecer nº 77/69</b>                          | Normatizou o sistema de credenciamento dos cursos de pós-graduação  |
| <b>Decreto nº 63.343/68</b>                      | Instituiu os Centros Regionais  |
| <b>Decreto nº 64.085/68</b>                      | Criou uma comissão para implementar os Centros Regionais  |
| <b>Decreto nº 73.411/74</b>                      | Criou o Conselho Nacional de pós-graduação  |
| <b>I PNPg / 1975-1979 (Decreto nº 76.056/75)</b> | Deu destaque especial aos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> . Entretanto reconheceu a importância de estimular as universidades a desenvolverem programas de aperfeiçoamento e especialização, devido à necessidade de soluções rápidas para a situação conjuntural, bem como à escassez de recursos físicos e humanos.   |
| <b>PROCAPIES/75</b>                              | Diferenciou os cursos de especialização e aperfeiçoamento em termos de horas-aula.  |

|  |  |
|--|--|
| <b>II PNPg / 1982-1985<br/>(Decreto nº 87.814/82)</b>      | Formação de Recursos Humanos para as atividades docentes, pesquisa e técnicas para atendimento às demandas dos setores público e privado.  |
| <b>III PNPg / 1986-1989</b>                                | Limitou-se a valorizar os cursos de especialização e aperfeiçoamento apenas como qualificação para o mercado de pesquisa.  |
| <b>A LDBEN –<br/>Lei nº 9.394/96,<br/>(ainda em vigor)</b> | Caracterizou os cursos de especialização e aperfeiçoamento como cursos de pós-graduação, uma vez que exigiu de seus candidatos diploma em programa de graduação. Ficou mantido o vínculo tradicional entre a pós-graduação <i>stricto Sensu</i> , mestrado e doutorado, e a formação de docentes para o ensino superior. |
| <b>Parecer nº 908/98</b>                                   | Permitiu que especialização em área profissional fosse realizada em ambientes de pesquisa dotados de corpo técnico-profissional possuidor de titulação profissional ou acadêmica reconhecida e de instalações apropriadas.   |
| <b>Resolução nº 1/01</b>                                   | Estabeleceu novas normas para o funcionamento da pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> .  |
| <b>IV PNPg / 2005-2010</b>                                 | Contemplou a indução de programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , visando reduzir as diferenças regionais, intra-regionais e entre Estados, com o propósito de atender, com qualidade, as diversas demandas da sociedade, visando o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país.         |

Elaborado pelo autor

Após a contextualização da origem e a definição da pós-graduação, sempre enfatizando a *Stricto Sensu*, permeando pelo papel social que a pós-graduação *stricto sensu* (PGSS) possibilita para o desenvolvimento do conhecimento e da sociedade em geral, e, por fim, destacando o seu atual estágio vigente, faz necessário apresentar a gênese do programa de mestrado em agronegócio oferecido pela UFMS, destacando o seu papel social e ainda a sua evolução, como será visto no próximo Capítulo.

### **3.6 Programa de pós-graduação em agronegócio da UFMS**

Nesta seção pretende-se fazer uma breve contextualização dos aspectos históricos e uma ligeira apresentação dos impactos que o Programa de mestrado em agronegócio (PPAGRO), oferecido pelo Departamento de Economia e Administração da UFMS, proporciona para o desenvolvimento da principal vocação econômica do

Estado. Por fim pretende-se fazer uma apresentação da gênese do PPAGRO, contextualizando o Programa de Mestrado em Administração (PPGAD) que veio substituir o PPAGRO.

### **3.6.1 Aspectos históricos**

Os programas de pós-graduação nas instituições de ensino superior são, de certo modo, os sustentáculos dos avanços e do crescimento institucionais e por que não dizer do desenvolvimento sócio-econômico em âmbito local, regional e até mesmo nacional.

A UFMS, em vista desse panorama, tem voltado seus esforços, não só para a capacitação dos seus docentes, mas também para a criação e implantação de novos programas de pós-graduação que visem atender as expectativas e necessidades do mercado.

No que diz respeito à capacitação do corpo docente da UFMS, o Relatório de Gestão de Pessoas, disponibilizado pela Gerência de Recursos Humanos (GRH), destaca que, em dezembro de 2000, o número de professores era de 733 docentes, sendo 108 especialistas (pós-graduação *lato sensu*), 348 mestres e apenas 191 doutores (UFMS, 2008).

Devido à política de formação e capacitação do quadro de docentes, e com a preocupação de oferecer ensino de qualidade que atenda as necessidades da sociedade, esse quadro foi alterado em setembro de 2008, ficando com 764 professores. Dentre esses, 410 são doutores, 273 possuem o título de mestre e apenas 58 professores possuem especialização *lato sensu* (UFMS, 2008).

O investimento em capacitação pela UFMS, visando, principalmente, a elaboração de propostas para criação de programas de pós-graduação *stricto sensu* foi acentuado a partir de 2000. Houve um crescimento de aproximadamente 110% no número de docentes com doutorado, no período de 2000 a 2008, enquanto que o número de docentes mestres e especialistas reduziu em 21% e 46%, respectivamente, nesse mesmo período.

Em decorrência da política de capacitação empreendida pela Instituição, deu-se o aumento da produção intelectual de alto nível, permitindo a criação e implantação de programas de pós-graduação. No ano de 1999, os programas de mestrado na UFMS eram apenas 5 (cinco), o que chama a atenção, pois a Universidade foi criada em 1979.

Ao longo de 20 anos (1979-1999) foram implantados cinco programas de mestrado, enquanto que apenas nos 10 últimos anos o número de programas de mestrado reconhecidos pelo MEC saltou para 21. Segundo informações disponibilizadas na Pró Reitoria de Pós-Graduação (PROPP), foram criados seis programas de Doutorado nesse mesmo período.

Diante da demanda por profissionais e pesquisas, e fortemente influenciado pela vocação do Estado de Mato Grosso de Sul, foi implantado junto ao Departamento de Economia e Administração (DEA) o programa de mestrado em agronegócio.

O programa foi criado e recomendado em 2002 pela CAPES/MEC, por intermédio de seu Comitê Multidisciplinar, com conceito 3 (três), conforme Ofício CTC/CAPES nº 148/2002. O referido programa tinha como objetivos o desenvolvimento, a aplicação e a disseminação de novas tecnologias em Agronegócio, além da formação de pessoal especializado, com perfil inovador,

adaptados às exigências da sociedade e do mercado de pesquisa, com vistas ao desenvolvimento regional e nacional, segundo informações disponíveis no site da UFMS <sup>10</sup>.

A criação se deu a partir de um convênio realizado entre a Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Brasília (UNB) e UFMS.

O programa, que ainda funciona (mas já em fase de extinção) no espaço do Departamento de Economia e Administração (DEA), conta com 10 professores doutores permanente, e tem produção intelectual significativa. Foram 23 artigos *Qualis* Nacional A, 16 Nacional B e sete Nacional C, além de um Internacional C e sete Capítulos de Livros, totalizando 1,1 publicação por docente e dois por docente permanente, publicações está compreendida no período de 2002 a 2006.

Pelo exposto, observa-se que o incentivo à capacitação e o acentuado crescimento da pós-graduação na UFMS têm permitido à Instituição a real concretização de sua missão, visão e objetivos via produção e disseminação do conhecimento, contribuindo para uma vida melhor em sociedade.

### **3.6.2 Impactos do programa de mestrado da UFMS**

Apesar de todas as críticas levantadas pela sociedade, e também do apoio insuficiente do governo e seus órgãos de representação, a Universidade ainda continua sendo a principal produtora de pesquisa e a maior responsável pela qualificação da mão de obra no país.

---

<sup>10</sup> UFMS – UFMS. Disponível em: <http://www.dea.ufms.br/index.php?section=item.course&course=mestrado&fatherId=0&itemId=52> . Acesso em 25 mar. 2008

Teixeira (1992) ressalta que além da missão de formar mão de obra qualificada e realizar pesquisas, a Universidade ainda exerce papel relevante na extensão do conhecimento produzido para a sociedade.

A atuação da Universidade encontra-se apoiada em um tripé composto pelo ensino, pesquisa e extensão, permitindo uma posição singular no desenvolvimento do agronegócio brasileiro, conforme afirma Teixeira (1992).

No âmbito do ensino, percebe-se que, em resposta à necessidade de formação de mão de obra qualificada para o agronegócio, a Universidade contribui de forma relevante para o seu desenvolvimento, não só formando profissionais que atuarão no setor, mas também oferecendo educação continuada de profissionais, identificando perfil junto ao mercado de pesquisa para os egressos dos programas voltados para o setor e ainda oferecendo programas de reciclagem de profissionais que já atuam nessa área.

No âmbito da pesquisa, percebe-se a existência de uma preocupação em investigar temas de interesse da sociedade; temas atuais e importantes como ecologia e biotecnologia constam da lista das investigações das universidades.

Ainda no âmbito da Pesquisa, Teixeira (1992) afirma que a interação entre a Universidade e o setor privado poderia ser mais estreita caso houvesse uma maior identificação nas linhas de pesquisa de interesse tanto de uma quanto da outra parte. Embora não seja nula, essa interação ainda se encontra em estágio inicial.

Para Teixeira (1992), o âmbito da Extensão é sem dúvida o campo em que a Universidade tem mais a contribuir com o desenvolvimento do agronegócio. Tradicionalmente ela atua através da realização de palestras, seminários, consultorias, publicações e ainda realização de eventos e visitas técnicas, mas essa

contribuição pode ser dinamizada se integrada diretamente com o público-alvo dos programas de extensão em que a Universidade atua, ou seja, estreitando o relacionamento entre a Universidade e o setor privado para o qual os seus esforços são direcionados.

Diante disso, o programa de mestrado em agronegócio no Estado causa um forte impacto na região que, com seu desenvolvimento acelerado, precisa de profissionais altamente qualificados e de pesquisas em todos os setores do conhecimento.

O programa contribui para sanar o problema da carência de profissionais e de pesquisadores e ainda suprindo a demanda gerada pelas universidades do Estado e também de fora, atendendo tanto a Administração Pública como o setor privado, particularmente aquele vinculado ao agronegócio, um setor de grande relevância para o Brasil e para Mato Grosso do Sul.

### **3.6.3 Avanços e progressos**

Em 2002, com o início das atividades do programa de mestrado em agronegócio da UFMS (PPAGRO), o currículo do programa sempre buscou privilegiar o desenvolvimento, a aplicação e a disseminação de novas tecnologias em agronegócios, além de formar pessoal especializado.

Durante o período de 2002 a 2007, o foco do PPAGRO foi realizar pesquisas em basicamente duas áreas de concentração que diretamente influenciaria no desenvolvimento do agronegócio praticado dentro do Estado de Mato Grosso do Sul.

A primeira área de concentração diz respeito ao Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio, com as seguintes linhas de pesquisa: 1.

Desenvolvimento Regional e Impactos Sócio-Ambientais do Agronegócio; 2. Políticas Públicas Agroindustriais e 3. Produção Familiar e Agronegócio.

A segunda área de concentração refere-se à Gestão, Coordenação e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais, tendo como linhas de pesquisa: Gestão Tecnológica e Avaliação de Produtos e Processos Agroindustriais; Pesquisas e Diagnósticos de Complexos Agroindustriais; e Competitividade de Organizações Agroindustriais.

Ambas as áreas de concentração são cadastradas na CAPES e recebem financiamento das agências de fomento a pesquisas, tais como CNPq, CAPES e FUNDECT.

Dentro dessas áreas de concentração, diversas pesquisas foram desenvolvidas, sem contar a intensa produção científica de qualidade, por alunos e professores pertencentes ao PPAGRO.

Atendendo, em grande parte, a demanda por profissionais capacitados para atuar em diversas áreas, que direta ou indiretamente influenciam o desenvolvimento do Agronegócio, o PPAGRO teve de se adaptar aos novos cenários marcados pelo avanço da globalização, adoção do neoliberalismo e crises financeiras que assolaram vários Estados brasileiros.

Diante desse cenário, em 2008, o enfoque do programa voltou-se para a Administração e o futuro administrador teria as condições necessárias para suprir essa nova demanda social.

O novo programa de pós-graduação em administração (PPGAD) foi criado em 2008 e formará profissionais qualificados para atuar no setor público ou privado, tendo como principal área de concentração a Gestão do Agronegócio.

O PPGAD continua evoluindo e um novo cenário se faz presente. O uso intensivo da Tecnologia da Informação, o compartilhamento de base de dados pelos membros da cadeia produtiva, a concentração de mercados e a remuneração do capital e do trabalho com base na agregação de valor exigem a formação de um novo profissional.

Antes de ser um profissional especialista em negócios, o administrador deverá ser um especialista em redes, em parcerias. Os egressos do programa poderão realizar pesquisas avançadas e conduzir pesquisas na área de gestão do agronegócio, que é a vocação natural do Estado.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este Capítulo discorre sobre exploração, a análise e a interpretação do material obtido na fase da coleta de dados. Estas tarefas serão organizadas e apresentadas na seguinte ordem: caracterização do perfil dos participantes da pesquisa; resultados a respeito do ambiente de atuação profissional dos participantes da pesquisa; contribuição dos egressos do PPAGRO; e, finalizando, a formação complementar dos egressos após a conclusão do mestrado em agronegócio oferecido pela UFMS.

O levantamento dos dados, conforme já citado anteriormente, foi realizado através da observação do *curriculum lattes* dos egressos do PPAGRO oferecido pela UFMS no período de 2003 a 2007, o que permitiu verificar que os fatores relacionados à contribuição desses egressos giram em torno das atividades profissionais exercidas.

Além de caracterizar a amostra, este capítulo apresenta os resultados encontrados a partir das análises realizadas no banco de dados formado após a observação do *curriculum lattes*.

### 4.1. Caracterização do perfil dos participantes da pesquisa

O *corpus* da pesquisa é composto por 82 egressos, provenientes das turmas de 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, sendo seus currículos submetidos a uma análise que possibilitou levantar os dados necessários para atender aos objetivos propostos na pesquisa.

É importante destacar que, dentre os 82 acadêmicos que cursaram o programa, apenas 39 apresentaram o instrumento desta pesquisa atualizado (*curriculum lattes*). Dentro da categoria “atualizada”, foram considerados currículos que haviam sido modificados dentro do período de seis meses; e, na categoria “desatualizada”, os currículos que estava há mais de seis meses sem sofrer modificações.

Dentre os 82 egressos considerados, 49 são homens, o que corresponde a 59,76%; e 33 são mulheres, ou seja, 40,24%. A distribuição segundo o sexo mostra que existe predominância de homens no curso.

Porto (2002) ressalta que essa característica é comum a outros programas de mestrado na grande área de Ciências Sociais e que essa diferença é mais acentuada em programas de mestrado em Administração.

Se comparado com outras instituições, a predominância masculina apresentada no PPAGRO é menos acentuada. Porto (2002) descreve que os programas de mestrado em administração da FGV-SP, por exemplo, é composto por 66,2% de homens e 33,8% de mulheres.

Outro aspecto a ser destacado na descrição do perfil considerado nesta pesquisa é a idade. Dentre os egressos observados, constatou-se que grande parte dos acadêmicos tem idade de até 40 anos, o que representa 79,26% dos acadêmicos, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição dos acadêmicos segundo a idade

|                    | <b>Idade do Acadêmico</b> | <b>%</b> |
|--------------------|---------------------------|----------|
| <b>Até 29 anos</b> | 33                        | 40,24    |
| <b>30  -- 40</b>   | 32                        | 39,02    |
| <b>40  -- 50</b>   | 13                        | 15,85    |
| <b>50 ou mais</b>  | 4                         | 4,89     |
| <b>Total</b>       | 82                        | 100,00   |

Elaborado pelo autor

Porto (2002) acrescenta que a distribuição das faixas etárias em cada instituição depende, em parte, da área de concentração. Assim, mestres em Administração Pública, quando comparados com mestres em Administração de Empresas ou em Administração, tendem a concluir a graduação um pouco mais tarde e a iniciar seu programa cerca de dois anos mais velhos. Logo, os egressos PPAGRO podem ser considerados dentro de uma média nacional.

Porto (2002) justifica o interesse nessa questão pelo tempo em que o mestre permanecerá no mercado (acadêmico ou de pesquisa), daí a comparação entre os distintos programas.

Outra característica importante a ser destacado quanto ao perfil dos egressos diz respeito ao programa de graduação da qual eles provém. Dessa forma, a pesquisa possibilitou identificar que 43% vinham da área de Administração; 25%, da área de Ciências Econômicas; 7% eram do programa de Ciências Contábeis; e os 23% restantes, de outras áreas, uma vez que o programa de mestrado era multidisciplinar, conforme mostra a Tabela 2.

Assim, vê-se que a maioria dos egressos provinha de áreas afins do Agronegócio. Essa característica pode ser explicada pela influência dos programas oferecidos pelo departamento a que o Programa de Mestrado em Agronegócio esteja ligado, que são exatamente os programas de Ciências Econômicas e de Administração.

Tabela 2 – Distribuição dos acadêmicos segundo a graduação.

|                            | <b>Acadêmicos</b> | <b>%</b> |
|----------------------------|-------------------|----------|
| <b>Administração</b>       | 35                | 43,21    |
| <b>Ciências Econômicas</b> | 21                | 25,93    |
| <b>Ciências Contábeis</b>  | 6                 | 7,41     |
| <b>Outros</b>              | 19                | 23,45    |
| Total                      | 81                | 100,00   |

Elaborado pelo autor

Porto (2002) explica que não é de todo estranha essa heterogeneidade dos ingressos de programas e áreas afins predominantes em um programa de mestrado, o que já pode ser comprovado em outras pesquisas.

Tratando da formação dos egressos em nível de graduação, percebe-se que a década de 2000 foi responsável por 56% de mestrandos inseridos no programa, seguida pela década de 1990, com 33%. Os anos de 1999, 2002 e 2003 foram os que contaram com o maior número de graduados que se inseriram no programa de mestrado em Agronegócio, respectivamente 9, 10 e 10, conforme os dados da Tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição dos acadêmicos segundo a década de graduação.

|                       | <b>Acadêmicos</b> | <b>%</b> |
|-----------------------|-------------------|----------|
| <b>Década de 1980</b> | 8                 | 10,00    |
| <b>Década de 1990</b> | 27                | 33,75    |
| <b>Década de 2000</b> | 45                | 56,25    |
| Total                 | 80                | 100,00   |

Elaborado pelo autor

Assim como a idade de ingresso nos programas de mestrado, o ano de conclusão da graduação pode ter consequência na análise de pelo menos duas variáveis: tempo transcorrido entre graduação e mestrado e tempo de permanência no mercado de trabalho, seja acadêmico ou empresarial, como sugere Porto (2002).

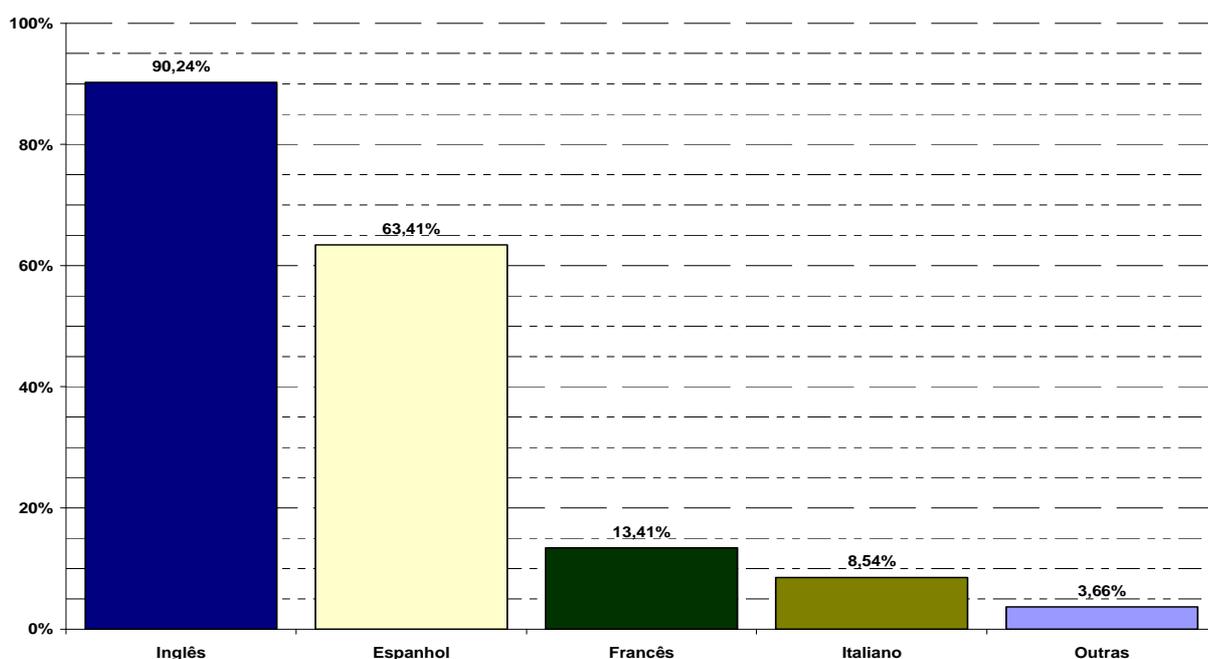
A primeira, ou seja, o período transcorrido entre a graduação e o início do mestrado, mostrou média de 6 anos, um ano a menos se comparado com programas de mestrado em Administração da FGV-SP e USP.

Outra característica do PPAGRO é que essa média vem sendo reduzida com o passar do tempo: a primeira turma de egressos (2003) tinha média de 8 anos e a última turma (2007), média de 5 anos.

Na caracterização do perfil dos egressos pode ser incluído o conhecimento de línguas estrangeiras como mostra o gráfico 07. Pode-se observar que, além da

língua inglesa (obrigatória pelo programa), a língua espanhola é conhecida pela maioria dos acadêmicos (70,27%), enquanto apenas 22,97% mostraram conhecimento de outra língua estrangeira (entre elas, italiano e francês).

Gráfico 7. Distribuição dos acadêmicos segundo o conhecimento de língua estrangeira



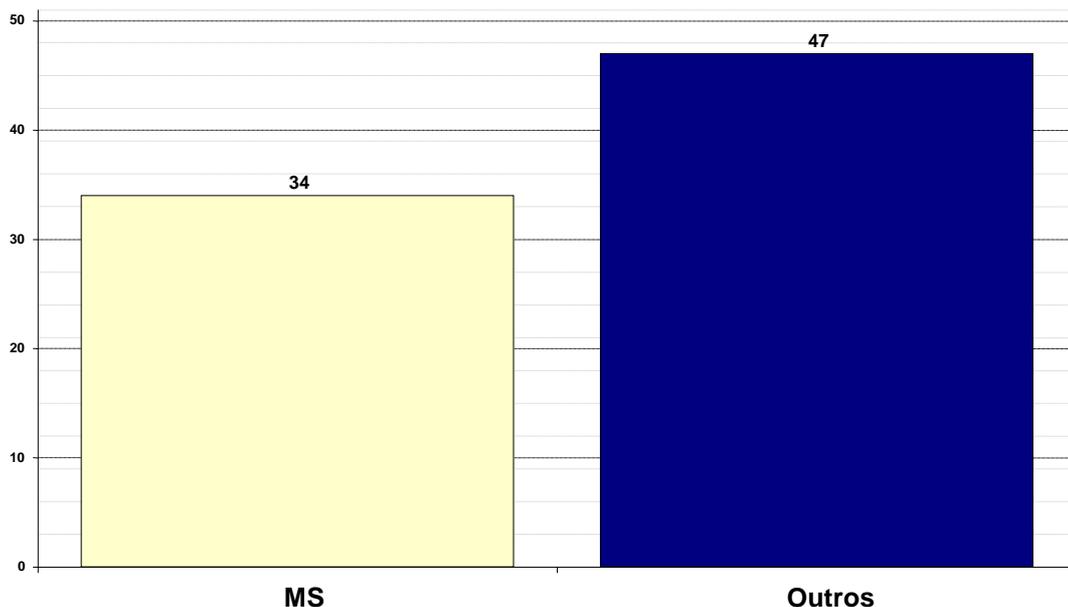
Elaborado pelo autor

O baixo índice de conhecimento em outras línguas estrangeiras, que não a exigida pelo programa, pode justificar a pequena participação do Brasil (1,5%) na publicação de artigos no contexto internacional e o fato de que a sua produção de conhecimento protegido é inferior ao de países como China e Índia (DANTAS, 2004).

Na caracterização dos egressos, é importante definir a origem desses acadêmicos, já que a Universidade é federal e, portanto, atende um amplo público de diversas áreas geográficas.

O Gráfico 8 apresenta a distribuição dos acadêmicos quanto ao Estado de origem.

Gráfico 8 – Distribuição dos acadêmicos segundo a procedência



Elaborado pelo autor

O Gráfico 8 mostra que não existe diferença significativa entre os egressos de Mato Grosso do Sul, com 42% (34 acadêmicos), e de outros Estados, 58% (47 acadêmicos). Considerando que os acadêmicos interessados poderiam vir de qualquer uma das unidades federativas, é notável que a grande concentração se encontre realmente em Mato Grosso do Sul.

Dentre os outros Estados, São Paulo se destaca com 28,4% do total de acadêmicos, seguido por Paraná e Santa Catarina, respectivamente 7,4% e 4,9%, como sugere a Tabela 4.

Tabela 4 – Distribuição dos acadêmicos segundo o Estado de procedência

|                    | Acadêmicos | %      |
|--------------------|------------|--------|
| Amazonas           | 1          | 1,22   |
| Distrito Federal   | 1          | 1,22   |
| Pará               | 1          | 1,22   |
| Rio de Janeiro     | 1          | 1,22   |
| Goiás              | 2          | 2,44   |
| Mato Grosso        | 2          | 2,44   |
| Minas Gerais       | 2          | 2,44   |
| Rio Grande do Sul  | 4          | 4,88   |
| Santa Catarina     | 4          | 4,88   |
| Paraná             | 6          | 7,31   |
| São Paulo          | 24         | 29,27  |
| Mato Grosso do Sul | 34         | 41,46  |
| Total              | 82         | 100,00 |

Elaborado pelo autor

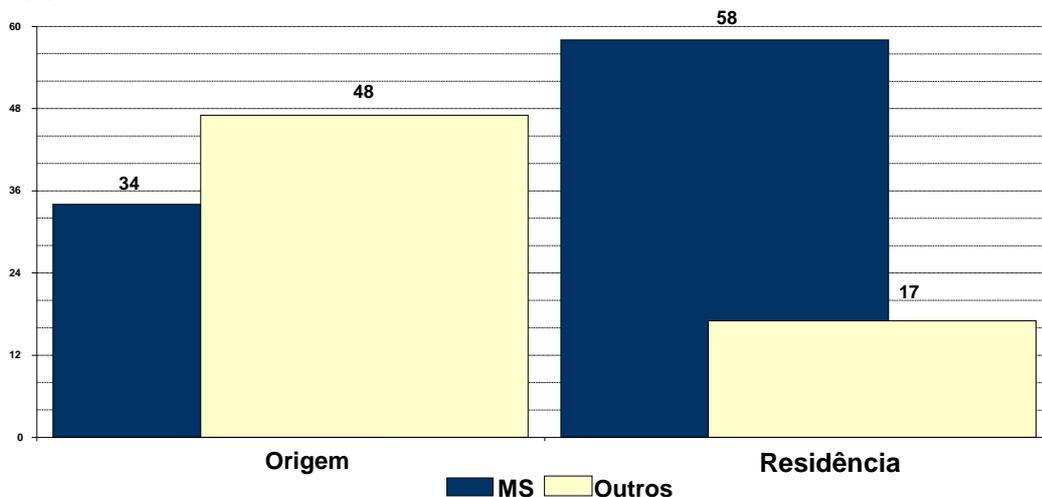
Nesse sentido, a UFMS consegue atingir o objetivo de gerar, difundir e aplicar conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do homem, em particular, do homem do Estado de Mato Grosso do Sul (UFMS, 2006).

Tendo em vista que é mais expressiva a origem de acadêmicos provenientes de dentro do próprio Estado de Mato Grosso do Sul, espera-se que o mercado deste Estado possa se tornar mais competitivo.

Com relação à origem e destino dos acadêmicos egressos do PPAGRO, é importante dizer que a maioria atualmente reside em Mato Grosso do Sul, 77,23% dos acadêmicos. Isso significa que os acadêmicos do Programa de Mestrado em Agronegócios da UFMS tendem a permanecer em Mato Grosso do Sul após a conclusão do programa, mesmo considerando que 52% dos egressos do programa sejam provenientes de outros Estados.

O Gráfico 9 apresenta a relação de egressos do PPAGRO que tem como origem o Estado de Mato Grosso do Sul e de outros Estados, e a residência dos egressos após a conclusão do programa de mestrado.

Gráfico 9 – Distribuição dos acadêmicos comparando a procedência e a residência.



Elaborado pelo autor

A análise do Gráfico 9 indica que, mesmo majoritariamente os ingressos do PPAGRO sendo de origem que não de Mato Grosso do Sul (47 egressos), a maior parte desses egressos permanece no Estado (58 egressos) após a conclusão do programa.

Assim, acabam por contribuir de alguma forma para o desenvolvimento dentro do Estado, pois a universidade brasileira tem compromisso com o desenvolvimento e transformação da sociedade, tendo caráter tanto político quanto técnico, conforme afirma Vieira Pinto *apud* Dias Sobrinho e Ristoff (2000).

#### **4.2. Ambiente de atuação profissional dos participantes da pesquisa**

A pesquisa teve como objetivo identificar a atuação dos mestres egressos do PPAGRO, e se a formação recebida está relacionada com a pesquisa que realizam. Assim, é necessário indagar quais atividades profissionais esses egressos faziam na época da inscrição para a pós-graduação.

Esse questionamento tem ao menos dois propósitos: primeiro saber onde trabalhavam naquela época, ou se não trabalhavam; segundo, permitir uma comparação com o tipo de pesquisa que os egressos exerciam antes e depois da titulação, identificando, dessa forma, a evolução na carreira profissional antes durante e depois do mestrado.

Os dados demonstram que a maior parcela dos candidatos a mestre pelo PPAGRO (78%) já trabalhava quando iniciou o PPAGRO, enquanto que uma

parcela de 21% se encontrava desempregada, algo bem acima da média nacional em qualquer época que se analise esse dado.

Dentre aqueles que se encontravam desempregados no início da pós-graduação, a maior parte provavelmente preparava-se para o processo de seleção, pois em geral começava o mestrado mais cedo (até 29 anos), sendo a maioria absoluta proveniente de programas de Administração.

Outra característica dos futuros mestres que estavam desempregados refere-se ao Estado de origem, pois aproximadamente 44% eram de Estados que não Mato Grosso do Sul, ao passo que cerca de 38% eram de MS.

A Tabela 05 refere-se à profissão exercida antes do ingresso no PPAGRO. Cabe ressaltar que, em alguns casos, os futuros mestres exerciam mais de uma atividade.

Tabela 5 – Distribuição dos acadêmicos segundo a profissão antes do ingresso no mestrado.

|                  | n  | %      |
|------------------|----|--------|
| <b>Professor</b> | 36 | 56,25  |
| <b>Consultor</b> | 17 | 26,56  |
| <b>Outras</b>    | 21 | 32,81  |
| <b>Total</b>     | 64 | 100,00 |

Elaborado pelo autor

Dentre os acadêmicos do programa, 56,25% eram professores antes de entrarem no programa de mestrado; dentre eles, 55% trabalhavam em universidades públicas (principalmente na UFMS) enquanto que cerca de 45% atuavam em faculdades particulares.

Foi também identificado que, no momento da inscrição, 26% dos acadêmicos atuavam como consultores de instituições públicas e privadas e complementavam as suas atividades como professores.

Na classificação que corresponde a “outros”, foram consideradas atividades referentes a servidores públicos, gerentes, administradores e técnicos, pesquisadores, assistentes administrativos de empresas públicas e privadas. Notou-se que, antes do ingresso no mestrado, uma parcela significativa dos acadêmicos concentrava-se em atividades aqui consideradas como “outras”, correspondendo a 32% do total.

Importante ressaltar que era relativamente alta a proporção dos ingressantes no mestrado que já exerciam atividades em *IES*, e que a maioria atuava em instituições públicas, contribuindo, dessa forma, com a formação, multiplicação e desenvolvimento do conhecimento.

Seguindo esse enfoque, Somensi (2005) acrescenta que a educação tem como função utilizar o conhecimento e também exerce função social de tal forma que a universidade influencie a sociedade e esta retorna o conhecimento à universidade.

Durante o período em que o acadêmico já estava cursando o programa, percebeu-se que houve forte concentração na atividade de docência, em detrimento principalmente das atividades consideradas como “outros”.

A Tabela 6 apresenta a distribuição dos acadêmicos segundo a atuação profissional após o ingresso no PPAGRO.

Tabela 6 – Distribuição dos acadêmicos segundo a profissão após o ingresso no mestrado

|                  | n  | %      |
|------------------|----|--------|
| <b>Professor</b> | 49 | 72,05  |
| <b>Consultor</b> | 10 | 14,71  |
| <b>Outros</b>    | 9  | 13,24  |
| <b>Total</b>     | 68 | 100,00 |

Elaborado pelo autor

Esse aspecto pode ser justificado pela forte preocupação que a UFMS tem na formação e capacitação de professores (UFMS, 2008), formando não só

profissionais que atuarão no setor, mas também oferecendo educação continuada de profissionais, identificando perfil, junto ao mercado de pesquisa, para os egressos dos programas.

A Tabela 6 demonstra que uma grande parcela dos ingressantes no programa de mestrado procurou atuar profissionalmente como professor de nível superior após o início do programa (77%), um acréscimo de 21% de acadêmicos que voltaram as suas atividades profissionais para a docência, se comparada com a atuação profissional no momento da inscrição para o PPAGRO.

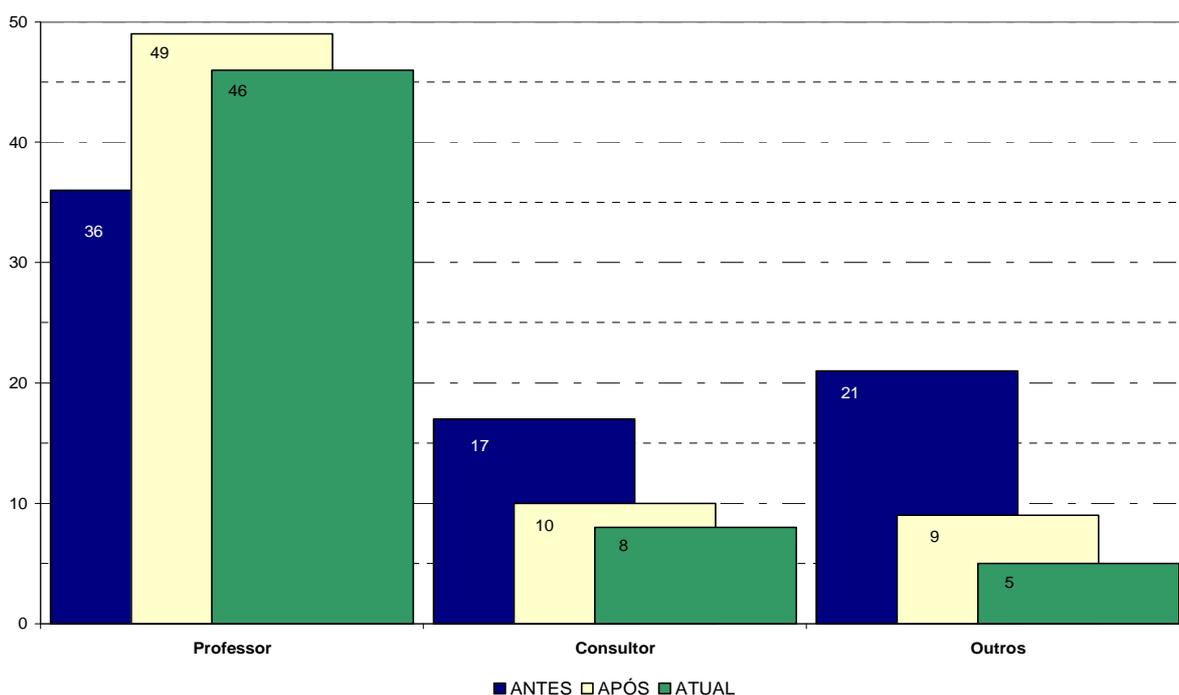
Após a conclusão do PPAGRO, foi possível detectar que poucos trocaram a carreira acadêmica e que, na verdade, dentre os egressos, houve uma concentração ainda mais forte na atividade de docência em detrimento das atividades de consultoria e, principalmente, das atividades consideradas como “outras”.

De acordo com Porto (2002), o movimento dos egressos de programas de mestrado em Administração oferecido por instituições localizadas em São Paulo, Bahia e, especialmente, nos Estados do Rio Grande do Sul (Universidade Federal de Rio Grande do Sul - UFRGS) e Minas Gerais (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG), segue fortemente a tendência de formar mestres principalmente para o ensino superior. Essa tendência que também pode ser comprovada entre os egressos do PPAGRO, oferecido pela UFMS.

O Gráfico 10 apresenta a descrição da concentração profissional dos acadêmicos desde o momento da sua inscrição, percorrendo o período em que esteve cursando o programa e a sua atuação atual, ou seja, antes, durante e após o programa.

Foram considerados atualizados os currículos como até seis meses desde a última modificação. Dessa forma, os dados referentes à turma de 2007 não puderam ser considerados, uma vez que esses mestrandos se encontravam em fase de conclusão do programa.

Gráfico 10 – Distribuição dos acadêmicos segundo a atuação profissional antes, durante e após o Mestrado



Elaborado pelo autor

Contudo, conforme assinala Porto (2002), o ambiente acadêmico é o que mais sofre alterações na mobilidade profissional, sugerindo que os ingressos que atuavam na prática docente mais do que dobram quando concluem o mestrado, justificando, dessa forma, o decrescente número de egressos inseridos no mercado de trabalho.

E mesmo diante desse quadro, nota-se que o PPAGRO oferecido pela UFMS colabora para sanar o problema com a carência de profissionais, tanto pesquisadores quanto de ensino, nas Universidades do Estado (UFMS, 2008).

### **4.3. A contribuição dos egressos do PPAGRO**

A promessa da pós-graduação inclui além da diversificação de programas e das atividades de pesquisa, outros modos de adquirir e desenvolver o conhecimento (CASTRO, 1993).

Dessa forma, essa pesquisa teve como finalidade identificar a contribuição que os egressos do PPAGRO gerou para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul.

A defesa da pós-graduação, segundo Schwartzman (1996), não tem sido o seu impacto no sistema educacional, e nem mesmo na sua contribuição e presença na ciência internacional, mas, sobretudo, na sua importância para o desenvolvimento econômico e social.

Antes de apresentar os dados referentes à contribuição dos egressos, cabe acrescentar dois aspectos importantes. O primeiro aspecto diz respeito às áreas de concentração que o PPAGRO disponibiliza para os egressos realizarem as pesquisas. O segundo aspecto diz respeito aos orientadores.

Quanto ao primeiro aspecto, nota-se que o PPAGRO disponibiliza duas áreas de concentração: a área 1, que compreende as atividades de pesquisa voltadas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio; e a área 2, compreendendo as pesquisas relacionadas com a gestão, coordenação e competitividade dos sistemas agroindustriais.

A Tabela 7 descreve a opção dos acadêmicos quanto à escolha da área de concentração das suas pesquisas.

Tabela 7 – Opção entre as áreas de concentração do programa de mestrado

|               | <b>Acadêmicos</b> | <b>%</b> |
|---------------|-------------------|----------|
| <b>ÁREA 1</b> | 4                 | 5,71     |
| <b>ÁREA 2</b> | 66                | 94,29    |
| <b>Total</b>  | 70                | 100,00   |

Elaborado pelo autor

Segundo as informações levantadas, quando observada a escolha entre as áreas de concentração, que apenas 5% dos acadêmicos desenvolveram as suas pesquisas na Área 1, e que apenas três professores orientaram as suas pesquisas nessa área, sugerindo o baixo interesse em estudar o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

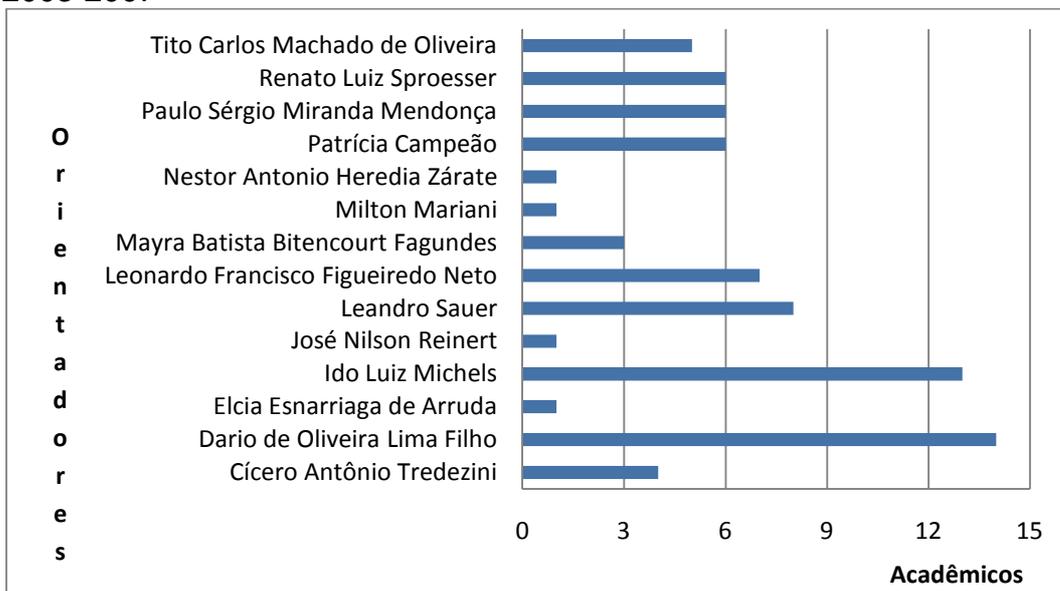
Nota-se, em contrapartida que a área de concentração da Gestão, Coordenação e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais – Área 2 – apresentou aproximadamente 95% da preferência dos acadêmicos. O fato pode ser explicado pela preferência dos orientadores desenvolverem pesquisas nessa área de concentração.

O segundo aspecto faz referência ao número de orientações que cada um dos orientadores realizou durante o período 2003-2007.

Camino (1998) considera que o orientador oferece seus conhecimentos ou informações, em formas alternativas, que serão úteis na atividade do orientando.

Assim, o Gráfico 11 descreve a quantidade de acadêmicos orientados pelos respectivos professores que fazem parte do PPAGRO.

Gráfico 11 – Número de orientações por professor orientador no período 2003-2007



Elaborado pelo autor

Quanto à relação dos orientadores e orientados, pode-se verificar que se trata de uma relação bem distribuída, mas concentrada entre os professores doutores Dario de Oliveira Lima Filho e Ido Luiz Michels que orientaram, respectivamente, 18,4% e 17,1% dos acadêmicos, entre os demais, porém a distribuição é igualitária.

Os professores doutores Dario de Oliveira Lima Filho e Ido Luiz Michels foram os únicos que orientaram alunos nos cinco anos de existência do programa de mestrado, enquanto os outros mostraram descontinuidade no começo ou no final (ou entraram depois do início do programa ou saíram antes do final).

Os orientadores, embora professores, devem se caracterizar mais por coordenar tarefas de pesquisa do que transmitir conhecimentos científicos (CAMINO, 1998).

O conhecimento gerado pelo processo de orientação surge do esforço espontâneo e autônomo do acadêmico, no qual o professor apenas exercita a função de guia, dando um “rumo”, um caminho a ser seguido.

Camino (1998) sugere que, atualmente o orientador é tanto responsável pelo produto acadêmico do seu orientando como depende desse produto parcial para o desenvolvimento da sua atividade de pesquisador.

A qualidade científica das propostas elaboradas pelos orientadores, bem como sua habilidade em supervisionar atividades científicas dos seus orientados, acarretará diretamente a produtividade e a contribuição (acadêmica e para a sociedade) do pesquisa de pesquisa realizado.

Sendo assim, quando observada a publicação dos acadêmicos do PPAGRO, verifica-se que o número de acadêmicos que não realizaram nenhuma publicação em área que não seja em agronegócios correspondeu a 23,17% dos egressos, como mostra a Tabela 8.

Tabela 8 – Produção acadêmica na área que não agronegócios

|                  | <b>Acadêmicos</b> | <b>%</b> |
|------------------|-------------------|----------|
| <b>Nenhum</b>    | 19                | 23,17    |
| <b>1  -- 6</b>   | 38                | 46,34    |
| <b>7 ou mais</b> | 25                | 30,49    |
| <b>Total</b>     | 82                | 100,00   |

Elaborado pelo autor

Nota-se na Tabela 8 que 46,34% dos egressos tiveram publicação (entre um e seis artigos publicados) e os outros 30,49% tiveram produção acima de sete artigos publicados. Portanto 76,83% dos egressos contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento de setores que não seja o do agronegócio.

Conforme pode ser visto na Tabela 9, o número de acadêmicos que não tiveram nenhuma publicação na área do agronegócio correspondeu a 29,27% dos acadêmicos.

A comparação entre os acadêmicos que não tiveram publicação no agronegócio foi superior aos acadêmicos que também não tiveram nenhuma em

área fora do Agronegócio, podendo indicar que a dedicação de orientadores, programa e acadêmicos ficou voltada para atividades fora do agronegócio.

A Tabela 9 demonstra que 53,66% dos acadêmicos publicaram entre um e seis artigos referentes ao agronegócio, enquanto que 17,07% tiveram publicação acima de sete artigos. Dessa forma, 70,73% dos egressos tiveram suas publicações voltadas para o setor do agronegócio.

Tabela 9 – Produção acadêmica na área de agronegócios

|                  | <b>Acadêmicos</b> | <b>%</b> |
|------------------|-------------------|----------|
| <b>Nenhum</b>    | 24                | 29,27    |
| <b>1  -- 6</b>   | 44                | 53,66    |
| <b>7 ou mais</b> | 14                | 17,07    |
| <b>Total</b>     | 82                | 100,00   |

Elaborado pelo autor

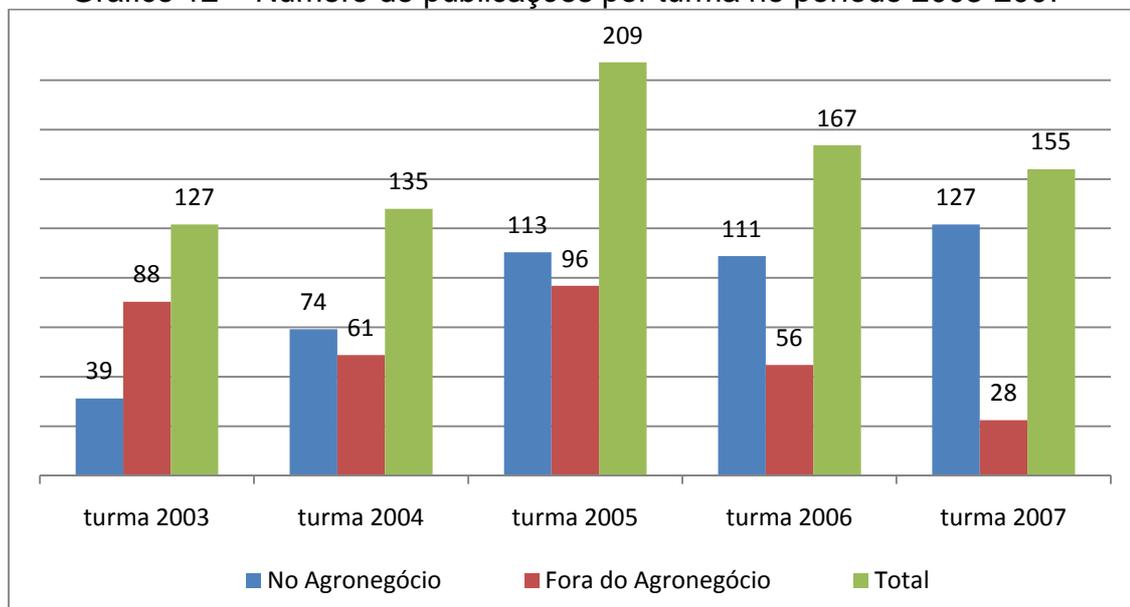
Se comparada com a publicação de acadêmicos que produziram de um a seis artigos, aqueles voltados para o agronegócio tiveram uma participação maior, enquanto que aqueles acadêmicos que produziram acima de sete artigos dedicaram os seus esforços para áreas fora do agronegócio.

Quando comparada a publicação acadêmica pelo ano de ingresso (turma) no PPAGRO, tem-se um montante total de 793 publicações durante o período de 2003 a 2007. Dentre essas publicações, 500 delas foram realizadas sobre atividades não referentes ao agronegócio e apenas 293 destinadas especificamente ao setor do agronegócio, conforme sugere o Gráfico 12.

No Gráfico 12, ainda é possível verificar que a turma de 2005 foi à turma que teve o maior número de publicações, porém, dentre elas, 96 foram destinadas ao setor do agronegócio enquanto que o maior número foi destinado a setores que não era do agronegócio.

Por outro lado, e mesmo não tendo alcançado o mesmo número de publicações que a turma de 2005, a turma de 2003 foi a que proporcionalmente mais publicou artigos voltados para o setor do agronegócio.

Gráfico 12 – Número de publicações por turma no período 2003-2007



Elaborado pelo autor

Outra análise que pode ser feita a partir do Gráfico 12 é com relação à evolução do crescimento do número de publicações realizadas por turma. Pode ser observado que, até a turma de 2005, seguia-se uma tendência de crescimento, rompido pela turma de 2006. Essa desaceleração nas publicações foi mantida pela turma de 2007, porém com intensidade um pouco menor.

Para Guimarães<sup>11</sup> (2008), entre os motivos para o aumento da publicação do país estão os programas de iniciação científica, o fortalecimento da pós-graduação, a formação de grupos de pesquisa, as cooperações internacionais e, mais recentemente, o Portal de Periódicos da Capes.

<sup>11</sup> Jorge Guimarães, presidente da Capes, em declaração realizada no site do MEC, em notícia cujo título foi Cresce a produção científica no Brasil. Disponível em: [Cresce Produção científica no Brasil](#). Acesso em 30/03/2009.

Contudo, a desaceleração na publicação notada a partir de 2006 pode ser justificada pela notícia da extinção do programa de mestrado em agronegócio programada para 2007.

Ainda segundo Guimarães (2008), a área brasileira que se destaca no âmbito mundial em publicação é o agronegócio, com 4.139 artigos produzidos entre 2003 e 2007 – 4% da produção total em todo o mundo.

Outra forma de quantificar a contribuição dos egressos do PPAGRO para o desenvolvimento do agronegócio sul-mato-grossense é através da participação em projetos de pesquisas.

Dentre as informações encontradas sobre os projetos de pesquisa, verificou-se que 76,83% (a maioria) não apresentaram projetos de pesquisa em agronegócios e apenas 23,17% dos acadêmicos participaram de, pelo menos, um na área de agronegócio, conforme ilustra a Tabela 10.

Tabela 10 – Projeto de pesquisa acadêmica na área de agronegócios

|                          | <b>Acadêmicos</b> | <b>%</b> |
|--------------------------|-------------------|----------|
| <b>Nenhum Projeto</b>    | 63                | 76,83    |
| <b>Mais de 1 Projeto</b> | 19                | 23,17    |
| <b>Total</b>             | 82                | 100,00   |

Elaborado pelo autor

A quantidade de acadêmicos que participaram de projetos de pesquisa, e ainda publicaram um artigo além na área de agronegócio, foi de 12,35%.

Com relação à participação em projetos de pesquisa fora da área do agronegócio, constatou-se que a situação é semelhante à participação em projetos de pesquisa dentro da área.

A Tabela 11 expõe que 71,95% dos acadêmicos não tiveram nenhum envolvimento com projetos de pesquisa fora do agronegócio, e apenas 28,05% dos

acadêmicos tiveram a participação registrada, embora a sua contribuição tenha sido voltada para atividades fora do agronegócio, conforme segue.

Tabela 11 – Projeto de pesquisa acadêmica em áreas que não agronegócios

|                   | Acadêmicos | %             |
|-------------------|------------|---------------|
| Nenhum Projeto    | 59         | 71,95         |
| Mais de 1 Projeto | 23         | 28,05         |
| <b>Total</b>      | <b>82</b>  | <b>100,00</b> |

Elaborado pelo autor

O número de artigos publicados é um dos indicadores mais importantes para a medida da atividade de pesquisa de uma instituição, sendo utilizado tanto para analisar a produção científica como para orientar a tomada de decisões nas políticas públicas em matéria de ciência e tecnologia.

Quando relacionada com o número de doutores em tempo integral do PPAGRO, percebe-se que a produção científica tem média de 56,64 artigos publicados nos cinco anos de existência do programa, ou seja, 11,33 artigos publicados por ano. Trata-se de uma média baixa para programas que têm o comprometimento de desenvolver pesquisas para criar condições favoráveis para o desenvolvimento do Estado.

Segundo relatório do Instituto Lobo<sup>12</sup>, que identificou a produção científica das IES brasileiras, a UFMS ficou em 64<sup>o</sup> colocação, quando avaliado o número de trabalhos publicados por programa de pós-graduação. Segundo o mesmo relatório, a UFMS permaneceu na mesma posição do *ranking* quando considerado o Índice de Produtividade<sup>13</sup> relativo à sua atividade de pesquisa.

<sup>12</sup> Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação Ciência e Tecnologia, Produção Científica das IES Brasileiras, 2006. Disponível em: [http://www.loboeassociados.com.br/p\\_artigos/artigos/producao\\_cientifica/prod\\_cient\\_bras.html](http://www.loboeassociados.com.br/p_artigos/artigos/producao_cientifica/prod_cient_bras.html). Acesso em 30/03/2009.

<sup>13</sup> Esse índice, que mede a eficiência da Instituição, leva em conta o investimento do CNPq por pesquisa publicado, o número de pesquisas publicados por doutor em tempo integral e o número de pesquisas publicados por programa de pós-graduação da Instituição.

O índice de produtividade obtido pela UFMS foi de -0,88; o primeiro lugar ficou para o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), com um índice de 4,68 e o último colocado foi a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com um índice de -4,22.

A UnB e a UFG, universidades que participam do convênio que deu origem ao PPAGRO, ficaram com os respectivos índices: -0,36, ficando na 40ª colocação; e -0,66, na 55ª do ranking nacional.

#### **4.4. A formação complementar dos egressos após o PAGRO**

Esta parte do trabalho teve como objetivo identificar a formação complementar dos egressos do PPAGRO, verificar se os mestres em agronegócio provenientes da UFMS estariam tendo algum tipo de formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* (PPSS) ou mesmo de algum tipo de pós-graduação *lato sensu* (PPLS).

No caso dos egressos do PPAGRO, a formação complementar em nível de pós-graduação *lato sensu* é comum, pois esta pesquisa permitiu verificar que 61% dos egressos do PPAGRO fizeram, durante o programa ou após a conclusão, algum tipo de especialização.

Porto (2002) argumenta que, após a titulação, os mestres direcionam-se para o mercado de pesquisa; aqueles que já estavam trabalhando permanecem na mesma ocupação; e apenas ¼ dos que concluem o mestrado prosseguem a formação pós-graduada em nível de *stricto sensu*.

Dentre os egressos do mestrado em agronegócios, apenas quatro acadêmicos estão cursando outro programa de pós-graduação *Stricto Sensu*; três em nível de Doutorado e um em outro programa de Mestrado.

Chama a atenção o caso de dois egressos que, mesmo já possuindo formação *stricto sensu* em nível de mestrado, fizeram a inscrição e concluíram o programa. Certamente esse fato deve ter sido motivado pela exigência, pelo mercado, por profissionais mais qualificados.

Oliveira (1995) explica que a grande contribuição das universidades para a sociedade começa a despontar depois da Primeira Guerra Mundial, quando se reconheceu a importância da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento econômico. Torna-se necessária, portanto, a intensificação do processo de desenvolvimento de novos conhecimentos voltados para a expansão econômica social e, nesse cenário, a pós-graduação *stricto sensu* se torna um agente imprescindível para que o desenvolvimento esperado seja alcançado.

Nessa abordagem, Furtado (1974) salienta que o desenvolvimento não se detém apenas aos aspectos econômicos, mas também aos sociais, culturais e políticos, onde principalmente mestres e doutores inseridos dentro de uma sociedade são responsáveis pela sua modelagem.

O grande desafio preconizado no cenário identificado é o crescimento de publicações destinadas à área do agronegócio e, ainda, a participação de acadêmicos de pós-graduação a participarem de projetos de pesquisa na área do agronegócio. Dessa forma será gerado conhecimento para impulsionar ainda mais o desenvolvimento do agronegócio dentro do Estado de Mato Grosso do Sul.

## 5. CONCLUSÕES

A pesquisa contribuiu para um melhor juízo de algumas questões sobre o agronegócio em Mato Grosso do Sul e o papel do programa de pós-graduação em agronegócio oferecido pela UFMS para o desenvolvimento do agronegócio no Estado.

Possibilitou também um leque de reflexões para se repensar as formas de contribuição do programa de pós-graduação em agronegócio para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, a exemplo de questões como: 1 – o acesso às publicações realizadas pelos egressos do PPAGRO; 2 – a qualidade das publicações realizadas pelos egressos do PPAGRO; 3 – o direcionamento das publicações específicas ao setor do Agronegócio; e 4 – a tentativa de conciliar as publicações voltadas para as necessidades do setor e as necessidades reais.

Os conceitos-chave desta pesquisa, ou seja, Agronegócio, Desenvolvimento e Egressos são comuns no cotidiano da UFMS, exigindo dela a busca incessante por novos conhecimentos e o compromisso com o desenvolvimento do Estado.

Tais conhecimentos refletem uma sociedade cada vez mais complexa, requerendo comportamentos que têm implícitos os conhecimentos tecnológicos, as bases científicas e os instrumentais dessas tecnologias e, ainda, atitudes e valores inerentes à realização de pesquisas e publicações.

Dessa forma, prática e teoria devem estar sempre ligadas, pois os indivíduos necessitam de encontrar na sociedade condições de integrar as várias atividades profissionais, com um perfil composto de uma base metodológica que torne possível estimular os saberes necessários, sem os quais seria muito difícil constatar o desenvolvimento.

## 5.1. Confronto da teoria com a pesquisa

O exame da teoria, através do entendimento proporcionado pela pesquisa, ressalta aspectos observados e analisados; os mais relevantes passam a ser discutidos a seguir.

*O Agronegócio em Mato Grosso do Sul:* trata-se de um setor que pode ser considerado além de econômico, mas que influencia fortemente o fator social. Se considerada a definição apresentada pelos pesquisadores da Universidade de Harvard, então teremos que agronegócio é:

(...) a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles. (apud BATALHA e LAGO DA SILVA, 2001).

Seguindo esse raciocínio, o Agronegócio no Estado de Mato Grosso do Sul é uma atividade econômica presente em todos os municípios, responsável pela geração e distribuição de renda, que impulsiona o desenvolvimento tecnológico de todas as demais atividades de montante a jusante dentro do segmento do agronegócio.

Também pode ser considerado como um setor que influencia fortemente o setor social, pois é responsável por gerar nada mais que 27 milhões de empregos diretos e indiretos; assim sendo, ao se observar o significado sócio-econômico do agronegócio, é relevante a sua capacidade como agente impulsionador do desenvolvimento sócio-econômico.

*O desenvolvimento do agronegócio do Estado:* a idéia de desenvolvimento pode ser vista como um modelo de evolução, de progresso em todas as dimensões,

não se restringindo ao crescimento econômico, mas também aos sociais, culturais e políticos.

O desenvolvimento exige que pelo menos três dimensões sejam atendidas, dentre elas: 1. Investimentos na educação, saúde, alimentação e bem-estar social, 2. Participação abrangente no nível cultural, medido pelo grau de alfabetização, e 3. Possibilidades de renda e de pesquisa para todos.

Dentre essas dimensões, nem todas as variáveis consideradas podem ser completadas com o desenvolvimento do agronegócio, sendo então necessária a interação com outros agentes da sociedade para que todas as dimensões e variáveis necessárias para o desenvolvimento sejam atendidas.

Assim, um dos agentes de notável importância, no processo de desenvolvimento, é a Universidade, em especial os programas de pós-graduação que podem contribuir com o desenvolvimento.

Universidade é a principal produtora de pesquisa, ciência e tecnologia, e a maior responsável pela qualificação da mão de obra no país. A atuação da Universidade encontra-se apoiada em um tripé composto pelo ensino, pesquisa e extensão, permitindo uma posição singular no desenvolvimento do Agronegócio brasileiro. No âmbito da Pesquisa, percebe-se a existência de uma preocupação em investigar temas de interesse da sociedade, notadamente aqueles que proporcionem o desenvolvimento do agronegócio.

*A contribuição do PPAGRO no desenvolvimento do Estado:* o PPAGRO colabora para sanar o problema da carência de profissionais (pesquisadores e de ensino) nas universidades do Estado através de projetos de pesquisa e publicações

tanto na Administração Pública quanto no setor privado, vinculados ou não ao agronegócio.

Ações como as desenvolvidas pela UFMS, em especial pelo PPAGRO, colaboram de certa forma para amenizar as deficiências encontradas no Estado. Contribui para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, na capacitação de um quadro diverso de profissionais que diretamente estarão colaborando com o desenvolvimento do Estado, no agronegócio aqui praticado.

As condições que facilitam o desenvolvimento do Agronegócio também foram identificadas:

- formação de professores que estariam atuando diretamente na capacitação de outros profissionais dentro do Estado;

- aumento na publicação da área de agronegócio, incremento do número de publicações voltadas especificamente para o Agronegócio, promovendo o desenvolvimento de novos conhecimentos e tecnologias;

- aumento de projetos de pesquisa voltados para o agronegócio, contribuindo para aprofundar o conhecimento das atividades do setor, bem como contribuindo para o desenvolvimento da ciência e tecnologia utilizadas na produção e gestão do setor;

- política para a formação continuada em programas de pós-graduação *stricto sensu* (PPSS), em nível de Doutorado, para os egressos do programa de Mestrado em Agronegócio, através de uma política de capacitação permanente, incentivando a formação de doutores que poderiam melhorar qualitativa e quantitativamente todos os outros itens acima descritos.

## 5.2. Resposta à pergunta da pesquisa

A pesquisa realizada mostrou que a contribuição do PPAGRO dada ao desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio dos seus egressos pode ser agrupadas em três categorias, classificadas em ordem decrescente: 1º - Formação de professores; 2º - O número de publicações realizadas e 3º - A participação em projetos de pesquisa.

A contribuição que os egressos proporcionaram ao desenvolvimento do Estado está classificada em ordem decrescente, ou seja, o número de profissionais, que ao concluírem o Programa de Mestrado passaram a exercer a atividade de docência, foi maior dentre todos os egressos do PPAGRO, de 2003 a 2007.

A produção científica realizada por esses egressos foi, em sua maior parte, destinada a áreas fora do agronegócio. Esse fato, contudo, não evidencia a ausência de contribuição ao desenvolvimento do Estado; embora se esperasse uma participação mais expressiva na área de concentração do programa.

E, finalmente, colocando-se em menor grau de contribuição dos egressos, situam-se as participações em projetos de pesquisa. Nessa análise, foi possível identificar que a participação dos acadêmicos em projetos de pesquisa é pequena, e ainda menor se considerados os projetos relacionados com o agronegócio, se comparados com a contribuição de outros programas de pós-graduação a nível de mestrado, conforme estudo realizado pelo Instituto LOBO<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação Ciência e Tecnologia, Produção Científica das IES Brasileiras, 2006. Disponível em: [http://www.loboassociados.com.br/p\\_artigos/artigos/producao\\_cientifica/prod\\_cient\\_bras.html](http://www.loboassociados.com.br/p_artigos/artigos/producao_cientifica/prod_cient_bras.html). Acesso em 30/03/2009.

### **5.3. Limitações da Pesquisa**

O primeiro aspecto limitante diz respeito à abrangência da pesquisa, já que a coleta de dados foi realizada a partir da observação do *curriculum lattes* e que a maior parte dos mestres e mestrandos estavam com os seus currículos desatualizados, no momento da coleta de dados.

Destaca-se que não foram realizadas comparações com outros programas, o que não permitiu que fossem realizadas generalizações.

A segunda limitação da pesquisa reside no fato de que o programa de mestrado em agronegócio da UFMS está em fase de extinção, impossibilitando a continuidade da pesquisa e limitando a utilização das informações levantadas. No entanto espera-se que a coordenação do programa PPGAD, criado para substituir o PPAGRO, possa utilizar os resultados desta pesquisa como ferramenta de orientação.

### **5.4. Sugestões para pesquisas futuras**

Embora os objetivos desta pesquisa tenham sido atingidos, a sensação é contraditória. Por um lado, a sensação de um “dever cumprido”; por outro, a sensação de uma obra apenas iniciada, distante de estar concluída. O que se vislumbra é um despertar para a necessidade de novas pesquisas.

Os resultados desta pesquisa apontam para a importância de se publicar mais e participar mais de projetos de pesquisa na área do agronegócio, embora seja incontestável a importância de tais atividades em áreas que não do agronegócio.

Logo, um tema de grande interesse teórico que emerge diz respeito à qualidade das publicações realizadas pelos egressos. Dessa forma, a qualidade seria avaliada de acordo com quantidade de citações observadas das pesquisas publicadas pelos egressos, o que não foi feito pela presente pesquisa.

Esta investigação permitiria focalizar, principalmente, as áreas em que estão sendo utilizados os artigos realizados pelos egressos, combinando o conhecimento por eles produzido com a sua utilização.

A realização desta pesquisa agregaria nova dimensão da contribuição ao desenvolvimento proporcionado pela universidade.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R., **Agricultura, Diferenciação Social e Desempenho Econômico**. Projeto IPEA-NEAD/MDA – Banco Mundial, São Paulo, FEA-USP, 2000.

AMORIM, Antonio. **Avaliação institucional da universidade**. São Paulo: Cortez, 1992.

AMORIM, Dalmo de Souza. **MEMÓRIA HISTÓRICA DA PÓS-GRADUAÇÃO**. Revista de Medicina. Ribeirão Preto: FMRB-USP, n.38, 2005.

ARAÚJO, Massilon, J. **Fundamentos de agronegócios**. 2º ed. São Paulo, Atlas, 2005.

ARAÚJO, N. B.; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. A. **Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro**. São Paulo: Agrocere. 1990.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de Pesquisa: Propostas Metodológicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

BATALHA, Mario Otavio. **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2001.

\_\_\_\_\_, LAGO DA SILVA, A. **Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas**. In: BATALHA, M. O. *Gestão Agroindustrial*. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL, Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em [http://www.mec.gov.br/legis/pdf/lei\\_9394.pdf](http://www.mec.gov.br/legis/pdf/lei_9394.pdf). Acesso em: 18 de março de 2009.

BRASIL, Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: <http://www.prolei.inep.gov.br/pesquisar.do;jsessionid=CABB45A4C1BD7DC4A019716CA70218BA?codThesaurus=37008>. Acesso em: 03 de novembro de 2008.

\_\_\_\_\_, Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Leis/L5540.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L5540.htm). Acesso em: 14 de fevereiro de 2009.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação – Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 977/65**, 1965.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação – Secretaria de Educação Superior. **Pós-Graduação lato sensu e stricto sensu**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=com\\_content&task=view&id=934](http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=com_content&task=view&id=934). Acesso em: 30 de janeiro de 2009.

\_\_\_\_\_, Poder Executivo, Decreto nº 16.782-A, **Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1925**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926.

\_\_\_\_\_, Governo Provisório, Decreto nº 19.851, **Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1932.

BUARQUE, Cristovam. **A Aventura da Universidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

CAMINO, Leoncio e CAMINO, Cleonice. Orientador, Orientando e Orientação na pós-graduação: relações interpessoais ou funcionais? In: Paz, Ronilson José (Org.). **Perspectivas do Ensino da Pós-graduação no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1998.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>. Acesso em: 25 de março de 2008.

CARDONA, Victor Cruz. El postgrado y su impacto em los procesos de integración económica e regional da América Latina. In: JUNIOR, José Ribeiro, e outros. **O papel da universidade e da pós-graduação no processo de integração econômica regional**. São Paulo: UNESP, 1997.

CARMO, R.B.A. **A Questão Agrária e o Perfil da Agricultura Brasileira**. 1999. Disponível em: [www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/pub/sober](http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/pub/sober), Acesso em: 21 de outubro de 2008.

CASTRO, Amélia Domingues de. As promessas da pós-graduação. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani, e outros, **Pensando a pós-graduação em educação**. Piracicaba: UNIMEP, 1993.

CEPEA, Centro de Pesquisas Avançadas em Economia Aplicada. **PIB do Agronegócio**. Disponível em: [www.cepea.esalq.usp.br/pib/](http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/). Acesso em: 15 de outubro de 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Quadragésimo ano do Parecer nº 977/65**, 2005. Revista Brasileira de Educação, nº 30. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a02n30.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2009.

DANTAS, Flavio. **Responsabilidade social e pós-graduação no Brasil: idéias para (avali)ação**, 2004. Revista Brasileira de pós-graduação, v. 1, n. 2. Disponível em: [http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.1\\_2\\_nov2004\\_/160\\_172\\_responsabilidadesocial\\_posgraduacao\\_brasil.pdf](http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.1_2_nov2004_/160_172_responsabilidadesocial_posgraduacao_brasil.pdf). Acesso em: 31 de janeiro de 2009.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO, José, RISTOFF, Dilvo I. **Universidade Desconstruída: Avaliação Institucional e Resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A universidade brasileira em busca da sua identidade**. Petrópolis: VOZES, 1977.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio básico da Língua Portuguesa**. 3º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, A. B. de. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3º ed., Curitiba: Positivo, 2004.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 14º ed. São Paulo: Nacional, 1976.

GATTI, Bernadete Angelina. **Reflexão sobre os desafios da pós-graduação: novas perspectivas sociais, conhecimento e poder**, 2001. Revista Brasileira de Educação, nº 18. Disponível em: [http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE18/RBDE18\\_11\\_BERNARDETE\\_ANGELINA\\_GATTI.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE18/RBDE18_11_BERNARDETE_ANGELINA_GATTI.pdf). Acesso em: 31 de janeiro de 2009.

GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia brasileira contemporânea** / Amaury Patrick Gremaud, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos, Rudnei Toneto Junior. São Paulo: Atlas, 2006.

GUIMARÃES, Nadya A.; MARTIN, Scott, **Competitividade e Desenvolvimento: Atores e instituições locais**. São Paulo: SENAC, 2001.

\_\_\_\_\_, COSTA, Maria Teresa. **Pequenas e médias empresas no desenvolvimento local: conceito e experiências**. In: GUIMARÃES, Nadya A.; MARTIN, Scott, **Competitividade e Desenvolvimento: Atores e instituições locais**: São Paulo: SENAC, 2001.

HAIR JR., Joseph; BABIN, Barry; MONEY, Arthur; SAMOUEL, Phillip. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Wook, 2005

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: Um Tratamento Conceitual**. São Paulo, EDUSP, 1980.

KÖCHE, José C. **Fundamentos da Metodologia Científica: Teoria da Ciência e Prática da Pesquisa**. 14º ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LOBO, Instituto para o Desenvolvimento da Educação Ciência e Tecnologia. **Produção Científica das IES Brasileiras**, 2006. Disponível em: [Instituto Lobo](#). Acesso em: 30 de março de 2009.

LOURENÇO, Joaquim Carlos. **A evolução do agronegócio brasileiro no cenário atual**. Disponível em: [www.administradores.com.br/artigos/](http://www.administradores.com.br/artigos/). Acesso em: 15 de outubro de 2008.

MAPA. Ministério do Abastecimento, Agricultura e pecuária. **Agronegócio Brasileiro: Uma Oportunidade de Investimentos**. Disponível em: [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br). Acesso em: 15 de março de 2007.

MACEDO, L. I **Simpósio Desenvolvimento, Aprendizagem e Educação**. 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php>. Acesso em: 05 de novembro de 2008.

MACHADO, Márcia Reis. **O resultado econômico-financeiro proporcionado aos profissionais mediante conclusão de programas de pós-graduação lato-sensu em contabilidade, 1988-2001**. 160F Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis); Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis, João Pessoa, 2003.

MATTAR, João. **Metodologia científica na era da informática**. 3º ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MONTEIRO, Luiz Antonio dos Santos. **Componentes e atributos da qualidade nos programas de pós-graduação das engenharias da Universidades Federais da Região Sul do Brasil**. 212F. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção); Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção: Universidade Federal de, Florianópolis, 2002

MORIN, Edgar e WULF Christoph. **Planeta. A aventura desconhecida**. São Paulo; Editora UNESP, 2003.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de. **Pós Graduação: Educação e mercado de pesquisa**. Campinas: Papirus, 1995.

PIZZI, J. **O desenvolvimento e suas exigências morais**. 2005. Disponível em [www.ucpel.tche.br/filosofia](http://www.ucpel.tche.br/filosofia) ; Acesso em: 05 de novembro de 2008.

PORTO, Bráulio, e outros. Formação acadêmica e mercado de pesquisa: os destinos profissionais de mestres e doutores em Administração. In: Velloso, Jacques (Org.). **A Pós-graduação no Brasil: Formação e Pesquisa de Mestres e Doutores no País**. Brasília: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A. 1969.

RODRIGUES, Roberto. **Perspectivas da produção de alimentos vs produção de bicombustíveis**. São Paulo: FGV, 2007.

SANTOS, Cássio Miranda. **Dissertação – Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil**. 2006. Disponível em:

<http://www.portalensinando.com.br/ensinando/principal/ conteudo.asp?id=6389>. Acesso em: 27 de janeiro de 2009.

SCHWARTZMAN, Simon. **America Latina: Universidades em Transição**, Washington, Organização dos Estados Americanos. Coleção INTERAMER, nº6, 1996. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/oea/cap4.htm>. Acesso em: 30 de janeiro de 2009.

SEIDEL, T. T. **Análise da pós-graduação: lato sensu** – institucionalização, políticas e estratégias. 1994, 176 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

SELLTIZ, Clave et all. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. São Paulo. EDUSP, 1974.

SOMENSI, Neura Fazolo. **Variáveis que atuam no processo de desenvolvimento do conhecimento em um programa de mestrado a partir da percepção dos egressos**. 2005. 146 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

STENCEL, Renato. **História da educação superior adventista: Brasil, 1969 – 1999**. 303F. Tese (Doutorado em Educação); Programa de Pós-graduação em Educação: Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, São Paulo, Piracicaba, 2006.

TEIXEIRA, Eryl Cardoso. **Política agrícola e desenvolvimento**. Viçosa: UFV, 1992.

TOBIAS, José A. **Universidade: Humanismo ou Técnica?** São Paulo: Herder, 1969.

TRIVINÕS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL de MATO GROSSO do SUL, UFMS. **Editais UFMS**. 2008. Disponível em: <http://www.ufms.br>. Acesso em: 25 de março de 2008.

\_\_\_\_\_, Projeto Político Pedagógico do programa de Administração de Empresa Modalidade a Distância, **Projeto elaborado a partir do Projeto do consórcio: UFMT, UFSC, UFRGS, UFCE, UFPA, UFMA, UEMA, UECEN**, 2006, Disponível em <http://www.ead.ufms.br>. Acesso em 25 de março de 2008

\_\_\_\_\_, **Manual do Estudante do programa de Administração de Empresa Modalidade a Distância**, 2007, Disponível em <http://www.ead.ufms.br>. Acesso em 25 de março de 2008

\_\_\_\_\_, **Relatório de Gestão de Pessoas 2000-2008**, Pró Reitoria de Administração, Gerencia de Recursos Humanos, 2008. Disponível em: <http://www.grh.ufms.br/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=353>. Acesso em: 20 de março de 2009

VASCONCELLOS, Antonio Sandoval de. **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1988.

VELLOSO, Jacques. **Mestres e Doutores no País: destinos profissionais e políticas de Pós-graduação**. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 583-611, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a05v34123.pdf>; Acesso em: 25 de março de 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo, Atlas, 2007.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)